

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Mestrado em Educação

Priscilla Samantha Barbosa Verona

**INSTRUÇÃO PÚBLICA, ESTADO-NAÇÃO E CIDADANIA**  
**Escolarização dos negros livres e libertos no Termo de Mariana (1828-1860)**

Juiz de Fora

2015

Priscilla Samantha Barbosa Verona

**Instrução Pública, Estado-Nação e cidadania: escolarização dos negros livres e libertos no Termo de Mariana (1828-1860)**

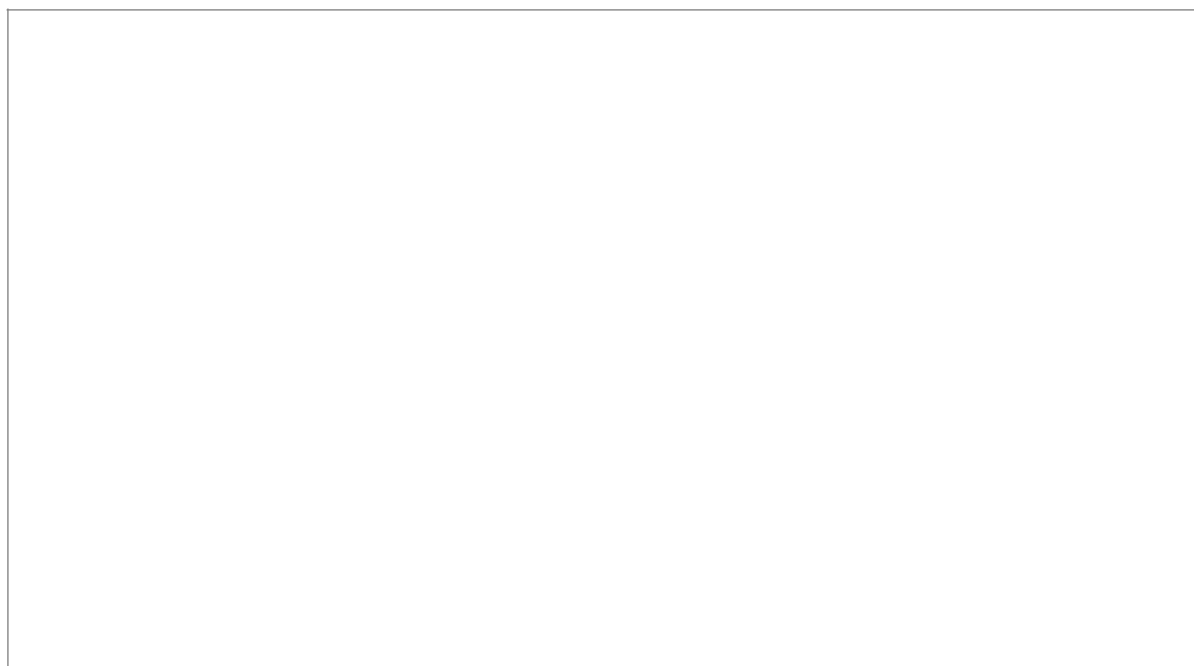
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marlos Bessa Mendes da Rocha

Juiz de Fora

2015

Ficha catalográfica elaborada pelos bibliotecários da UFJF



Priscilla Samantha Barbosa Verona

**Instrução Pública, Estado-Nação e cidadania: escolarização dos negros livres e libertos no Termo de Mariana (1828-1860)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em      de                      de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marlos Bessa Mendes da Rocha (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Marcus Vinícius Fonseca  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Dr. Daniel Cavalcanti  
Universidade Federal de Juiz de Fora

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir essa etapa muito significativa para mim, cabe aqui manifestar meus agradecimentos àqueles que direta ou indiretamente fizeram parte dessa caminhada.

Agradeço em primeiro momento a meu orientador, professor Marlos, por ter me acolhido na UFJF e ter me mostrado novos caminhos e novas perspectivas as quais foram decisivas para o meu desenvolvimento acadêmico. Com seu rigor intelectual e sua sabedoria, ele me apoiou em todos os momentos da construção deste trabalho.

Agradeço também ao professor Marcus Vinicius Fonseca por sua generosidade e atenção ao contribuir com algumas sugestões, muitas ideias boas e indicações bibliográficas. E também por se disponibilizar a comparecer às bancas de qualificação e defesa. A ele minha especial gratidão por me apresentar, com seus estudos, um universo de reflexões sobre os negros que eu não conhecia e com o qual me encantei— motivo pelo qual essa pesquisa existe.

Agradeço ao professor Daniel Cavalcanti por todo o apoio no decorrer da pesquisa e pelas contribuições e dicas oferecidas durante esse processo e na banca de qualificação.

Agradeço também à professora Cynthia Greive, que, embora não tenha participado diretamente da construção desta pesquisa, esteve presente indiretamente. Ela me apresentou a sutileza e a complexidade da História da Educação em uma disciplina cursada na FAE/UFMG. E com todo afeto falou para que eu não desistisse de fazer o mestrado.

Agradeço à Capes, que me proporcionou a bolsa e financiou esta pesquisa.

Minha gratidão ainda ao Pedro Eduardo, amigo do ICHS/UFOP, por ter me apresentando às listas nominativas e auxiliado no trato com as fontes. Aos meus queridos do PPGE/UFJF que tornaram essa caminhada menos árdua, em especial Érica, Fernanda, Douglas, Getúlio, e a ex-coordenadora do PPGE Luciana Pacheco, que se preocupou comigo no momento em que eu mais precisava. Aos grandes amores de longa data que entenderam minha ausência, Pamela, Lud, Rodrigo, Marcel, Carlinha, Luana, Bel, Camilinha, Jessica, Maria, Eduardo, Roger, Letícia ...

Por minha família tenho uma gratidão especial, pois não somente entendeu minha ausência mas me encheu de forças quando eu achava que elas haviam acabado.

Aos meus pais Carlos e Fátima por serem a maior inspiração que tenho na vida e por acreditarem em mim nos momentos que nem eu mesma acreditava. À minha mãe por me apoiar incondicionalmente sempre e especialmente pelo carinho e amor nos momentos que mais precisei: ela sempre foi o meu discernimento. Ao meu pai, por todo carinho e por me fazer acreditar que não se deve caminhar olhando somente para o que nos parece estar perto, mas especialmente mirando as retinas naquilo que surge lá ao final do horizonte. Pois esta vida parece mesmo estar cheia de ocultos caminhos. Se o senhor souber... sabe.

*Eu atravesso as coisas — e no meio da travessia não vejo! — só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou [...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...*

—João Guimarães Rosa  
(2001)

## Resumo

O estudo concentra-se na primeira metade do século XIX, momento inicial do processo de construção das bases do Estado-Nação. Buscamos lançar olhares sobre o Termo de Mariana na intenção de compreender em que medida o processo de escolarização dos negros livres e libertos ocorrido naquele contexto, se relacionou com a experiência da cidadania que se construía no contexto brasileiro durante o Império. A instrução pública enquanto um direito civil, e a experiência dos livres e libertos com a instrução nos levou a forjar interpretações sobre a natureza do Estado-Nação que se pretendia formar. A existência da igualdade civil, que surge a partir de 1824 com a Constituição, na medida em que se incorpora em uma sociedade marcada pelo escravismo e por fortes tensões de cunho racial, ao invés de gerar maior igualdade social, acabou se constituindo, de maneira *sui generis*, em fator de contribuição a uma maior complexidade das hierarquias sociais. Estas eram, em grande medida, provenientes de uma necessidade fundamental dos segmentos sociais atingidos pela questão racial, qual seja, a de se afastar do estigma da escravidão, recorrendo a condição de membros da sociedade civil. Nesse âmbito, o acesso à instrução na sociedade imperial por negros contribuíram não somente com a legitimação, mas especialmente com a complexificação das hierarquias sociais na sociedade, sempre buscando se afastar do estigma da escravidão.

Palavras-chave: Instrução. Cidadania. Negros livres e libertos.

## **Abstract**

The study focuses on the first half of the nineteenth century, the initial stage of the process of building the foundations of the nation state. We seek to cast eyes on the Mariana term in an attempt to understand to what extent the process of schooling of free blacks and freed occurred in that context, was related to the experience of citizenship was being built in the Brazilian context during the Empire. Public education as a civil right, and the experience of free and freed through education led us to forge interpretations of the nature of the nation-state that was intended to form. The existence of civil equality, which comes from 1824 with the Constitution, in that it is incorporated in a society marked by slavery and by strong tensions of racial nature, rather than generate greater social equality, eventually constituting, *so sui generis*, in contributing factor to greater complexity of social hierarchies. These were, largely, from a fundamental need of social groups affected by the racial question, namely, to get away from the stigma of slavery, using capacity as members of civil society. In this context, access `training in imperial society by blacks contributed not only to the legitimacy but especially with the complexity of social hierarchies in society, always looking to get away from the stigma of slavery.

Keywords: Education. Citizenship. Free blacks and freed.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Divisão da Província de Minas Gerais, século XIX.....	45
<b>Figura 2:</b> Mapa da cidade de Mariana, século XVIII .....	47
<b>Figura 3:</b> Plãta da Cidade de Mariana, segunda metade do século XVIII .....	50

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Roceiros .....	56
<b>Tabela 2:</b> Fazendeiros.....	57
<b>Tabela 3:</b> Relação de engenhos e casas de negócios, 1836.....	59
<b>Tabela 4:</b> População do Termo de Mariana dividida por distritos (1831-1832) .....	76
<b>Tabela 5:</b> População do Termo de Mariana dividida por distritos (1838-1840) .....	83
<b>Tabela 6:</b> Distribuição da população do Termo de Mariana por gênero (1831-1832) .....	88
<b>Tabela 7:</b> Distribuição da população do Termo de Mariana por gênero (1838-1840) .....	91
<b>Tabela 8:</b> Distritos que possuíam alunos negros .....	109
<b>Tabela 9:</b> Racialidade dos alunos negros livres e libertos do Termo de Mariana (1831) .....	110
<b>Tabela 10:</b> Distritos que possuíam alunos negros (1838) .....	118
<b>Tabela 11:</b> Racialidade dos alunos negros livres e libertos do Termo de Mariana (1838).....	120

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Distritos pertencentes ao Termo de Mariana no século XIX .....	85
<b>Gráfico 2:</b> População do Termo de Mariana no século XIX .....	86
<b>Gráfico 3:</b> Distribuição da população do Termo de Mariana por gênero (1831) .....	87
<b>Gráfico 4:</b> Distribuição da população do Termo de Mariana por gênero (1838) .....	90
<b>Gráfico 5:</b> Perfil Racial dos Distritos pertencentes ao Termo de Mariana (1831) .....	94
<b>Gráfico 6:</b> Perfil Racial dos Distritos pertencentes ao Termo de Mariana (1838) .....	101

## **SIGLAS E ABREVIACOES**

APM- Arquivo Pblico Mineiro

CNI- Condio No Informada

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1: Os estudos sobre a escolarização do negro: uma análise historiográfica e a construção de um olhar sobre o Estado-Nação.....</b>	<b>7</b>
Questões e problemas: a escolarização do negro e a formação de uma cidadania no Estado-Nação moderno .....	8
Sobre um padrão tradicional de abordagem do negro .....	22
Contribuições de uma nova abordagem historiográfica: o negro enquanto sujeito ativo na História da Educação.....	25
<b>Capítulo 2 : Desenhando o Termo de Mariana.....</b>	<b>42</b>
O Espaço urbano no Termo de Mariana.....	42
Economia e sociedade no Termo de Mariana.....	53
Aspectos do poder local e municipalidade no Termo de Mariana .....	63
<b>Capítulo 3: Uma análise do termo de Mariana.....</b>	<b>67</b>
Fontes para uma análise: As Listas Nominativas .....	67
Entendendo as listas nominativas .....	69
A população dos distritos no Termo de Mariana .....	74
O gênero e o perfil racial no Termo de Mariana .....	86
Os negros no espaço escolar no Termo de Mariana .....	107
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>126</b>
<b>Fontes primárias .....</b>	<b>141</b>
<b>Referências .....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

Com o objetivo de delimitar reflexões teóricas e desvendar caminhos investigativos, iniciaremos o texto esclarecendo qual será o foco central de análise da pesquisa, para em seguida realizarmos algumas considerações a respeito do debate historiográfico que se desenvolveu até o momento sobre o tema.

O período que compreende o estudo concentra-se na primeira metade do século XIX, momento inicial do processo de construção das bases do Estado-Nação no Brasil e que marca a fase preliminar da institucionalização da instrução pública no país e na província de Minas Gerais. A institucionalização do ensino e a difusão da instrução era parte do projeto de Estado-Nação que estava se constituindo durante esse período. As elites políticas e intelectuais, especialmente as da província mineira, contribuíram durante a primeira metade do século XIX para a veiculação de um discurso em defesa da escola pública o qual afirmava, sobretudo, a importância da instrução elementar para as camadas pobres da sociedade. Os dirigentes da província mineira, ao idealizar e defender os pressupostos para a implementação de uma instrução pública, mantinham-se em consonância com os ideais de uma nação moderna a ser construída<sup>1</sup>. O Conselho Geral da província foi grande responsável pela articulação de discursos políticos em favor da instrução pública, tornando-se rapidamente cenário de intensos debates referentes a distintos assuntos, inclusive a instrução (SALES, 2008). As ações de políticos e intelectuais em Minas Gerais ocorreram no sentido de organizar também o serviço de instrução pública, pois esta representava uma das vias de estruturação do Estado imperial (INÁCIO, 2009).

Para a pesquisa, estabelecemos como foco a análise no processo de escolarização ocorrido na sociedade mineira, a qual era constituída durante o século XIX, em sua maioria, por sujeitos vindos das camadas desfavorecidas. A clientela escolar a qual denominamos de desfavorecida pertencia à classe pobre de diferentes origens étnicas, formada por brancos, negros e mestiços<sup>2</sup> (VEIGA, 2004b). Estudos constatam que, durante a primeira metade do

---

<sup>1</sup> Segundo François-Xavier Guerra, a nação moderna pode ser definida como uma nova maneira de conceber uma coletividade e como forma ideal e inédita de organização social surgida na transição do antigo regime para a modernidade (ANNINO; GUERRA, 2003).

<sup>2</sup> Vale mencionar que a autora Cynthia Greive Veiga opta em suas análises, pela utilização do termo “mestiços” e realiza distinção ao mencionar certa oposição entre “negros” e “mestiços”.

século XIX, a maior parcela da população que formava a província mineira era formada por negros e mestiços. Ao utilizar os Mapas da População mineira elaborados durante a década de 1830, Clotilde Paiva (1996) estabeleceu uma estimativa de como era formada a população livre na província de Minas Gerais nesse período. Segundo a autora, durante a década de 1830 a população branca correspondia a 41% da população total, enquanto os pardos representavam 48%, os crioulos correspondiam a 9% e os chamados africanos correspondiam a 2%. Os negros (pardos, crioulos e africanos) representavam a maioria da população livre na província de Minas Gerais, somando um total de 59%.

Tendo em vista que a sociedade mineira era composta em sua grande parcela por mestiços e negros, nos parece crucial, para que possamos compreender aspectos do processo de escolarização na província de Minas Gerais, refletir a experiência da população negra no espaço escolar. Marcada por uma diversidade populacional e por alguns esforços do Estado em alavancar o ensino, Minas Gerais de alguma forma se destaca enquanto um ambiente em potencial para ser analisado. Sobre a importância histórica em estabelecer um foco de análise para a sociedade mineira, Fonseca afirma:

A província de Minas Gerais é um espaço privilegiado para este tipo de análise, pois trata-se de uma região onde havia um predomínio dos negros na sociedade e onde foi desenvolvida uma série de iniciativas com objetivo de estabelecer os elementos necessário à educação do povo (2009, p. 46).

Após o Ato Adicional em 1834, momento em que o governo imperial atribuiu às províncias a responsabilidade de legislar sobre a instrução primária, províncias como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul proibiram por meio de leis não somente os negros escravos, mas também aqueles que eram livres, de frequentarem o espaço escolar.

No Rio de Janeiro, o 9º artigo do regulamento implementado em 1º de setembro de 1847 afirma: “São proibidos de frequentar escolas públicas os que padecem de moléstias contagiosas, escravos e os pretos africanos, sejam libertos ou livres.” No Rio Grande do Sul, a Lei nº 14 da instrução primária de 1837 em seu artigo 3º afirma: “São proibidos de frequentar as escolas públicas. 1º. Todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas. 2º. Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, os libertos”. Em contrapartida, a província de Minas Gerais não estabelecia em lei nenhum impedimento. Na província mineira, segundo Marcilaine Soares Inácio (2009), ocorreram também inúmeras ações de políticos e intelectuais

no sentido de organizar o serviço de instrução pública, pois esta representava ali uma das vias de estruturação do Estado. Entretanto, afirma Inácio:

[...] escolarizar a população não era tarefa fácil, além de trabalhoso era, sobretudo, dispendioso. As dificuldades enfrentadas no processo de expansão da escola pública são recorrentes nas atas e correspondências das câmaras, em relatórios de presidentes da presidência e de delegados de círculos literários e em ofícios de professores. Além dos altos custos da instrução, o governo ainda enfrentava a pobreza das famílias que não mandavam seus filhos à escola por não terem como vesti-los adequadamente; dar-lhes papel, pena e tinta; e ainda por terem que se valer do trabalho deles para garantir-lhes sustento [sic](INÁCIO, 2009, p. 46).

Vale ressaltar que não havia nesse tempo uma pretensão de abarcar toda a população em um sistema de ensino e fazer de toda sociedade cidadãos instruídos. Na realidade, pretendia-se reunir ações que na medida do possível pudessem atribuir consistência, tanto ao projeto de nação e à formação da sociedade civil, como também alavancar o ensino no país.

Assim, no sentido de contribuir para os estudos sobre o processo de escolarização da população negra não escrava durante a primeira metade do século XIX na província de Minas Gerais, a pesquisa terá como foco central: a presença dos pardos, crioulos, cabras e pretos, tanto livres como libertos, nas escolas do Termo de Mariana entre os anos 1828 e 1860 do século XIX. Mais adiante adentraremos na questão pertinente às classificações raciais diversas que eram utilizadas para se referir aos indivíduos negros durante o século XIX, e a importância que tais classificações assumiam na sociedade imperial. Entretanto, pretendemos nos referir no decorrer da pesquisa a esse grupo como “negros livres e libertos”. Embora o termo “negro” seja incapaz de incorporar todos os significados presentes nas classificações raciais existentes nos século XIX, esse termo pareceu ser a melhor forma de fazermos menção ao grupo através de um só termo que possa expressar proximidade com o sentido que buscamos demonstrar, o qual pretende englobar indivíduos que durante o século XIX não possuíam a cor de pele branca, e de alguma maneira eram estigmatizados devido a sua condição racial e classificados em termos que de alguma maneira o integravam em uma hierarquia social, fossem pardos, crioulos, pretos, cabras, mulatos, etc. Buscaremos compreender os significados existentes na experiência do negro livre e liberto no espaço escolar, buscando entender o processo de formação da cidadania negra que se constitui enquanto um pano de fundo desse processo de escolarização. Intencionamos refletir até que ponto a escolarização desse grupo ocorrida durante o período assumiu formas de uma



estratégia de superação do universo da escravidão, bem como a demarcação de um lugar social e de uma racialidade.

A escolha do Termo de Mariana se justifica em primeiro momento pelo fato de termos constatado a presença de professores negros, bem como a grande quantidade de alunos negros nessa localidade, fato que nos chamou atenção e nos incentivou a iniciar uma investigação a respeito do espaço escolar que ali se constituía. Também não podemos deixar de mencionar a localização geográfica importante desse município dentro da província de Minas Gerais, pois Mariana encontrava-se na região de extração aurífera, o que significou um fluxo migratório constante para aqueles arredores. Devido às possibilidades do ouro que atraíam inúmeras pessoas para aquela região, é possível sugerir que tal sociedade se constituiu, também, como marcada por certo cosmopolitismo (FONSECA, 2009). Vale dizer que isso favoreceu a formação um tanto quanto mais heterogênea daquela sociedade, sem contar a diversidade em termos de atividade econômica que havia ali, fazendo daquela uma das regiões mais importantes da província de Minas Gerais no final do século XIX.

A delimitação cronológica da pesquisa compreende mais especificamente os anos entre 1828 e 1860, cujo marco inicial é a implementação da lei sobre a obrigatoriedade escolar no município de Mariana. É muito provável que esta tenha sido a primeira lei municipal, tanto em Minas como no Brasil, a estabelecer a obrigatoriedade escolar que: “em 1 de outubro de 1828 foi prescrita” pelas Posturas Policiais que foram fixadas pela Câmara Municipal da cidade de Mariana (VEIGA, 2013, p. 139). Tal norma de instrução pública marcou o início de uma política precoce que se voltava para o ensino marianense, sendo anterior até mesmo à primeira Lei Mineira do ensino em 1835, a qual estipulava desde a obrigatoriedade da frequência escolar e criação de uma Escola Normal, até a nomeação de delegados literários, os quais possuíam a função de fiscalizar a instrução pública em diversas localidades da província.

O marco final de nosso recorte histórico se justifica na medida em que a década de 1860, ao marcar a fase inicial da segunda metade do século XIX, representa um momento histórico em que já havia se consolidado no cenário imperial uma compreensão do importante papel da educação para a formação da sociedade civil. Além de já terem se constituído também, até o ano de 1860, algumas bases do processo de estruturação de uma política de instrução pública no Brasil imperial.

É essencial compreendermos que a cidadania no Brasil imperial consolidava-se enquanto um pano de fundo de nosso projeto político, pois possuíamos uma realidade histórica pouco condizente com as formas moderna e liberal da origem do conceito. Logo, não cumprimos com as definições da cidadania enquanto um conceito importado do Velho Mundo, mas sim o construímos à nossa maneira. Sugerimos que a intenção do Estado em instruir as camadas desfavorecidas da sociedade revela em si uma leitura singular do conceito de cidadania que formulou-se na sociedade brasileira.

Intencionamos olhar para a escolarização dos negros livres e libertos na província de Minas Gerais no sentido de compreender essa experiência enquanto possuidora de uma relação com a cidadania, que se formulou nas bases de nossa sociedade imperial. Buscaremos construir uma interpretação sobre o Estado-Nação que identifique o valor moderno da igualdade civil presente em sua natureza, pois instruir as camadas desfavorecidas e a população negra livre, permitindo-lhes o acesso ao ensino, significa atribuir contornos e valores a um projeto de cidadania que se buscava construir em nosso contexto histórico. O qual vinha formulando-se, obviamente, com algumas especificidades.

A população negra que iremos investigar na pesquisa é a que possuía liberdade de se movimentar na sociedade mineira de distintas formas, seja a livre ou aquela que alcançou sua alforria e se tornou liberta (forra). No entanto, iremos priorizar sempre que possível e durante as análises das fontes os termos e categorias exatamente como se encontram caracterizados na documentação. A existência de distintas categorias que representam os diferentes estratos da população negra, como por exemplo o crioulo, o mulato, o africano, o pardo e o cabra, serão utilizados exatamente como são tratados nas fontes. E o termo “negro livre e liberto”, embora não fosse utilizado durante a primeira metade do século XIX para se referir a esse grupo social, será utilizado na pesquisa no momento em que for necessário se referir ao grupo como um todo. Mais adiante abordaremos a questão do perfil racial do Termo de Mariana, e realizaremos uma reflexão mais concisa a respeito das terminologias e classificações dos negros no século XIX.

As fontes utilizadas para esta pesquisa se encontram em sua grande maioria no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte e no Arquivo da Casa Setecentista em Mariana. Dentre as fontes para o estudo, vale destacar as listas nominativas que, além de caracterizar uma tentativa de contagem da população mineira durante a primeira metade do século XIX,

também contêm diversos dados importantes acerca da população que habitava a província de Minas Gerais durante os anos de 1831 e 1838. No capítulo 2 será realizada uma abordagem mais detalhada a respeito do conteúdo e proveniência das fontes utilizadas nesta pesquisa.

# 1 OS ESTUDOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DO NEGRO: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR SOBRE O ESTADO-NAÇÃO

Apresentamos neste primeiro capítulo destaques da produção historiográfica que se dedica às investigações sobre os negros e a escolarização no Brasil, no intuito de demonstrar em que aspectos tais estudos podem nos auxiliar a compor o nosso objeto da pesquisa, ainda que pelo contraponto, bem como desenvolver a problemática que norteia a proposta da dissertação.

No sentido de apresentar a construção de nosso problema, trazemos também algumas considerações a respeito do debate historiográfico que iremos recuperar no decorrer do texto, além de buscar encontrar as aproximações e distanciamentos que as pesquisas já realizadas mantêm com a nossa perspectiva de análise.

Assim, podemos apontar três momentos centrais neste primeiro capítulo. No primeiro momento abordaremos a construção da problemática teórica de nossa pesquisa que se baseia em compreender a construção da cidadania durante o processo de formação do Estado-Nação imperial, e analisar o Império brasileiro como constituindo uma *res publica*. Isto se dará através da análise da escolarização do negro livre e liberto no Termo de Mariana entre os anos de 1828-1860. Nosso objetivo é analisar os possíveis significados da inserção desses negros no processo educativo, além de refletir de que forma essa questão figura como a expressão da construção da cidadania que era formulada como pano de fundo no Brasil imperial. O segundo momento se refere à recuperação de uma crítica à tendência historiográfica educacional que interpreta o negro destituindo-o de direitos e o anulando enquanto sujeito ativo de sua própria história. Esse padrão tradicional de abordagem do negro geralmente o analisa em sua condição de escravo, pressupondo que ele não possuía relação com o espaço educativo e que mantinha somente uma relação de exclusão com a sociedade. O terceiro momento se refere à apresentação de um padrão historiográfico mais atual de abordagem do negro, com o qual partilhamos olhares, pois se constitui de análises que rompem com aquela visão tradicional. Tal abordagem busca interpretar a população negra enquanto um elemento

estrutural na formação da sociedade brasileira, analisando suas particularidades e, principalmente, atentando para as relações do negro com as experiências de ensino no decorrer do processo histórico.

### **Questões e problemas: a escolarização do negro e a formação de uma cidadania no Estado-Nação moderno**

Ao analisarmos abordagens que buscam recuperar estudos sobre o negro e suas relações com a experiência do ensino durante os séculos XIX e XX, notamos que as pesquisas têm conferido destaque cada vez maior às especificidades da população negra. Entretanto, muitos desses trabalhos possuem entre si uma perspectiva semelhante no que tange à interpretação do Estado imperial, pois constroem suas análises apontando para uma forte relação entre a finalidade da instrução no Brasil império e a formação de um povo ordeiro e civilizado. Ou seja, enfatizam a dimensão apenas voltada para as intencionalidades das elites sociais, sem atentar para as possibilidades criadas pela configuração jurídico-política dadas pela natureza do Estado que se instalou com a nação independente. É importante mencionar, no entanto, que alguns estudos priorizam uma dimensão de análise cujo sentido é entender um discurso específico vindo de uma parcela específica da sociedade.

Nesse sentido, pesquisadores têm se voltado para importantes fontes, como legislações, relatórios oficiais, correspondências e solicitações encaminhadas por agentes que atuavam no processo de instrução, na imprensa, em fontes documentais escolares, em dados estatísticos da população, entre outros, com o objetivo de fundamentar seus estudos. E buscando relacionar o processo de institucionalização da instrução pública com a proposta de um Estado imperial civilizador, grande parte da produção historiográfica educacional atual aponta para um projeto de nação que intencionava a formação de uma sociedade civilizada, a qual deveria se constituir afeita às normas sociais vigentes. Não podemos negar o avanço alcançado por estes estudos, principalmente os que buscaram realizar uma análise histórica da escolarização da população negra retirando esse tema do âmbito das generalidades e estabelecendo

interpretações mais específicas e problematizantes; entretanto, pretendemos, durante a escrita da dissertação, conduzir nossas reflexões por outro caminho.

Dentro do contexto de estudos sobre a escolarização no século XIX, há ainda uma perspectiva que não foi efetivamente abordada e que consideramos ser essencial, não somente para a compreensão do processo de escolarização dos negros, mas principalmente para que se compreenda através de outro olhar a natureza do Estado imperial.

A nossa questão se apresenta da seguinte maneira: Experienciamos no Brasil, após o movimento de independência, a formulação de uma cidadania que se constituiu à nossa maneira, assumindo formas específicas, pois mantínhamos uma realidade histórica pouco condizente com as formas moderna e liberal da origem do conceito de cidadania em outros lugares. Logo, não cumprimos com as definições da cidadania enquanto um conceito importado do contexto europeu, mas sim realizamos uma leitura particular desse conceito: a começar pela institucionalização de uma educação que se voltava mais especificamente para os setores populares. Sendo assim, buscaremos analisar a escolarização dos negros livres e libertos no Termo de Mariana entre os anos de 1828 e 1860, no sentido de compreender em que medida isso pode ter expressado o alargamento da condição cidadã desse grupo nessa região. Buscaremos analisar especialmente significados que a escola assumiu para os negros no Termo de Mariana e intencionamos vislumbrar qual a importância que o processo educativo pode ter exercido na trajetória dessas pessoas. É importante mencionar ainda o fator da igualdade civil que foi adquirida a partir da Constituição de 1824 pelos negros que não eram escravos; população que até então era desprovida de qualquer dimensão de igualdade.<sup>3</sup> Buscando realizar uma interpretação alternativa do século XIX, intencionamos analisar o Estado imperial enquanto um governo que incorporava as formas do moderno de maneira específica. Ao mesmo tempo em que mantinha em sua natureza uma essência moderna de *res publica*, esse Estado se coadunava também com estruturas herdadas da sociedade colonial, como, entre outros elementos, o escravismo.

A nova historiografia que se debruça sobre as origens do conceito de cidadania ibero-americana é composta principalmente por autores como François-Xavier Guerra, Hilda Sabato, Antonio Annino, entre outros, e tem nos indicado que o processo de formulação desse

---

<sup>3</sup> Com a Constituição de 1824 suspende-se a discriminação jurídica para com os negros, herdada das Ordenações Filipinas, provenientes do século XVII.

conceito em nossa sociedade assumiu características singulares, particularmente ligadas ao contexto latino- americano. Mantivemo-nos durante o século XIX em sintonia com o tempo histórico que acentua a consolidação dos Estados modernos; entretanto, a construção de nossa cidadania não acontece de maneira semelhante àquela que ocorreu no contexto europeu. Pois enquanto as nações modernas europeias se constituíram tendo por base o questionamento da soberania do rei, as nações íbero-americanas buscaram consolidar sua modernidade, sobretudo adquirindo o formato de uma nação independente. De acordo com Bernardo Ricupero (2009), “esta nova historiografia é, além do mais, especialmente política e cultural. Mais do que as estruturas econômico-sociais, antes privilegiadas, se busca entender as escolhas que os homens fizeram e os significados que deram a elas” (RICUPERO, 2009, p. 55).

A nação moderna e também a figura do cidadão são invenções que devem ser analisadas conforme as transformações semânticas desses conceitos no decorrer do processo histórico. Segundo François-Xavier Guerra (1999), “es este processo de invención el que hay que estudiar, atentos a sus ritmos, a las rupturas y permanências, a las hibridaciones entre lo viejo y lo nuevo” (GUERRA, 1999, p. 2). Nesse sentido, ao realizar uma análise dos aspectos do mundo moderno e de seus impactos no processo de formação da nação na América Latina, Guerra (1999) nos sugere que a consolidação do que chamamos hoje de Estado-Nação teve o poder de constituir substancialmente o conceito de cidadania. Tal conceito foi sendo construído assumindo distintas semânticas, dentre elas aquela que se sintoniza melhor com o tempo de formação dos direitos civis.

Ao atentarmos para a natureza do Estado-Nação que se constituiu no Brasil, poderíamos dizer que a dimensão política desse Estado não se expressa somente pela questão do voto, mas também pode ser percebida pelo valor da igualdade civil que está dado na sociedade. Apesar de vivermos um contexto escravista, no que se refere aos indivíduos livres, considerados formalmente cidadãos, podemos dizer que em nossa sociedade imperial direitos importantes foram introduzidos pela Constituição de 1824.

Proclamada a independência, e fundado o Império do Brasil, teve início um longo processo de consolidação e formação do Estado Nacional brasileiro. Buscava-se, na primeira metade do século XIX, estabelecer ideais como nação, cidadania e organização da sociedade. Vale considerar, para uma boa perspectiva do trabalho, que a questão da igualdade civil dos

homens livres, estabelecida pela Constituição de 1824, produz efeitos gradativos na medida em que possibilita a ocupação legal de espaços públicos. O que não quer dizer que esses espaços foram efetivamente ocupados em todos os lugares e da mesma forma. Sendo assim, o protagonismo negro é recuperado na perspectiva deste trabalho, precisamente na pesquisa de como, e de que forma, os espaços de possibilidades foram ocupados, caso efetivamente tenha sido feitos em certas regiões por populações negras. É importante mencionar que, quando se fala de um possível protagonismo negro, não estamos nos referindo a um protagonismo de cunho político, mas, na verdade, nos referimos à gama de possibilidades que lhes foram abertas pelos princípios da igualdade e liberdade, que passaram a revolucionar o mundo Atlântico após fins do século XVIII. Sugerimos que não somente as visões de mundo irão se tornar fruto das possibilidades que se ampliam para esse grupo, mas também o próprio valor e significado que a escola assumia para os negros durante a primeira metade do século XIX em Mariana, que irá se estruturar no sentido de uma estratégia de superação e ampliação de seu universo.

Em todo caso, tornar-se uma nação durante o século XIX não representava somente possuir uma comunidade enraizada em um passado, significava também uma nova maneira de existir. Era a consequência de um vínculo social inédito entre os indivíduos e cidadãos como sendo o produto de um novo pacto fundador que estava expresso na Constituição (GUERRA, 1994).

A Constituição instaurada em 1824, segundo Hebe Mattos de Castro (2004), reconheceu “os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os, apenas, do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses”. O voto censitário foi adotado no Brasil imperial em três formas distintas: havia o cidadão passivo (o qual não possuía renda suficiente para ter direito ao voto), cidadão ativo votante (possuía renda suficiente para escolher com seu voto o colégio de eleitores) e o cidadão ativo que, além de ser eleitor, poderia também ser considerado elegível. Neste terceiro nível impunha-se ao cidadão que este não tivesse nascido escravo. Nesse sentido, “os descendentes dos escravos libertos poderiam (se renda tivessem) exercer plenamente todos os direitos políticos da jovem monarquia [...]” (CASTRO, 2004, p. 20-21). Inaugurava-se no Brasil império a dimensão do direito civil e criava-se, por sua vez, espaços de conquista política. No dizer de Guerra:



[...] las constituciones no estaban destinadas prioritariamente a garantizar unas y otras libertades, sino a crearlas, fundando una nueva sociedade em la que las libertades políticas engendraban las civiles (GUERRA, 1999, p. 4).

A figura do *ciudadano moderno*, que na situação européia clássica, surge como um componente individual durante a constituição dos Estados modernos, na Ibero- América constitui-se como aquele que esta inserido em uma coletividade abstrata representada por *la nación, o el pueblo* (GUERRA, 1999, p. 43).

A definição do cidadão ocorreu em países da América Latina após os movimento de independência, que representaram, de acordo com Guerra (1999), um período fundamental em que a modernidade se espalha pelo mundo ibérico, assumindo formas concretas quando se define a ideia do cidadão moderno. Sugerimos que não somente a igualdade civil adquirida pelos negros, mas principalmente a sua escolarização, durante a primeira metade do século XIX, representam a própria modernidade, assumindo na sociedade brasileira as suas formas concretas.

As formas de governabilidade no contexto brasileiro durante o século XIX, em especial o governo monárquico com uma essência de *res publica*, se apresenta constituindo uma forma específica da modernidade na Ibero-América. O que nos indica, especialmente, uma cidadania se constituindo a nossa maneira: incorporando valores modernos e os assimilando, sem deixar de lado as particularidades de nossa configuração histórica e social, dando assim origem a uma cidadania híbrida. Isto pode ser notado principalmente no fato de a cidadania se formular em uma sociedade escravista ainda marcada por valores de um sistema colonial.

Conforme reflexões de José Murilo de Carvalho (2007), uma das concepções de cidadania que foi produzida pela tradição ocidental está muito ligada à noção de identidade coletiva e sentimento de comunidade entre os habitantes de uma cidade ou região, configurando o sentimento de nação. Entretanto, a cidadania representa mais do que o próprio sentimento de nação, pois enquanto a nação seria a formação dessas identidades coletivas, a cidadania, para este autor, é “concebida de maneira ampla, incluindo todas as modalidades possíveis de relação entre os cidadãos, de um lado, e o governo e as instituições do Estado, de outro, além de valores e práticas sociais definidoras da esfera pública” (CARVALHO, 2007, p. 11).

Muitos dos valores modernos que estavam se consolidando em diversos países europeus não faziam sentido quando se deparavam com as estruturas sociais que vigoravam no Brasil império. E enquanto a luta no Velho Mundo era contra o absolutismo real, o nosso maior conflito eram as bases do sistema colonial. Para Carvalho (1996), é possível apontar as razões sociológicas para a diferença brasileira: “Entre elas, a escravidão, que negava a cidadania, mesmo civil, a boa parte da população; o patriarcalismo, que a negava às mulheres; o latifúndio que fazia o mesmo com seus dependentes.” Para ele, os próprios membros esclarecidos da elite política queixavam-se bastante “dos obstáculos à operação das instituições importadas”, referindo-se ao estado moral do país, ao baixo nível da instrução e à ausência de opinião pública, enfim, “uma sociedade que mal começava a engatinhar na vida civil e política” (CARVALHO, 1996, p. 15).

Seguindo moldes europeus, a constituição dos Estados modernos incorporou a educação como um elemento fundamental, tanto para a garantia da ordem nacional, como também para fundamentação da cidadania. E no contexto brasileiro a situação não foi diferente, tendo em vista que a instrução assume importância nas bases de formação do Estado-Nação.

O projeto de construir uma nação está intimamente relacionado com a formulação dos direitos civis da sociedade<sup>4</sup>. Segundo T. H. Marshall, “a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil” (MARSHALL, 1967, p. 73). E ao pensarmos a educação enquanto algo que irá contribuir para que a criança se torne um adulto educado, de alguma forma iremos nos deparar com o direito do cidadão adulto de ter sido educado. Assim, segundo Marshall:

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação (MARSHALL, 1967, p. 73).

Ao discutir a trajetória de formação dos direitos de cidadania na Inglaterra, Marshall (1967) afirma que o conceito *cidadania* é constituído por três elementos: civil, político e social. O autor afirma:

---

<sup>4</sup>A respeito da distinção entre direito civil, direito político e direito social, ver T. H. Marshall (1992).

O direito civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual –liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

É verdade que o trabalho clássico de Marshall sobre a cidadania, embora nos traga reflexões interessantes, tem sido criticado há algum tempo. A crítica alega, sobretudo, que a linearidade imaginada pelo autor para a extensão das três gerações de direito – civis, no século XVIII; políticos, no século XIX; sociais, no século XX – se refere especialmente à Inglaterra.

Em relação à dificuldade de pensar o modelo marshalliano para a Ibero-América, Hilda Sabato (1999) afirma:

Los alcances y los límites de la ciudadanía definidos a partir de la extensión de los derechos políticos y en particular del derecho a voto fueron muy variables. Lejos de producirse un proceso gradual de ampliación de ese derecho a partir de una ciudadanía restringida por requerimientos de propiedad o calificación, como prescribe el modelo marshalliano, en buena parte de Ibero América la Independencia introdujo un concepto relativamente amplio de ciudadano, que tendía a incluir a todos los varones adultos, libres, no dependientes [...] (SABATO, 1999, p. 19).

De toda forma, vale ressaltar que muito mais do que um conceito fixo, objetivo, a cidadania representa uma construção histórica. Nas palavras de Ricupero (2009), “a cidadania não é o efeito irreversível de um processo evolutivo, mas o resultado contingente de conflitos levados a cabo por diferentes grupos sociais”(RICUPERO, 2009, p. 56).

Um exemplo importante que podemos citar sobre a formulação singular do conceito moderno de cidadania foi analisado por Antonio Annino (1999). Ao realizar uma análise do dilema que se travou entre a questão das formas modernas de governabilidade e as origens da cidadania no México, o autor esclarece a capacidade da sociedade em utilizar a categoria liberal “cidadania” para defender-se do próprio Estado liberal. Ocorreu ali uma espécie de reformulação do conceito de cidadania, onde foi possível articular os aspectos do liberalismo, presente em suas bases, com as práticas contratualistas que caracterizavam aquela configuração social.

De acordo com Annino (1999), as formas na qual se desdobrou a política moderna no Ocidente, sempre intencionaram implantar uma espécie de “monoidentidades coletivas” que substituíssem as “poli-identidades dos antigos regimes” (ANNINO, 1999, p. 65).

A cidadania liberal foi redefinida e incorporada, no caso do México, pelas culturas locais de maneira distinta àquela elaborada pela Constituição de Cádiz<sup>5</sup>. Na medida em que o município assume um conjunto de poderes, constitui-se um novo sujeito institucional representando a expressão direta do interesse local, e a soberania local se faz valer se expressando naquele contexto por meio de corpos representativos. Tal fenômeno, segundo Annino (1999), gerou na sociedade mexicana um rompimento do pacto de subordinação aos governos. Ao pensarmos as origens dessa questão, sugerimos que a cidadania constituiu-se em nosso território marcada também por reformulações e singularidades. Conforme Annino:

En las periferias del sistema, la ciudadanía, como las otras categorías que fundam el Estado moderno, se mide con otras culturas y se transforma en un valor polisémico, cuyos signos hay que investigar a fondo [...] (ANNINO, 1999, p. 65).

A problemática que perpassa as origens da cidadania retorna e investigar a multiplicidade dos sentidos que este conceito assume nas periferias do sistema social e político implica em valorizar os momentos de descontinuidade, os quais para Annino (1999) rompem com a aparente unidade desse processo institucional reivindicado pelo Estado.

A difusão da cidadania reformulada no México deu lugar a novos significados naquela sociedade e articulou novos direitos. No Brasil podemos afirmar que a cidadania se constrói também assumindo especificidades, e questionamos: em que medida a instrução é uma expressão do conceito reformulado de cidadania? Tínhamos uma escola pública que não somente se propunha a formar cidadãos e contribuir para a ordem nacional, mas que principalmente se direcionava às classes desfavorecidas, aos negros, e se singularizava em nome das particularidades de seu contexto histórico e social.

De fato, nos parece complexo pensar que os povos mexicanos perceberam o constitucionalismo liberal como uma transformação, algo novo que possuía a capacidade de se integrar aos códigos de comunicação simbólica moderna ao mesmo tempo em que não rompia com as estruturas das culturas coletivas e locais.

---

<sup>5</sup> Foi o primeiro documento constitucional da Península Ibérica, aprovado em 18 de março de 1812, pelas Cortes Extraordinárias na cidade de Cádiz.

Esse processo, caracterizado por Annino (1999) como “desliz de la ciudadanía”, é marcado então por uma reapropriação de valores para o interior do conceito de cidadania, dando origem a um conceito polissemântico que possui, contudo, as marcas do liberalismo.

De forma clara, Annino reitera:

Como se ha visto, el concepto tiene una naturaleza moderna: una colectividad más un territorio y un sentido de pertenencia. Quizá sea correcto afirmar que la nación diseñada em la petición tiene una cara liberal y un cuerpo indígena mítico, el del catolicismo evangelizador novo hispano (ANNINO, 1999, p. 90).

Impõe-se a esta pesquisa a tarefa de levar em conta refletindo acerca da formulação pela qual passou o conceito de cidadania que se construiu no Brasil imperial, e as implicações disso na instrução. Refletir em que medida uma sociedade escravista e aristocrata deixou marcas nas origens da formação de nossa cidadania, e como se deu a reapropriação de valores para o conceito no contexto brasileiro se torna uma tarefa essencial.

Entretanto, há uma tradição historiográfica pouco atenta à transformação dos conceitos e à temporalidade própria dos acontecimentos. É preciso compreender os termos e conceitos conforme o tempo histórico no qual estão inseridos. Segundo François-Xavier Guerra (1999), pensar o conceito “sociedade” da maneira como veio a se constituir entre nós, configura-se uma novidade em relação às sociedades existentes até então. Pois:

Concebir la sociedad como una asociación voluntaria de individuos iguales, regida por autoridades que ella misma se ha dado, representa una novedad radical respecto a las sociedades hasta entonces existentes, em las que el individuo se concebía ante todo como miembro de un grupo, em las que la jerarquia se consideraba como constitutiva del orden social y las autoridades estaban legitimadas por la historia, la costumbre o la religión (GUERRA, 1999, p. 3).

É preciso atentar para as formas particulares e singulares através das quais reverberou o projeto de Estado moderno que se instaurou no Brasil imperial para, contudo, compreender as novas formas da modernidade. Uma maneira de abordar essa questão seria buscar comparar e analisar “la progresión de los elementos que son como signos de las mutaciones em curso: las formas de sociabilidad, la imprenta y lo que condiciona su difusión, la alfabetización” (GUERRA, 2000, p. 102).

Ao atentar para a presença dos negros livres e libertos no espaço escolar de Mariana entre os anos de 1828 e 1860, analisaremos as fontes, já mencionadas no início deste capítulo, buscando indícios que revelem algo a respeito dos sentidos que a escolarização possa ter

assumido. Também buscaremos entender um pouco mais sobre essa cidadania que se formulou durante o século XIX no Brasil, a qual, adequando-se a muitas das tensões que havia em nosso contexto, assumiu uma formação específica, híbrida, especialmente no que tange à própria natureza de seu conceito liberal.

O fato de o Brasil ter se tornado independente mantendo o trabalho escravo durante quase todo o século XIX, de acordo com Grinberg (2002), “tornou risíveis quaisquer tentativas de estabelecimento de critérios mínimos para o exercício da cidadania no Brasil imperial”. Esse tipo de raciocínio fundamenta as teses sobre o caráter do liberalismo brasileiro, o qual teria sido importado da Europa e aplicado apenas na aparência à realidade brasileira do século XIX, sem uma efetiva transformação das bases patriarcais da sociedade. Um país marcado pelo escravismo, que ao mesmo tempo discutia cidadania e direitos civis, nos parecia um “liberalismo ‘fora do lugar’, nada mais compreensível do que a existência de direitos civis de fachada, que não corresponderiam à realidade por eles vivenciada” (GRINBERG, 2002, p. 27-28).

As reflexões sobre liberalismo e direito civil se estabeleceram no pensamento social brasileiro, e o paradoxo que existia entre liberalismo e escravidão foi presente em grande parte da reflexão sobre o século XIX, especialmente no que tange à formação da sociedade brasileira. Segundo Grinberg:

Até hoje, apesar do reconhecimento de que os direitos civis e políticos para a população livre foram inicialmente estabelecidos pela Constituição de 1824, grande parte dos poucos estudos sobre cidadania e direitos civis no período imperial enfatiza não só a ausência destes direitos na prática cotidiana, como também a falta de pressão de diversos setores da sociedade pela sua obtenção (GRINBERG, 2002, p. 31).

Entretanto, pode-se pensar mais a fundo a questão a partir da obra de José Murilo de Carvalho, que busca demonstrar a importância dos estudos sobre a cidadania no Brasil durante o século XIX. Tendo em vista que, após a Constituição de 1824, grande parte dos brasileiros, inclusive os negros livres, se viram dotados de direitos, sendo considerados cidadãos, José Murilo de Carvalho (2011), então, aponta para a impossibilidade de se usar critérios tradicionais para analisar a cidadania no Brasil do século XIX, pois, ao contrário de países como França e Inglaterra, é possível dizer que no Brasil as formas de participação social estavam sendo construídas a partir de mecanismos informais de representação e expressão popular.

A diferença na formação da nossa cidadania para a dos demais países é que em terras brasileiras ela foi uma iniciativa estatal, vinda de cima para baixo, enquanto parte do processo de secularização, organização e burocratização do Estado nacional.

A autora Keila Grinberg segue por uma linha de interpretação um pouco distinta ao propor que:

embora este processo não tenha ocorrido da mesma forma que em alguns dos países da Europa Ocidental, ele teve muitos aspectos semelhantes à trajetória de vários países das Américas, principalmente a partir da ênfase no fato de que africanos e seus descendentes, alguns ainda escravizados, muitos outros libertos e livres, encamparam diversas ações para reivindicar a extensão jurídica e prática dos direitos civis que haviam sido estabelecidos na Constituição Imperial (GRINBERG, 2002, p. 32).

E no caso do Brasil, devido ao fato de os direitos políticos terem sido definidos teoricamente com a Constituição de 1824, podemos dizer que a categoria *cidadão* ganhou contornos polêmicos desde então. Especialmente por causa da existência de uma tensão que se construiu acerca das definições para o conceito de cidadania e manutenção do trabalho escravo.

Grinberg, ao refletir acerca da abertura de possibilidades aos negros no Brasil império, analisa a trajetória de Antonio Pereira Rebouças, um homem pardo que recebeu a permissão para atuar como advogado na Bahia, e a partir daí iniciou uma carreira de homem público, se tornando respeitado em todo cenário político imperial. O exemplo de Rebouças é claro ao nos demonstrar como a experiência de vida de um pardo livre, durante o período escravista, pode ser ampliada através das possibilidades que foram introduzidas pela igualdade civil. Sua trajetória de destaque foi principalmente fruto do processo educativo vivido por Rebouças no decorrer de sua vida.

A relação que Antonio Pereira de Rebouças estabeleceu com o ensino era algo que vinha desde cedo. Os seus irmãos também viveram uma boa experiência com a instrução, tanto que dois dos irmãos de Antonio se dedicaram a escrever sobre a instrução, “provavelmente incentivando outros jovens pobres e pardos como eles a seguirem o caminho da educação” (GRINBERG, 2002. p. 71). O irmão Manoel Maurício, após servir o Exército brasileiro, foi para a Europa em 1824, onde se bacharelou em Ciências e Artes, além de obter por lá o título de doutor em Medicina. Ao retornar para a Bahia no ano de 1832, dedicou-se à Medicina, ao universo acadêmico, e à publicação de artigos e livros. Segue abaixo trecho do

“Tratado sobre a educação doméstica e pública”, escrito pelo irmão de Antonio Pereira Rebouças, Manoel Maurício:

O homem sem instrução não tem moralidade; é a primeira necessidade do povo; pois que a instrução sendo um bem comum a todos; pelo menos a primária importa uma dívida da sociedade perante o povo, é uma obrigação do legislador que prepara e dispõe os presentes, e futuros para concorrerem ao bem comum [...]. A instrução é a base do direito político e o cidadão no gozo deste direito civil pode aspirar aos empregos os mais eminentes do estado, sem instrução o cidadão fica limitado ao direito civil, e tolhido de toda espécie de aspirações que envolvam o interesse público (REBOUÇAS, 1859, p. 6 apud GRINBERG, 2002, p. 70).

Enquanto defensor da Constituição e do direito civil, Rebouças também levantou a questão da importância dos direitos individuais e políticos do cidadão, além de aclamar pela ordem pública e pelo direito à propriedade no Brasil. De acordo com Grinberg, entretanto, é preciso atentar para outro fator. A luta pelos direitos civis no Brasil não foi algo igualitário, haviam disputas pelos espaços públicos de cidadania:

A questão é que a luta por direitos civis, no Brasil daquele momento, nada tinha de igualitária, e isto nos ajuda a entender por que esta pressão não foi exercida, com raras exceções, em conjunto. Ser igual era estar no último degrau da escala social, e embaixo ninguém queria ficar, nem que fosse em boa companhia. Daí que, para todos, a inclusão entre aqueles que tinham direitos civis implicava a exclusão de um outro grupo (GRINBERG, 2002, p. 84).

Quando os representantes da Assembleia Constituinte se referiam à extensão da cidadania aos libertos, se referiam estritamente aos direitos civis, e não aos direitos políticos. Pois eram através dos direitos políticos que a intervenção efetiva nos desdobramentos do Império aconteceriam.

Mesmo nos países que eram tidos como modelo pelos parlamentares brasileiros, como França, Estados Unidos e Inglaterra, eram comum que boa parcela da população não possuísse direitos políticos. Podemos afirmar que, durante a primeira metade do século XIX, a questão dos direitos políticos era algo que assumia um caráter restritivo, fosse no Brasil ou em outros Estados que pretendiam ser modernos. Para Grinberg:

Mesmo aqueles países onde a cidadania era proclamada como sendo de direito universal – ainda que não o fosse, como os já citados França, Inglaterra e Estados Unidos –, os direitos políticos não eram considerados entre aqueles que compunham a cidadania (GRINBERG, 2002, p. 113).



Apesar de as análises historiográficas terem contribuído para traduzir a cidadania como sendo o exercício dos direitos políticos, é importante mencionar que nem sempre a categoria *cidadão* trazia consigo direitos políticos, e em alguns casos também não significava a garantia de direitos básicos. Retornando ao exemplo de Rebouças, vale salientar que sua intenção era demonstrar que a sua cor não significava adesão a determinados princípios políticos, mas sim se afirmar enquanto um homem público defensor do direito civil e da expansão da cidadania a todos. Rebouças não apoiou na Bahia as revoltas, tanto a dos Malês como a Sabinada, o que gerou enorme descontentamento aos seus pares, os quais acusavam-no de não ter sequer levantado a voz para defendê-los. Apesar disso, autointitulava-se defensor dos direitos civis para aqueles que eram cidadãos ou aqueles que poderiam tornar-se cidadãos, e assim se caracterizava no cenário público da década de 1840, tornando-se uma figura política cada vez mais forte. Atuava defendendo o fim do tráfico de escravos, mas não o fim da entrada de africanos no Brasil, o que, segundo ele, poderia render frutos para a economia, tendo em vista que estes poderiam representar um tipo de mão de obra imigrante. De toda forma, Rebouças acreditava que a abolição do regime de trabalho escravo era um horizonte a sua frente, pois chegaria o dia em que todos os brasileiros nasceriam cidadãos. E enquanto esse dia não chegava:

A manutenção do regime de trabalho escravo e a limitação do acesso aos direitos civis eram entendidas como parte da continuidade da estrutura social do antigo regime português – como o regime de padroado e a superioridade da autoridade do rei em relação aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, por intermédio do exercício do poder moderador – e como tais deviam permanecer (GRINBERG, 2002, p. 177).

A cidadania se consolidava pouco a pouco naquele momento histórico, e os direitos civis passaram a ser sistematicamente negados a populações de descendentes africanos em diversos países. Enquanto um grande número de descendentes de escravos buscavam fazer com que os direitos civis fossem extensivos a eles, vários países, utilizando-se das teorias raciais, tomavam medidas jurídicas com a intenção de restringir o acesso de negros livres e libertos aos direitos da cidadania. Os Estados Unidos, por ter sido o lugar em que as teorias raciais, enquanto uma justificativa para negar direitos civis aos negros livres, mais ganharam força, adentrou o século XIX com o regime de trabalho escravo amplamente fortalecido. No caso do Brasil isso ocorreu no âmbito de participação na Guarda Nacional, e embora

[...] estivessem longe de desenhar a sociedade em linhas raciais tão rígidas assim, medidas como a de limitar o acesso de libertos à Guarda Nacional mostravam que ainda estava em jogo – e continuaria a estar por um bom tempo, dada a vitória do projeto saquarema – uma concepção de sociedade cujas linhas eram também fundamentadas na exclusão dos direitos de cidadania então existentes. Era justamente a defesa destes direitos que fazia de Rebouças um sujeito talvez até mais singular do que imaginava Nabuco, quando o descreveu em *Um estadista do Império* (GRINBERG, 2002, p. 178).

No que tange a uma tentativa de restrição dos direitos civis aos negros livres e libertos no Brasil, podemos dizer que de fato houve. E podemos citar o episódio ocorrido durante a sessão da Assembleia Legislativa de 25 de agosto de 1832, a respeito da escolha dos critérios para oficiais da Guarda Nacional. As emendas propostas no sentido de restringir a possibilidade de escolha somente aos homens que eram considerados cidadãos eleitores geraram polêmica. Os eleitores eram, naquele período, os brasileiros maiores de 25 anos que possuíam renda anual superior a 200 mil réis, não fossem os que serviam, nem poderiam ser caixeiros de casas de comércio, nem criados da Casa Imperial, nem administradores das fazendas rurais e fábricas. Não poderiam ser filhos que estivessem ainda na companhia de seus pais, nem religiosos enclausurados, criminosos ou então libertos. De acordo com Grinberg (2002), a intenção em colocar a emenda se baseava em restringir ao máximo a possibilidade que os cidadãos tinham de pertencer à Guarda Nacional. Entretanto, a cláusula referente aos libertos deixou Rebouças extremamente insatisfeito, a ponto de a considerar injusta, impolítica e inconstitucional. Rebouças, ao discordar da emenda, lembrou diante da Assembleia que os libertos haviam lutado na guerra de independência do país, especialmente na província da Bahia, com a mesma bravura que os outros cidadãos. E que essa medida era, portanto, não somente injusta, mas incendiária, uma vez que a Assembleia estava negando aos cidadãos um *status* que eles já haviam obtido, negando os plenos direitos de cidadania a um segmento da população que já havia conquistado esses direitos desde a Constituição de 1824.

Entretanto, Grinberg ressalta:

É curioso que, para Rebouças, quando se tratava da Guarda Nacional, não importava a cor de quem tinha posses; mas quando se tratava do Conselho de Estado, justamente a cor era escolhida como imagem para descrever os excluídos. Relacionando os dois discursos, portanto, vê-se que, mesmo ao mencionar a expressão “população mulata”, Rebouças não estava referindo-se à sua totalidade, mas a determinados membros desse grupo que haviam alçado posição social de destaque (GRINBERG, 2002, p. 184).

A insistência de Rebouças nos temas do direito civil pela via do discurso no âmbito da leis, que elegia apenas o fórum legislativo como lugar propício para expressão de ideias, fez que ele fosse visto com muita antipatia pelos seus pares, os mulatos. Pois estes, ao contrário dele, haviam elegido as ruas como o local para militância política. Ao ganhar a aversão dos parlamentares e repúdio de seus pares, Rebouças estava totalmente enfraquecido, e a partir de então ele jamais foi eleito representante de sua província natal no parlamento brasileiro. Entretanto, Antonio Pereira Rebouças continuou sendo um dos rábulas mais bem sucedidos da Corte.

As particularidades através das quais reverberou o projeto de Estado moderno no Brasil devem ser consideradas ao se refletir a respeito do direito civil e escolarização no Império – isso é decisivo especialmente para compreender as novas formas de manifestação desse aspecto moderno que se consolidava pouco a pouco na sociedade brasileira. Uma maneira de abordar esta questão seria buscar analisar “la progresión de los elementos que son como signos de las mutaciones em curso: las formas de sociabilidad, la imprenta y lo que condiciona su difusión, la alfabetización” (GUERRA, 2000, p. 102).

E ao atentar para a presença dos negros livres e libertos no espaço escolar de Mariana entre os anos de 1828 e 1860, nos debruçaremos sobre as fontes, as quais já foram mencionadas no início do texto, buscando indícios que revelem algo a respeito dos sentidos que a escolarização possam ter assumido. Buscaremos entender um pouco mais sobre essa cidadania que se formulou durante o século XIX no Brasil, qual, adequando-se a muitas das tensões que haviam em nosso contexto, assumiu uma formação específica, híbrida, especialmente no que tange à própria natureza do conceito liberal.

### **Sobre um padrão tradicional de abordagem do negro**

A historiografia educacional brasileira nos últimos anos, no que tange aos estudos sobre o século XIX, em especial as reflexões sobre o período imperial, caracterizou frequentemente o negro como um escravo, que, destituído de direitos, estabelecia uma relação de exclusão com a sociedade e o processo educativo, mantendo-se impedido de frequentar a escola.

Contrapondo esta perspectiva, ao analisarmos a instrução na província de Minas Gerais, buscaremos atentar para um conjunto de fontes documentais que registram a presença dos negros livres e libertos no espaço escolar de Mariana durante a primeira metade do século XIX. Tal procedimento nos leva a partilhar olhares com uma historiografia educacional brasileira mais atual, a qual percebe a escola pública instituída no século XIX como um espaço heterogêneo que não elegeu a elite branca como seu alvo principal, mas sim as classes menos favorecidas da sociedade imperial.

Ao não ser considerado um sujeito social pela historiografia tradicional, o negro se manteve durante longo período de tempo à margem também de nossa historiografia da educação. Na visão de Silvio Correa:

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social de escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro – escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (CORREA, 2000, p. 87).

Reconhecemos que nos últimos anos o espaço escolar foi frequentemente interpretado pela historiografia da educação sem levar em conta as possibilidades de presença do negro naquele local e dentro do processo educativo. Podemos dizer que tal descuido contribuiu para a realização de pesquisas pouco problematizantes em relação ao negro e a instrução, ou até mesmo que nem chegavam a mencionar a questão do negro que esteve inserido no processo de escolarização durante o século XIX no Brasil. Prevalencia, segundo Fonseca (2009), um padrão de invisibilidade dos negros na historiografia da educação, que se manifestou através de abordagens que refletem os negros apenas em condição de escravos ou excluídos socialmente.

Os estudos referentes aos negros dentro da historiografia da educação começaram a ocorrer a partir da década de 1980, e tais pesquisas eram ainda, na maioria das vezes, demarcadas por análises que priorizavam a questão da desigualdade nas vivências de negros e brancos no que tange à educação brasileira.

Podemos afirmar que somente a partir dos anos de 1990 evidencia-se o surgimento de algumas críticas em relação aos pesquisadores dessa temática, tendo em vista que o tema

referente ao estudo dos negros encontrava-se até aquele momento preterido de alguma maneira dentro da historiografia da educação. De acordo com Fonseca:

[...] nos anos de 1990, surgiram as primeiras críticas em relação à indiferença dos pesquisadores da área em relação a esta temática, que ainda continua a ter um lugar periférico na produção da maioria dos historiadores que investigam a questão educacional (FONSECA, 2009, p. 33).

As críticas questionavam não somente o pouco número de trabalhos até então realizados na área da história da educação com foco para a população negra, mas também o fato de essa reduzida produção tratar de tempos atuais, preterindo muitas vezes um tempo histórico mais remoto. Havia uma crítica, sobretudo, ao fato de esses estudos serem engendrados geralmente por pesquisadores afrodescendentes.

Ao realizar a crítica, Mariléia S. Cruz afirma:

Apesar de a história da educação brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras. Essa história tem sido resgatada por pesquisadores, grande parte afro-descendentes [...] Esses trabalhos têm sido em sua grande maioria voltados para abordagens de períodos mais atuais da história (CRUZ, 2005, p. 30).

Durante certo tempo, surgiu de forma recorrente na história da educação brasileira séries de pesquisas que, incorporando um padrão tradicional de abordagem do negro, afirmavam de um modo geral que essa população não havia frequentado escolas no período anterior ao século XX, e que essa parcela da sociedade tivera acesso ao ensino somente após o século XX, momento de maior expansão das escolas.

Entretanto, durante os últimos anos, nota-se o surgimento de trabalhos que contradizem tal perspectiva, trabalhos que buscam uma maior problematização das questões que envolvem a população negra e que atribuem, em certa medida, maior atenção às especificidades desse grupo.

Nesse sentido, ao realizar a crítica sobre o padrão tradicional de abordagem do negro pela historiografia da educação, o qual promove a invisibilidade desse grupo, Fonseca (2000) esclarece que estudos atuais sobre o tema do negro no espaço escolar têm surgido e caracterizam uma superação do padrão tradicional de abordagem do negro que havia sido instaurado. Sobre os estudos recentes ligados ao tema dos negros, Fonseca reitera:

É como uma reação a este tipo de entendimento que a presença dos negros em espaços escolares tornou-se um dos temas centrais da produção que vem sendo realizada sobre o assunto. Apesar de não haver um grande volume de pesquisas, esta produção vem demonstrando a necessidade de uma revisão na maneira como a população negra é abordada pela historiografia educacional. O conjunto dos trabalhos produzidos sobre o tema caminha no sentido de superar uma tradição de entendimento que promoveu a invisibilidade dos negros, e aponta para o fato de que a raça não é uma categoria periférica na construção da sociedade brasileira, mas sim, um elemento estrutural que se manifesta em todas as suas dimensões, inclusive na educação (FONSECA, 2000, p. 21).

Podemos afirmar, embora tardiamente, que a presença dos negros em espaços escolares vem se tornando um tema central nas pesquisas do campo história da educação, e a experiência do negro vem sendo mais problematizada pelo olhar do pesquisador. Vale ressaltar que a nossa pesquisa pretende incorporar esse movimento de superação do padrão tradicional de abordagem do negro, e partilhar olhares com uma nova abordagem historiográfica que percebe o negro enquanto sujeito ativo de sua história. Buscaremos avaliar e interpretar a população negra levando em conta principalmente suas ações e experiências no que tange à análise de seu processo de escolarização.

### **Contribuições de uma nova abordagem historiográfica: o negro enquanto sujeito ativo na História da Educação**

Abordaremos alguns dos diversos trabalhos que vem sendo desenvolvidos e que se enquadram na nova abordagem historiográfica, a qual analisa o negro por uma ótica distinta àquela que os anula enquanto sujeitos históricos. E rompe também com o padrão de invisibilidade que durante algum tempo caracterizou a população negra nas pesquisas em história da educação. Destacamos um aumento considerável de investigações a respeito das relações entre o ensino e a população negra no Brasil, especialmente no período que se refere ao século XIX, o que representa um fortalecimento da temática no campo.

O negro passa a ser interpretado não somente em sua condição de subjugado, escravo ou ex-escravo, mas principalmente enquanto elemento estrutural de formação de nossa sociedade, enquanto sujeito ativo em sua própria história. Abordaremos alguns destaques, dentro da historiografia educacional, que se referem aos estudos sobre a população negra e suas relações com o ensino. Buscaremos dialogar com alguns desses estudos no intuito de

esclarecer algumas contribuições historiográficas que eles podem trazer para esta pesquisa e tentaremos identificar em que medida alguns deles irão se aproximar ou se afastar da perspectiva de nossa análise.

Sobre os trabalhos que refletem a questão do negro durante o século XIX, analisando-o por uma perspectiva distinta àquela que os anula enquanto sujeitos históricos, podemos destacar primeiramente o estudo de Eliane Peres realizado em 2002. Seu artigo traz reflexões importantes sobre a questão do silenciamento das fontes, e é o primeiro artigo dos quatro que compõem o dossiê “Negros e Educação”, do quarto número da *Revista Brasileira de História da Educação* publicada no segundo semestre de 2002. Destacaremos esse artigo, intitulado “Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais”, o qual apresenta uma reflexão acerca da presença de homens negros nos cursos de instrução primária que foram criados na Biblioteca Pública Pelotense no ano de 1877.

A autora discute o silenciamento das fontes da Biblioteca com relação à presença desses homens durante os cursos. Para certificar-se da existência desses alunos, foi necessário que a autora desenvolvesse não somente a análise de distintas fontes, mas principalmente o entrecruzamento destas. Peres (2002) buscou quem seriam esses alunos negros, se seriam apenas livres ou também escravos, além de refletir também porque a elite pelotense teria se preocupado com a instrução desses homens enquanto vivíamos um contexto escravista.

Peres (2002) utilizou em um primeiro momento como fonte para seu estudo apenas três livros de matrícula dos cursos de instrução primária que eram oferecidos na Biblioteca Pública Pelotense. Essas fontes continham as categorias “nome”, “idade”, “nacionalidade”, “profissão”, “filiação”, e silenciavam-se quanto à questão étnica. Segundo a autora:

A curiosidade e as interrogações surgidas com o manuseio e leitura dos livros de matrícula tornaram necessário percorrer cuidadosamente os jornais do período compreendido entre 1875 e 1915, para, entrecruzando dados, comparando fontes, cruzando notícias, “recompor” a história dos cursos noturnos [...] (PERES, 2002, p. 78).

Posteriormente, o uso de fontes da imprensa local foi necessário para o desenvolvimento da pesquisa e entrecruzamento de informações. A contribuição de seu trabalho ocorre na medida em que nos indica, principalmente, as várias possibilidades existentes quanto ao tratamento dos documentos históricos. Pois, no momento em que o

pesquisador se depara com o “silenciamento” de informações em uma fonte, torna-se um desafio ainda maior desvendá-la, interpretá-la, sendo preciso criar mecanismos de investigação que priorizem o entrecruzamento com outras fontes de variadas espécies.

Sobre os motivos que levaram a existência destes cursos na Biblioteca Pública Pelotense, notamos que a justificativa da autora para que tenha existido, durante o contexto escravista, um espaço de instrução voltado aos negros, se resume ao discurso das elites. Ou seja, segundo a autora “o objetivo era manter a ordem, disciplinar, incutir preceitos de moralidade e civilidade” (PERES, 2012, p. 86).

A análise de Peres (2002) se distancia daquela que pretendemos realizar, pois consideramos que a existência de um espaço escolar voltado para o negro durante esse período histórico poderia nos dizer algo sobre a natureza do Estado, algo que não se resume somente a uma pretensão das elites em disciplinar o negro e inculcar-lhe valores, mas que se relaciona com o pressuposto da existência entre nós do direito civil. Portanto, apesar de sua contribuição no que tange ao tratamento das fontes para a pesquisa, a perspectiva colocada pela autora se distancia de nossa perspectiva de análise.

Pretendemos avançar em nossa pesquisa desenvolvendo um olhar diferenciado para as finalidades que se julgava ter o ensino durante o século XIX. Mais do que civilizar e disciplinar a sociedade, sugerimos que a instrução é central dentro do projeto de nação, se forjando como estratégia de superação dos valores da escravidão e abrindo um cenário de possibilidades sociais aos negros, enquanto se construía o pano de fundo de uma cidadania que se intencionava instaurar no decorrer desse século.

Peres (2002) ressalta ainda a importância e a necessidade de as pesquisas atentarem para a questão étnico-racial, pois esta representa uma “possibilidade ímpar para ‘revelar’ a presença da comunidade negra em experiências formais de escolarização, o que por sua vez ajudaria a desmistificar a ideia corrente de que os negros não sabiam ler e escrever, não estudavam ou não frequentavam a escola no século XIX” (PERES, 2012, p. 81).

A educação dos negros também é discutida no livro *500 anos de educação no Brasil*, publicado no ano de 2000. E vale destacar o artigo intitulado “Negros e educação no Brasil”, de autoria de Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves, o qual visa discutir a educação da população negra após o processo de Abolição da Escravatura a partir da atuação do Estado e das entidades negras. Nesse sentido, Gonçalves (2000) assinala que o Estado, em seu



entendimento, deveria se responsabilizar pelo ensino das crianças que haviam nascido de mães escravas após a Lei do Ventre Livre, e que, no entanto, não o teria realizado. Segundo o autor, o Estado não cumpriu seu papel, que por sua vez deu lugar a uma iniciativa que partia da própria comunidade negra, configurando-se uma iniciativa em prol dela mesma, que atingia seus pares e contribuía para seu processo educativo. Nesse contexto, as irmandades negras atuavam como embriões que buscavam oferecer escola aos integrantes da comunidade negra, contribuindo assim no fortalecimento de seu próprio reconhecimento enquanto sujeito histórico.

Ainda tratando sobre o tema do negro, as relações com a abolição da escravidão e seu processo educativo, podemos citar um dos livros de destaque do autor Marcus Vinicius Fonseca (2002), intitulado *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Nessa obra o autor intenciona “elucidar o sentido da questão educacional no contexto do processo de abolição do trabalho escravo e sua importância para a proposta de integração dos negros à sociedade como seres livres” (FONSECA, 2002, p. 11).

Foi utilizado pelo autor amplo conjunto de fontes documentais bem como relatórios e anexos de relatórios dos ministros, e secretários de Estado dos Negócios e da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas. Alguns projetos de lei que haviam sido apresentados à Câmara dos Deputados sobre a Lei do Ventre Livre e a própria Lei do Ventre Livre, entre outras fontes, assumem também destaque na sua pesquisa. Fonseca (2002) refletiu sobre a Lei do Ventre Livre enquanto momento chave que antecedeu a libertação dos escravos em 1888, vinculando essa discussão à importância da educação para a população negra.

Segundo Fonseca (2002), as discussões sobre ensino caminhavam de forma paralela às discussões polêmicas que se davam em torno da questão abolicionista. Se tornou necessário “realizar uma análise das concepções e práticas educacionais em relação aos negros e que foram apresentadas como essenciais para o encaminhamento da abolição do trabalho escravo no Brasil” (FONSECA, 2002, p. 9).

Os sujeitos analisados em sua pesquisa são os intelectuais, senhores de escravos e políticos, ou seja, os indivíduos que, segundo Fonseca (2002), se envolveram melhor e mais diretamente com a questão do projeto abolicionista. O autor justifica a abordagem pela visão dos dominadores alegando que essa perspectiva esclarece a tentativa que havia por parte dos dominadores em se produzir novas estratégias de dominação para os negros durante os anos

finais do Império, especialmente durante os anos finais da luta abolicionista. Para o autor, a educação poderia representar nesse contexto “um mecanismo de dominação que permitisse a manutenção da hierarquia social e racial” (Fonseca, 2002, p. 16). Entretanto, mesmo sendo objetivo do autor analisar a questão do contexto abolicionista através da ótica do dominador, vale ressaltar a pouca prioridade que foi dada pelo estudo à ótica dos próprios negros. Isso corrobora, de alguma maneira, a constatação de que o estudo do autor mantém resquícios de um padrão de abordagem tradicional do negro, crítica realizada posteriormente pelo próprio Fonseca (2009). Vale questionar, ainda, em que medida os abolicionistas, dentre eles os intelectuais que se envolveram diretamente com a luta abolicionista, seriam de fato parte de um setor dominante, embora sejam em sua maioria vindos de classes sociais privilegiadas. Não seriam eles, de alguma forma, a expressão autêntica da busca por consolidar um Estado-Nação moderno? Acreditamos que as ideias abolicionistas expressam de alguma maneira uma opinião pública que não se limitou às estruturas patriarcais de poder, se constituindo como algo muito maior, não estando restritas à questão do estrato social. E que buscavam, sobretudo, estabelecer um contraponto à ideia do escravagismo em nossa sociedade.

Gonçaves (2000) e Fonseca (2002) esclarecem que, após a Lei do Ventre Livre, no ano de 1871, exigia-se que os senhores de escravos estivessem responsáveis pela criança negra até a idade de oito anos, em seguida esperava-se que tais crianças fossem encaminhadas às instituições do Estado que haviam sido criadas para educar e cuidar destas. Porém, muitas das crianças continuavam nas senzalas sem receber qualquer tipo de educação, e diversas instituições criadas pela União para receber as crianças acabavam não recebendo nenhuma criança negra. Todavia, o ensino seria garantido somente àquelas crianças que fossem entregues ao governo, caso contrário, elas ficariam sem acesso à escola. Por isso, era comum a situação de um negro, mesmo estando livre, viver até a idade de vinte anos nas senzalas, recebendo o tratamento dispensado aos escravos, o que nos revela que em alguns casos a criança negra livre muitas vezes continuava inserida no universo da escravidão.

Referente à questão do ensino para os negros, vale citar o trabalho de Jeruse Romão (2005) intitulado “Educação, instrução e alfabetização no teatro experimental do negro”. Nesse estudo, a autora busca analisar a formação de atores negros pelo Teatro Experimental do Negro na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1940, cuja expressão artística revela aspectos da visão de mundo da comunidade negra.

Um estudo de maior destaque no que tange à questão dos negros e ensino no final do século XIX é realizado por Miguel Luiz da Conceição (2007) e intitula-se *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. O autor buscou analisar primeiramente um relatório redigido em 13 de maio de 1888 pelo conselheiro Manoel Machado Portella, presidente da província da Bahia, no qual este declarou a criação naquela província de uma associação chamada “Sociedade Treze de Maio”. Esta tinha por objetivo promover a educação dos libertos, defendê-los e inseri-los na sociedade, bem como a criação de uma escola para aqueles que a abolição colocaria em liberdade. No dizer de Conceição (2007), o documento “parecia contestar o discurso, recorrente na historiografia e em outros meios, de que os ex-escravos teriam sido ‘abandonados à própria sorte’ após a Abolição” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 8).

Apesar de reconhecer o abandono dos ex-escravos em diversos âmbitos da sociedade, o autor reflete se teria havido no campo da educação um projeto de governo que se voltasse para a inclusão da população negra ex-escrava na sociedade baiana. Ao analisar se existiu de fato a iniciativa de incluir essa parcela da população por parte de Machado Portella, o autor questiona em seguida o que esse tipo de situação provocara na sociedade baiana.

Segundo Conceição (2007), um aspecto positivo e decisivo da iniciativa de Portella foi a sua opção por encaminhar a questão da instrução dos ex-escravos e ingênuos através de uma ação particular, e não do Estado. Sobre a questão, o autor analisa as possíveis motivações para que Portella optasse por outros caminhos em vez de um apoio do Estado:

Talvez fugisse da lentidão das decisões legislativas, talvez buscasse auferir dividendos políticos, ou até mesmo fosse movido por convicções próprias alimentadas por idéias liberais, apesar de pertencer ao partido conservador. O certo é que apenas três dias após a Abolição convocou um grupo de destacados cidadãos baianos dos diversos segmentos sociais e econômicos para pôr em prática seu projeto, possivelmente confiante que a essa ação inusitada fosse gerar os melhores resultados a curto prazo. Pelo menos num primeiro momento foi o que aconteceu, embora em uma dimensão talvez mais modesta do que esperava [...] (CONCEIÇÃO, 2007, p. 118).

Ao identificar e apoiar o fato de que a iniciativa promovida para a instrução de libertos e ex-escravos na Bahia tenha partido de uma representação das elites, Conceição (2007) se refere ao Estado como sendo omissor.

O estudo também aborda a discussão em torno da educação primária e dos escravos e libertos na Bahia, com foco para a atuação insuficiente do governo no que tange ao processo

de inserção desse público na sociedade. E principalmente segue investigando algumas ações dos libertos no sentido de garantir instrução para si e para seus filhos.

Sobre o papel do Estado, o autor afirma:

[...] embora reconhecendo o seu papel de condutor e implementador das políticas de educação voltadas para as “camadas populares”, o Estado pouco fez além de se repetir em sucessivas e insuficientes reformas. Com relação ao escravo, negou-lhe completamente o acesso à instrução pública; para os ingênuos foi extremamente tímido, quando não omissivo, em garanti-la ou obrigar que fosse dada pelos senhores a quem facultara a guarda e responsabilidade de educá-los. Quanto aos libertos pela Lei, os “13 de maio”<sup>6</sup>, preferiu aderir, conivente e convenientemente, aos interesses das classes dominantes e diluí-los nominalmente na massa dos “desvalidos”, dos “menos favorecidos”, considerada amorfa e moldável aos seus propósitos e interesses, apesar do discurso que clamava pela necessidade de formar “cidadãos”[...] (CONCEIÇÃO, 2007, p. 147).

De fato, houve no decorrer do século XIX sucessivas reformas educacionais que obtiveram pouca repercussão na prática; porém configura-se um equívoco afirmar que esse caráter marcadamente insuficiente das políticas educacionais no Império significa que o Estado isentou-se da responsabilidade do ensino, agindo de forma “tímida” e “omissa”. Na verdade, realizou-se uma efetivação dessas políticas educacionais na medida do que era possível para aquele tempo histórico e dentro dos limites do Estado imperial.

Nessa perspectiva, somos levados a conceber os esforços para com a educação no século XIX como algo que caracteriza a própria natureza do Estado moderno. Nossa hipótese é a de que se formula no século XIX uma proposta da educação enquanto uma razão política ou razão de Estado e aquela mantém o compromisso de expandir-se apenas no sentido de formar uma sociedade civil a longo prazo. Portanto, um compromisso apenas doutrinário que aponta para a natureza da nação que se quer construir.

Contudo, sabemos que, embora o acesso dos escravos ao espaço escolar tenha sido negado por lei durante o período imperial – exceto a partir do decreto Leônício de Carvalho (1879) – pelo fato de estes não serem considerados cidadãos, estudos<sup>7</sup> sobre o tema revelam que o acesso dos negros livres e libertos ao espaço escolar era permitido em diversas províncias do império. Vale ressaltar também a existência de dados que comprovam a presença de escravos alfabetizados<sup>8</sup> em Minas Gerais durante a década de 1830, bem como a

---

<sup>6</sup> Como se referiam aos libertos e ex-escravos (CONCEIÇÃO, 2007).

<sup>7</sup> Como os de Silva (2000), Veiga (2005), Barros (2005) e Cruz (2008).

<sup>8</sup> A partir de listas nominativas da Província de Minas Gerais entre os anos de 1831 e 1838.

existência de um espaço escolar que se destinava a meninas escravas no Maranhão durante a segunda metade do século XIX (CRUZ, 2008).

Conceição (2007) conclui que os escravos, libertos e ingênuos por sua própria ação “continuaram desenvolvendo estratégias que lhes garantissem alguma instrução, pois também estavam conscientes da importância dela para a sua própria inserção no mercado de trabalho, e até para alguma ascensão social, mesmo limitada”. De toda forma, nos cabe descobrir se há alguma informação que nos indique a existência de estratégias por parte dos negros para acesso ao espaço escolar em Mariana na primeira metade do século XIX.

Ao refletir sobre os trabalhos que tratam do negro no período Imperial ao longo do século XIX, podemos destacar alguns. Dentre eles, o importante estudo de Adriana Paulo Silva (2000), intitulado *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Nesse livro, a autora apoia-se em ampla base documental, desde relatórios do Ministério do Império e Inspeção Geral da Instrução Pública da Corte até os ofícios entre a Câmara Municipal e o ministro, além de revistas e impressos; tudo isso no intuito de investigar as relações entre instrução primária e a possibilidade dos negros livres, ex-escravos e libertos de ascenderem a algum ofício que os distanciassem do estigma do cativo.

Silva (2000) recupera em seu trabalho a história do professor negro chamado Pretextato dos Passos e Silva, que mantinha em sua casa uma escola para meninos “pretos”. Ele que também se dizia “preto” e era possivelmente descendente de libertos, conseguiu manter do ano de 1853 a 1873, com a autorização do Ministério do Império, uma escola onde ensinava primeiras letras aos meninos negros na freguesia de Sacramento, no Rio de Janeiro.

A escola de Pretextato significou uma possibilidade de instrução dos descendentes de escravos e libertos, algo que se constituía, naquele contexto histórico da segunda metade do século XIX, uma estratégia de superação da realidade em que viviam. A pesquisa de Silva (2000) questiona também qual teria sido a razão para o inspetor-geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, Eusébio de Queirós, ter concedido ao professor Pretextato deferimento em seu pedido para funcionamento da escola, sem que o citado professor precisasse passar pelos exames a que os professores deveriam ser submetidos para serem autorizados a lecionar. De toda forma, ao conceder a Pretextato a dispensa do Exame de Capacidade e a licença para o funcionamento de sua escola, Eusébio de Queirós silenciou sobre a sua cor e sobre a

condição dos alunos daquele mestre “preto”. Nada foi relatado sobre a questão étnica e possíveis barreiras sociais impostas àqueles segmentos na sociedade imperial escravista. Na opinião da autora, isso poderia ser explicado pelo fato de que o objetivo daquele mestre era ensinar aos meninos pretos e pardos apenas as primeiras letras, o que representava especialmente fazê-los “aprender com perfeição” os códigos culturais do universo letrado.

Vale aqui questionar se as aulas do professor Pretextato se concentravam somente em transmitir os códigos culturais dominantes da nossa sociedade imperial. De alguma maneira podemos pensar que o silenciamento de Eusébio de Queirós dava ao professor “preto” possibilidade de lecionar ao mesmo tempo em que ele, juntamente com seus alunos, construía naquele espaço escolar valores e anseios ligados ao próprio universo do negro.

Ao refletir a atuação de Pretextato, a autora reitera:

Nesse sentido ele, inteligente, crítico, esperto e engajado, teria agido daquela forma [utilizar estereótipos que identificavam indivíduos pretos para conseguir o deferimento para continuidade de sua escola] para burlar as duras regras da sociedade escravista a qual o oprimia e aos seus alunos (SILVA, 2000, p. 160).

Notamos que as reflexões de Silva não mencionam a possibilidade de que o próprio Eusébio estivesse naquele momento já sintonizado com os valores modernos ligados à dimensão da igualdade civil, os quais a sociedade brasileira estava começando a incorporar. A perspectiva de análise da autora é incapaz de perceber uma sintonia de Eusébio de Queirós, especialmente uma sintonia de sua postura, com a natureza do Estado-Nação que estava se constituindo no Brasil império. Pode-se até mesmo sugerir que Eusébio estava ciente do universo de possibilidades que a escolarização iria abrir “àqueles negrinhos”, uma gama de possibilidades que passaria a existir, vinda da chance que de certa forma estava sendo dada aos alunos de Pretextato.

Entretanto, o fato de Eusébio de Queirós ter permitido a Pretextato a dispensa do Exame de Capacidade representa também um indício de que o Estado não mantinha “duras regras” no que tange à escolarização dos negros livres; pelo contrário, até flexibilizava tais regras, como foi o caso da dispensa dada a Pretextato.

Podemos dizer que, apesar da perspectiva de análise de Silva (2000) ser distinta da nossa, a autora se destacou com seus estudos, pois narrou a interessante história até então desconhecida da escola do professor Pretextato. E, principalmente, buscou analisar os negros

não como sujeitos passivos, como costumava fazer a historiografia tradicional, mas, sim, através de um olhar pouco empregado até então nos estudos referentes ao século XIX, que interpreta o negro enquanto sujeito histórico capaz de influenciar os processos históricos, e a população negra como um grupo que possuía seus anseios, que também via perspectivas e significados no ensino, e não se negava a buscar, de alguma maneira, o seu lugar social.

Ao demonstrar que os negros eram capazes de utilizar estratégias e elementos presentes na própria sociedade escravista para criar seus espaços de liberdade, a autora constatou um processo em que o negro construiu suas “próprias visões de liberdade”, e alguns dos escravos, por sua vez, agiam no intuito de mudar a sua condição naquela sociedade. Dominar os códigos culturais daquele período significava possuir um instrumento em potencial para as transformações sociais, e, segundo Silva (2000), a busca por conhecer esses códigos culturais ocorreu por parte tanto dos libertos como dos representantes de escravos.

Os estudos de Silva (2000), além de nos apresentar uma experiência interessante de resistência vivida pelo professor Pretextato, nos incentiva a investigar e refletir a presença dos professores pardos no Termo de Mariana.

Em uma breve análise de um conjunto de listas nominativas que registraram a população em diversas localidades da província mineira na década de 1830, notamos a existência de professores pardos em Mariana, além do registro de diversos alunos negros. Isto representa para nossa pesquisa um aspecto importante para análise. Investigamos, então, como se davam as relações da população negra com a questão da instrução. É interessante questionar sobre quem eram estes professores pardos, se possuíam outro ofício. É importante responder alguns questionamentos para pensar a relação existente entre o Estado imperial, a província mineira e esses professores pardos. De toda forma, pensar o professor também é importante para avaliarmos a relação que possivelmente há entre a escolarização do negro professor e a formação da Nação.

Outro importante estudo, intitulado “Alunos pobres no Brasil, século XIX: uma condição da infância”, foi realizado por Cynthia Greive Veiga (2004a) e trouxe reflexões importantes sobre os alunos pobres de origem negra no século XIX com foco para a província de Minas Gerais. Ao pensar a condição de infância mineira neste período, Veiga buscou articular a condição de aluno à condição de infância a partir da documentação que tratou da institucionalização da instrução elementar na província de Minas Gerais entre 1835 e 1889. A

autora constatou uma significativa presença de alunos de origem pobre presentes na escola pública mineira, sobretudo alunos negros, mestiços e pardos, e afirma:

[...] a instrução elementar foi organizada e estruturada para as camadas pobres da população, uma vez que as crianças provenientes de famílias com certo poder aquisitivo podiam usufruir da educação doméstica com mestres particulares e/ou frequentar as aulas particulares existentes nas províncias (VEIGA, 2004a, p. 4).

A presença de alunos pobres, em especial os negros, nas escolas do século XIX na província de Minas Gerais é tema de outra análise de Cynthia Greive Veiga, apresentada em um texto também de 2004 intitulado “Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX”. Ao utilizar uma análise documental que compreende legislações, relatórios de presidentes da província, mapas de população, mapas de frequência de alunos, entre outros, a autora concluiu que não havia discriminação da cor para o processo de matrícula dos alunos nas aulas de instrução elementar em Minas Gerais. Veiga afirma:

[...] a questão da origem racial das crianças não se constituiu em impedimento de frequência à escola pública. No processo de institucionalização da instrução elementar houve sim uma rígida demarcação relativa à condição jurídica das crianças (se livre ou escrava) [...] (VEIGA, 2004b, p. 2).

Reflexões e conclusões presentes nesse estudo contribuíram trazendo questões para pensarmos o processo de institucionalização da instrução e a figura do negro, em certa medida a própria postura do Estado imperial que idealizou uma escola que se direcionava às camadas desfavorecidas da sociedade. Qual a natureza desse Estado-Nação que inventou uma escola para os desfavorecidos? Havia somente a intenção do governo em civilizá-los, tornando-os menos rudes e mais afeitos às normas sociais? Qual a natureza do Estado que estava se constituindo? Podemos sugerir também um Estado imperial que lançava, à sua maneira, as bases de uma cidadania que se formulava pouco a pouco, e que mantinha em sua natureza valores modernos, não somente civilizatórios, tal como o valor da igualdade civil dos homens livres. Em função de tais questionamentos, acreditamos que haverá algumas contribuições dessas leituras para a confecção deste texto dissertativo, principalmente para pensarmos a natureza do Estado-Nação que se quer construir.

Um importante estudo que também pensa a educação dos negros no século XIX é realizado por Surya de Barros (2005) e intitulado *Negrinhos que por ahi andão: a*



*escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Nesse trabalho, a autora investiga a presença de negros na escola pública em São Paulo e analisa como ocorreu o processo de escolarização formal dessa população entre o final do século XIX e início do século XX. Barros (2005) trabalha com a hipótese de que o processo de escolarização dos negros e brancos foi diferente e desigual, o que resultaria em um distanciamento entre os níveis de escolarização de um grupo e de outro. Sua pesquisa caracterizou dois pontos de vista distintos ao pensar a questão da educação dos negros, os quais a autora caracterizou como “ação branca” e “ação negra”. Barros afirma:

A ação branca, que será discutida no segundo capítulo, refere-se ao papel desempenhado pela camada branca da população, especialmente as elites brancas, em relação à educação dos negros. A ação negra, debatida no capítulo seguinte, diz respeito à visão e iniciativas da própria população negra no que se relaciona à educação escolar (BARROS, 2005, p. 28).

Conforme Barros (2005) é necessário pensar a questão do letramento como um processo que é apreendido não apenas no espaço escolar, mas sim como um universo que naquele período, segundo a autora, já começava a se tornar parte da experiência da população negra.

O final da segunda metade do século XIX esteve relacionado, entre outras questões, ao fim do escravismo no contexto da luta abolicionista. A população negra mais especificamente era tida como um grupo que necessitava da instrução como uma forma de prepará-los para a inserção na sociedade organizada.

Ao mesmo tempo em que se criou um movimento em favor da instrução para a população negra em São Paulo, gerou-se um conflito. Barros (2005) relata casos de professores que se incomodavam com o fato de os alunos negros serem educados junto com os alunos brancos. Porém, a presença dos negros nas escolas estava ligada não somente à vontade das elites de educá-los, mas principalmente se relacionava à percepção que os próprios negros começavam a construir a respeito do processo educativo – os negros, em muitos casos, reconheciam a importância do ensino para o processo de afirmação do seu lugar social. Contudo, Barros conclui:

Naturalmente, com o desenrolar da pesquisa, pudemos perceber que nem a população negra era um bloco coeso que lutava para entrar na escola, e nem as elites brancas tinham como grande objetivo proibir que os negros conseguissem ter acesso à instrução (BARROS, 2005, p. 145).

Esse estudo foi muito importante para a melhor elaboração de uma de nossas questões, pois, na medida em que a autora pensa a questão da “ação branca”, ela compreende de que forma a elite idealizava para os negros uma instrução que os civilizasse, para que eles pudessem fazer parte de uma sociedade organizada, instruí-los para incluí-los. Porém, da maneira que segue a análise, Barros reflete também sobre a “ação negra”, concluindo que a população negra por sua vez estava ciente em certa medida dos benefícios de instruir-se, até mesmo para não somente inserir-se na cultura letrada e organizacional, mas principalmente para afirmar-se enquanto sujeito histórico.

Tais reflexões nos levam a refletir se houve na primeira metade do século XIX, por parte da população negra, alguns anseios em se afirmarem enquanto sujeitos, participantes ativos do processo histórico. Vale analisar se houve, no espaço educativo em Minas Gerais, especificamente no Termo de Mariana, indícios, ou relatos de negros que buscaram se afirmar pelo espaço educativo. Se houve, buscamos avaliar em que medida isso teve repercussão. Buscamos, no decorrer da investigação, identificar experiências relativas a essa questão.

Um trabalho importante e bastante completo referente ao tema da escolarização dos negros na província mineira durante o século XIX é a tese de Marcus Vinicius Fonseca (2007), intitulada “*Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*”. Nesse estudo, o autor buscou analisar a estruturação de uma política mineira de instrução pública entre os anos de 1820 a 1850, e o nível de relação existente entre esse processo e a população negra livre, sendo esta a parcela mais expressiva dentro da estrutura demográfica de Minas Gerais naquele período.

Ao utilizar como referência a documentação censitária de 1831, Fonseca (2007) buscou construir um perfil racial das escolas mineiras nesse período, e o confrontou com informações presentes em outros documentos, revelando a informação, até então não quantificada, de que era majoritária a presença dos negros nos espaços escolares da província de Minas Gerais na década de 1830.

A obrigatoriedade da instrução implementada na província mineira a partir de 1835 e o discurso civilizacional assumem um significado específico quando contraposto às características da população mineira. Conforme Fonseca (2007), o discurso sobre a obrigatoriedade escolar na província estaria associado ao perfil racial da população mineira, o qual era predominantemente não branco.

Nesse sentido, a existência de uma população de ascendência majoritariamente africana na província de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX representa, na visão do autor,

[...] uma das justificativas para que a legislação mineira se sobrepusesse à Constituição do Império, estabelecendo a gratuidade e obrigatoriedade da instrução, estabelecendo, inclusive, punição para os pais que não enviassem seus filhos a escola, pois a educação era concebida como um elemento fundamental na constituição de um povo civilizado e esta não era uma das características atribuídas à população negra. Portanto, era exatamente onde predominava esta população que a educação deveria ser tomada como um instrumento essencial na constituição de um povo ordeiro e civilizado. (FONSECA, 2007, p. 175).

No Estado moderno, a educação representou um elemento fundamental não somente para a constituição de um homem civilizado, mas principalmente para a formação de um cidadão moderno. Cabe a nós, portanto, durante a pesquisa, não avaliar o Império somente em suas intenções civilizatórias, incorporando a ótica de que prevalecia o Estado homogeneizador, mas sim dimensionar e buscar compreender a natureza desse Estado-Nação que, independentemente do discurso engendrado pela elite desta ou daquela região, institucionalizou a instrução enquanto um elemento constitutivo para as bases da cidadania moderna, criando assim as possibilidades legais desse recurso.

Para Fonseca (2007), a obrigatoriedade do ensino instaurada na província de Minas Gerais a partir de 1835 estaria ligada à necessidade de colocar em circulação elementos civilizatórios:

[...] a obrigatoriedade da difusão da instrução pode estar relacionada com o perfil racial da população mineira que, em maiores proporções que em outras províncias, tinha a necessidade de colocar em circulação os elementos tidos como necessários à civilização do povo (FONSECA, 2007, p. 173).

De forma recorrente, percebemos que a história educacional brasileira vincula a ideia de instrução no século XIX à noção de civilização, o que geralmente contribui no sentido de sugerir interpretações que caracterizam a sociedade mineira imperial fortemente sintonizada com um Estado civilizador. Porém, nesta pesquisa, intencionamos seguir ampliando nossa compreensão para além de um Estado meramente civilizador, buscando compreender as bases do Estado-Nação no sentido, principalmente, de identificar a natureza moderna, que sugerimos estar presente na configuração do governo imperial.

Um espaço escolar na província de Minas Gerais que se constitui de forma etnicamente heterogênea durante o século XIX, em um país de contexto escravista, nos diz algo sobre o Estado que parece revelar em si um valor de igualdade no que tange à questão da civilidade. Contudo, a despeito de ser civilizador, sugerimos que este Estado se forja, introduzindo antes de tudo, a questão igualitária, no que se refere à dimensão civil. Um Estado cidadão que, mesmo monárquico e repleto de singularidades, assume importantes características de um Estado moderno. Contudo, a pesquisa de Marcus Vinicius Fonseca (2007), embora contribua bastante para que possamos construir uma investigação adequada da população negra, considerando suas singularidades e ações, por outro lado, se distancia de nossa perspectiva de análise, especialmente no foco central de sua interpretação e no que diz respeito à abordagem que intencionamos realizar do Estado imperial. Nosso contraponto com Marcus Vinicius Fonseca concentra-se principalmente no fato de que a ideia civilizatória representa uma proposta das elites, a qual, sintonizada também com os ideais europeus de civilidade, se mantém guiada em certa medida pelo preconceito. Ao passo que pensar o Estado-Nação imperial sendo perpassado pela noção da igualdade civil e constituindo-se especialmente como uma *res publica* significa realizar uma análise criadora de possibilidades que se abrem ao protagonismo negro: se efetivamente tais possibilidades foram criadas, cabe à pesquisa responder.

Ao traçar o perfil racial nas escolas mineiras do século XIX e identificar um público escolar majoritariamente negro, Fonseca (2007) analisa o sentido disso no contexto escravista e realiza uma profunda análise crítica da historiografia educacional, denunciando o tipo de reflexão que “tradicionalmente interpretou a escola como uma instituição com a qual os negros estabeleceram contatos esporádicos ou casuais” (FONSECA, 2007, p. 4). Da mesma forma, pretendemos também, como já foi mencionado anteriormente, romper com a forma de abordagem tradicional do negro e do espaço escolar, e refletir a escola como um espaço que se constituiu de forma heterogênea durante seu processo de consolidação no decorrer do Império brasileiro.

Outro importante estudo que aborda a população negra em seus processos educacionais foi realizado por Mariléia dos Santos Cruz (2008) e intitula-se “Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX”. A investigação evidencia a participação dos negros em processos educacionais e

civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão durante o século XIX e busca reconstituir a efetivação, por parte dos negros, de práticas sociais ligadas ao processo civilizatório no Brasil. Dentre as práticas destacam-se:

[...] a adesão a costumes socialmente aceitos; organização em instituições religiosas; aspiração e efetivação de escolarização; bem como o uso dos saberes elementares ligados a processos escolares como forma de adquirir maior mobilidade no contexto complexo da escravidão (CRUZ, 2008, p. 22).

Cruz (2008) utilizou uma série de fontes impressas e manuscritas para o desenvolvimento de sua pesquisa, dentre elas compromissos de irmandades, relatórios oficiais, almanaques, leis provinciais, a imprensa maranhense e documentações paroquiais. Ao retratar situações em que os negros, até mesmo em condição de escravos, “faziam uso de símbolos ligados à ideia de civilidade, destacando-se a leitura e a escrita no contexto das irmandades e das principais insurreições maranhenses do período”, a autora reconstituiu momentos em que a população negra estivera viabilizando esforços para participar da vida social daquele período, “apropriando-se dos valores e das práticas culturais oficializadas” (CRUZ, 2008, p. 9).

Embora Cruz (2008) tenha constatado a presença de alunos e alunas negras, alguns até em condição de escravos, nas escolas maranhenses durante o século XIX, seus estudos apontam para ações políticas por parte do Estado, que, em sua opinião, visavam dificultar o acesso de negros ao ensino público. No dizer da autora: “o processo histórico ligado à educação de negros se configura [...] por práticas segregacionistas reveladas no processo de admissão e demissão de educandos negros” (CRUZ, 2008, p. 9).

Entretanto, o estudo demonstra que o acesso dos negros ao domínio da escrita e leitura favorecia a recepção de ideias contrárias ao sistema da escravidão, o que por sua vez estimulava nessa população o desejo de liberdade e rebelião. A demanda por instrução durante o século XIX, segundo Mariléia Cruz,

[...] permitiu que as práticas escolares se disseminassem além das expectativas governamentais, que se dividiam entre o desejo de massificar a instrução e os esforços para controlar a abrangência dos seus resultados, quando manifestavam preocupações pela existência de negros que dominavam a escrita. Desta forma, o uso do saber escolar representou um instrumento a mais a favor dos contingentes empobrecidos que se confrontavam aos interesses dos grupos dominantes (CRUZ, 2008, p. 179).

A autora conclui que a demanda pelos saberes da instrução durante o século XIX na sociedade maranhense não vinha somente da parcela da sociedade detentora de privilégios. De forma que a instrução tornou-se aspiração dos grupos marginalizados, pois estes percebiam o ensino como uma possibilidade de adquirir melhor inserção social em um contexto histórico marcado por estratificações sociais.

O estudo realizado por Cruz (2008) traz contribuições para esta pesquisa, pois mostra que espaços educacionais foram constituídos com possibilidades de ocupação por parcelas negras da população. O que nos leva a indagar em que medida isso pode ter também ocorrido no município de Mariana durante a primeira metade do século XIX em Minas Gerais.

É possível sugerir que o público negro livre e liberto nas escolas de Mariana, os quais desejavam instruir-se, bem como os professores negros que desejavam lecionar as primeiras letras, o faziam porque vislumbravam, sobretudo, uma melhor inserção social, assim como aqueles negros que viviam na sociedade maranhense? Sugerimos que a busca dessa parcela da população por instrução representa algo que se relaciona com a afirmação de seu lugar social enquanto um cidadão do Estado que, possuidor de direitos civis, pode ocupar espaços que permitem a ascensão social.

Intencionamos, especialmente no segundo capítulo da dissertação, realizar um desenho do que seria o Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX. Em seguida, no terceiro capítulo da dissertação buscamos analisar sentidos e significados do processo de escolarização dos negros no termo, bem como interpretar as fontes documentais e buscar informações a respeito dos alunos e professores negros que frequentavam aquele espaço escolar, na perspectiva de entender quais eram os anseios dessa parcela da população quanto à questão do ensino. Nas considerações finais da pesquisa realizamos uma reflexão no que se refere à cidadania e racialidade, e sua relação com o processo de escolarização dos livres e libertos no Termo de Mariana. Buscamos avaliar em que medida isso representou, de fato, uma expressão do conceito de cidadania que se constituiu, assumindo formas específicas durante o século XIX no Brasil.

## **2 DESENHANDO O TERMO DE MARIANA**

O capítulo concentra-se em realizar uma análise pormenorizada do Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX em suas distintas dimensões. Buscamos desenhar o Termo de Mariana para que possamos construir uma compreensão dessa sociedade. Começaremos com uma breve análise histórica a respeito de como se desenvolveu o espaço urbano na região durante a primeira metade do século XIX, e em seguida adentraremos uma discussão mais concisa a respeito das questões econômicas e sociais pertinentes, não somente ao Termo de Mariana, mas referentes também à economia e sociedade da província de Minas Gerais de uma forma geral. Os aspectos ligados ao poder local e municipalidade referentes ao Termo de Mariana serão também abordados em seguida, tendo em vista que se mostraram cruciais na compreensão de como se constituía oficialmente o Termo durante a primeira metade do século XIX. A partir dessa análise de cunho mais histórico, buscamos investigar questões demográficas relativas ao Termo de Mariana. Ao utilizar as listas nominativas de 1831-1838 como fonte para uma análise pormenorizada, procuramos explicitar com detalhes como se constituía o Termo em suas dimensões demográficas. Ao esclarecer os índices populacionais de cada um dos distritos que compunham o Termo durante a primeira metade do século XIX, foi possível perceber algumas mudanças demográficas vividas por Mariana entre 1831 e 1838. Analisamos ainda como se constituía o perfil de gênero para cada um dos distritos, e o perfil racial que se construiu em Mariana. Em seguida, com base nos domicílios que encontramos registrados nas fontes, abordamos a realidade educacional vivida pelos negros no Termo de Mariana. Procuramos nesse momento realizar uma reflexão a respeito dos negros e suas experiências com o processo de escolarização e analisamos possíveis significados que o ensino assumia para esse grupo social.

### **O Espaço urbano no Termo de Mariana**

O espaço urbano do Termo de Mariana assumiu distintas representações em diversas fases de seu desenvolvimento, e, ao destacarmos aspectos da sua formação urbanística e arquitetônica, buscamos refletir a respeito da constituição de um dos primeiros núcleos urbanos da província de Minas Gerais.

Durante o século XVIII, a construção dos centros urbanos esteve intimamente relacionada com a noção de demarcação de um território, e gerir esforços no sentido de estabelecer um centro urbano foi uma das posturas adotadas pelo governo metropolitano português para obter um maior controle das terras da colônia. A política urbanizadora da Coroa portuguesa incorporou a necessidade de controlar não somente cidades importantes e sedes de capitânias, mas também todas aquelas regiões que se encontravam em processo de aglomeração. Isso acontecia, especialmente, para conter a dispersão da população.

O ideal de urbanização da Coroa era orientado da seguinte maneira: instituíam-se categorias de empregados régios e buscava-se manter o controle sobre a formação dos núcleos urbanos, principalmente quando o território se mostrava interessante para o governo português. Na medida em que a capitania de Minas Gerais passava a ser percebida como um dos principais sustentáculos das finanças portuguesas, a criação da primeira cidade da capitania de Minas Gerais teve considerável atenção de D. João V. Recebeu, então, o nome de Mariana em homenagem a sua esposa, a rainha Dona Maria Anna D'Áustria.

Isso revela certa importância atribuída pela Corte à cidade de Mariana. A autora Fabiana da Silva Viana esclarece que:

A preocupação com a boa ordem do espaço público, a escolha de um nome que demonstrava seu apreço e vigilância sobre a região mineradora e a criação do bispado fizeram Mariana um local estratégico e um símbolo da nova ordem social que se instaurava (VIANA, 2012, p. 142).

Vale ressaltar que esse planejamento de organização espacial das cidades estava em sintonia com ideais incorporados pelo Estado-Nação, pois o grau de civilidade e cultura de seus habitantes estaria ligado, de certa forma, à existência de um espaço urbano com algum nível de organização.

O município de Mariana situa-se, segundo Douglas Cole Libby, na região denominada Metalúrgica-Mantiqueira sendo aquela que

[...] constitui o núcleo minerador original da capitania de Minas, continuou sendo a mais populosa e urbanizada região mineira ao longo do século XIX. Sua importância se expressa no fato de que aí estão localizados a capital, Ouro Preto, sede do bispado mineiro, Mariana, e os dois maiores entrepostos comerciais de Minas no século, São João del-Rei e Barbacena (LIBBY, 1988, p. 43).



Entre os autores que buscaram caracterizar demograficamente Minas Gerais, Libby (1988) certamente possui grande destaque. Entretanto, é preciso salientar que o autor, ao situar Mariana, o fez com base em uma divisão regional proveniente do século XX, através da qual caracterizou a província mineira do século XIX e, realizando pequenos ajustes, aplicou seus dados ao espaço regional. Uma crítica pertinente à divisão regional empregada por Libby foi realizada por Clotilde Paiva (1996). A crítica ocorre no sentido de demonstrar que o critério de regionalização de Libby representa pouco a realidade regional da província mineira para o período. A autora afirma ainda que tais critérios de divisão regional devem ser estruturados em “bases mais sólidas“, como, por exemplo, em algo que tenha relação direta com aquele período histórico. Na proposta de regionalização que Paiva (1996) desenvolve para abordar a província mineira durante o século XIX, pode-se perceber uma divisão da província que, segundo a autora, “capta melhor as diferenças regionais uma vez que organiza o espaço segundo critérios de semelhança” (PAIVA, 1996, p. 131).

Clotilde Paiva, em seu estudo *População e economia nas Minas Gerais do século XIX* (1996), propõe uma divisão do espaço provincial mineiro com base nas informações fornecidas pelos relatos de viajantes estrangeiros que passaram por Minas durante o século XIX. Vale lembrar que se faz necessário trazer à tona essa questão, pois nos parece essencial precisar com maiores esclarecimentos qual é a região que realmente incluía o Termo de Mariana.

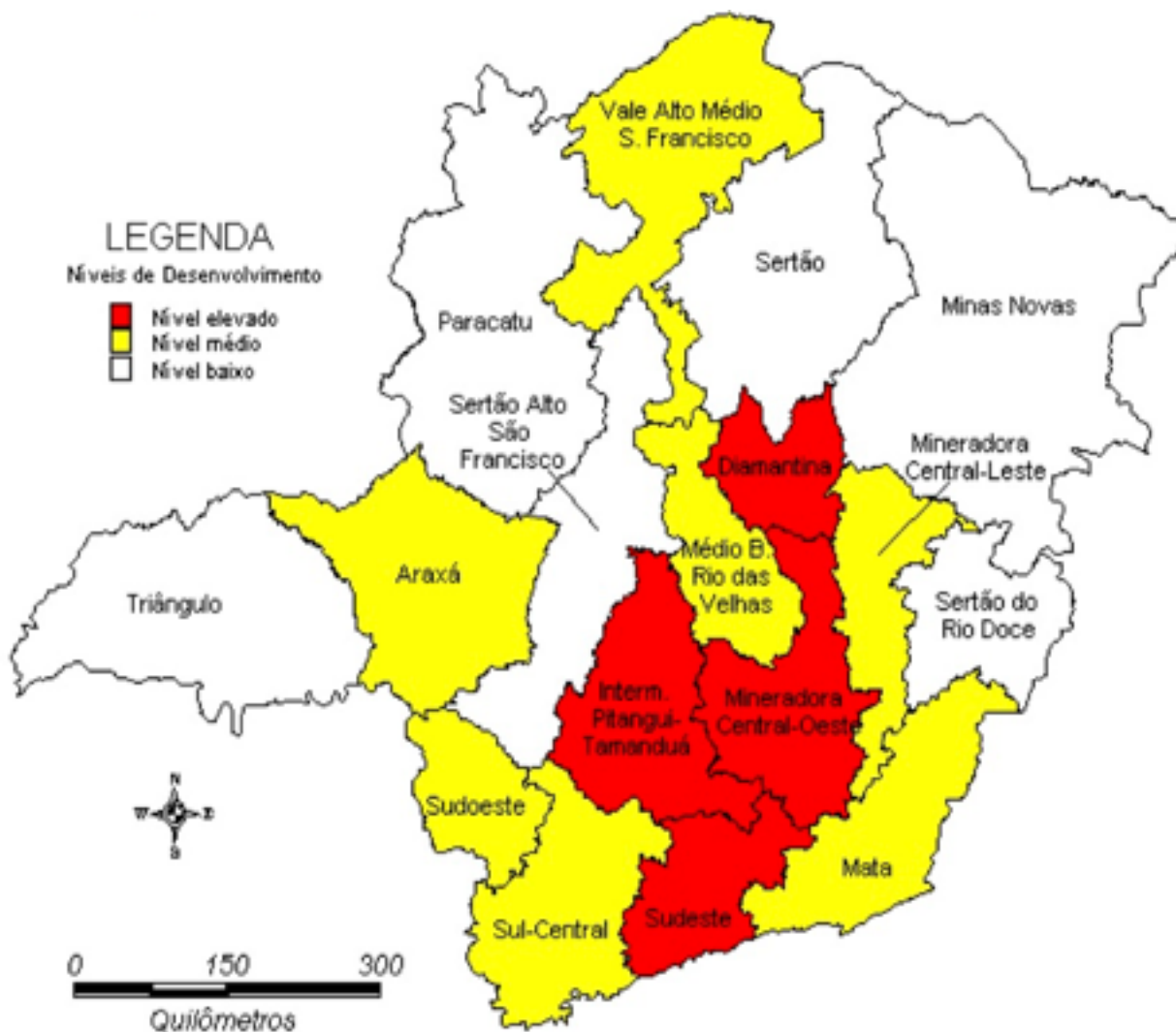
Os relatos de viajantes permitiram a autora encontrar especificidades referentes à organização econômica de cada região, e inseri-las em uma divisão regional que resgatasse aspectos históricos importantes. De acordo com Clotilde Paiva, foi a própria percepção que os viajantes construíram daquele espaço que sugeriu a proposta de regionalização. A autora reitera:

O estilo de vida, as condições de sobrevivência, os hábitos de consumo e muitos outros comportamentos sociais constituíam matéria de interesse dos viajantes, que descreveram detalhadamente estes tópicos. O aspecto das vilas e arraiais, o número de casas existentes e o padrão de construção mais ou menos sofisticado das casas também foram observados. Estes elementos também serviram para nos sugerir a dinamicidade de cada região (PAIVA, 1996, p. 113).

A divisão priorizada por Paiva (1996) teve como base também a proposta regional elaborada por Marcelo Magalhães Godoy (1990), e foi a partir da elaboração deste que Clotilde trabalhou as informações dos viajantes. Isso deu origem a uma divisão da província

de Minas Gerais com base em seu nível de desenvolvimento durante a primeira metade do século XIX.

Segue abaixo o mapa no qual se demonstra como ficou essa divisão da província, de acordo com os níveis de desenvolvimento:



**Figura 1:** Divisão da Província de Minas Gerais, século XIX.

**Fonte:** Clotilde Paiva (1996).

Nesse sentido, conforme a divisão regional elaborada inicialmente por Godoy, e trabalhada posteriormente por Paiva, o Termo de Mariana e seus distritos distribuía-se, portanto, nas regiões denominadas Mineradora Central Oeste (englobando a maioria dos distritos) e Leste (englobando somente alguns poucos distritos). Para Clotilde Paiva (1996, p.

115), “é na Mineradora Central Oeste que estavam localizados os centros urbanos mais importantes”.No que tange à composição urbana dessa região, ela afirma: “Havia um bom número de vilas de padrão mais elevado do que as demais da Província, além de inúmeros núcleos de menor porte” (p. 115).

De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca (1998), no que se refere às vilas mineiras, “parece que Mariana foi a única a constituir objeto de um documento régio [...]”, ou seja, certamente por representar um centro religioso localizado na província de Minas Gerais,

[...] a cidade tinha um valor estratégico, devendo ostentar uma imagem que refletisse a nova ordem social que se desejava impor, e uma imagem digna do nome de rainha – regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente e castigado pelas inundações do Ribeirão do Carmo (FONSECA, 1998, p. 41).

As primeiras edificações e construções em Mariana deveriam ser realizadas sob orientação de um engenheiro militar, baseando-se em uma visão iluminista marcada pela ideia da higiene e funcionalidade dos núcleos urbanos.

O mapa da cidade de Mariana no século XVIII, que se encontra conservado na mapoteca do Itamaraty, é um documento extremamente interessante para se compreender aspectos do processo de urbanização vivido pela cidade. Segundo Claudia Fonseca, o desenho assume proximidades com uma perspectiva militar de representação das obras :

A despeito do nome, o desenho se aproxima mais de uma “perspectiva militar”. Esta, segundo o tratado setecentista do engenheiro Azevedo Fontes, era um tipo especial de representação das “obras” de tal forma que, “de um só jacto se lhe conheça a planta, e o perfil, ou elevação. Apesar do mau estado do documento, pode-se perceber o maior esmero e detalhamento da parte “antiga” da cidade, enquanto que na “parte nova”, que corresponde ao essencial da intervenção de Alpoim<sup>9</sup>, o desenho é bem menos preciso (FONSECA, 1998, p. 45).

Por determinações régias, a fundação das cidades deveria seguir algumas normas como, por exemplo: a escolha de um local para a praça, os principais edifícios públicos, a abertura de ruas largas e direitas e moradias que contassem com um aspecto uniforme.

Mariana certamente foi a única cidade mineira dos tempos antigos a ser construída com base em uma planta. Há ainda que se levar em conta o fato de que tais documentos históricos não representam a realidade exata e concreta percebida por seus autores, pois na verdade suas

---

<sup>9</sup> “O conteúdo exato do plano urbanístico de Mariana, idealizado por José Fernandes Alpoim, é um ponto que deve ser melhor investigado. Não se tem notícia de nenhuma planta da cidade assinada por ele, tampouco foram localizados outros documentos primários com mais informações a respeito” (FONSECA, 1998, p. 44).

imagens eram “projetivas”, representando “determinados ideais da cidade” (FONSECA, 1998, p. 45).

Segue ilustração do mapa da cidade de Mariana:



**Figura2:**Mapa da cidade de Mariana, século XVIII.

**Fonte:** Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

De acordo com o catálogo da mapoteca do Itamaraty, estima-se que o mapa tenha sido feito entre 1796 e 1803, e nele é possível notar uma intenção em dar regularidade à forma das ruas, praças e quadras.

As considerações a respeito do urbanismo se tornaram mais explícitas a partir do século XVIII, e questões como estética, higiene e funcionalidade das aglomerações urbanas se tornam preocupações centrais no processo de urbanização de uma cidade. Tornava-se essencial assegurar a livre circulação das pessoas em um centro urbano, e expressões como “para maior comodidade”, “hábil” ou “capaz” eram, segundo Claudia Fonseca, frequentemente encontradas nos documentos sobre as cidades durante o período. No que tange ao processo de urbanização, a autora reitera que

[...] era preciso pavimentar e corrigir o traçado das ruas, construir pontes e passeios públicos junto aos rios, e cuidar da pureza das águas, construindo-se chafarizes e encanamentos e cavando-se esgotos. Por questões de salubridade, hospitais e cemitérios deveriam se localizar fora das cidades, a fim de resguardá-las das epidemias e infecções causadas pelos “miasmas” e exalações que deles emanavam, segundo o pensamento “científico” da época (FONSECA, 1998, p. 48).

Medidas como, por exemplo, a construção de chafarizes e calçamento de ruas somente tiveram início em Mariana em meados do século XVIII, época em que a cidade vivia o auge do ciclo do ouro. Medidas tipicamente europeias, como a transferência dos cemitérios para áreas mais afastadas, ou mesmo para fora da cidade, seriam incorporadas pelas cidades mineiras somente no século XIX, respaldadas pelas teorias médicas do período que culpabilizava os necrotérios e hospitais pela transmissão de doenças e pestes sobre a sociedade. As ordens régias passaram a determinar que os cemitérios fossem construídos fora das cidades, o que deu fim ao costume de enterrar os mortos em campas nos pisos das igrejas.

Vale ressaltar que os projetos de intervenção urbana para as cidades no Império se relacionavam intimamente com outros projetos de reforma, insistentemente discutidos durante o século XIX pelo Estado e por diversos setores da sociedade imperial. O sentido fundamental do “urbano”, de acordo com Alexandre Mendes Cunha (2009, p. 60), relaciona-se com “a especificidade da concentração de serviços, de processos, de caminhos, de encontros, de ideias, de possibilidades, enfim, que o espaço urbano sintetiza e oferece”. Para o autor, o que se pode associar à vivência e à construção da urbanidade ocorrida nas vilas mineiras pertencentes à região aurífera, decorre:

[...] em larga medida dos encontros próprios da vida urbana, desde a complexificação da economia, gerando adensada estrutura de serviços e mobilizando recursos para o seu abastecimento; passando pela conformação de um tecido social com posições mais variadas, com substantivas diferenças em relação ao binômio senhor x escravo; até a conformação de projetos políticos dissonantes aos horizontes do empreendimento colonial ou, ainda, da gestação de uma paisagem artística e cultural significativamente nova e exuberante aos quadros da América (CUNHA, 2009, p. 60).

O urbano caracteriza-se então como um processo, representando o resultado de uma construção coletiva, que de certa forma é indissociável da dimensão do cotidiano e das experiências e processos simbólicos que ao cotidiano estão associados. Podemos dizer que as formas do urbano indissociáveis da vida e todo o processo simbólico foram presenciados pelas primeiras Vilas do Ouro, incluindo, é claro, Mariana.

A educação das crianças e camadas populares constituía, juntamente com o projeto de urbanização e saneamento, um dos planos de intervenção do Estado de maior ênfase nesse período, tendo em vista que se fazia necessário o desenvolvimento das cidades. E o espaço urbano de Mariana, durante os séculos XVIII e XIX, apresentou-se como um espaço privilegiado na área de educação, sediando dois importantes estabelecimentos de ensino secundário, o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte e o Colégio dos Padres Osório. A construção do Seminário da Boa Morte foi em 1784, em Mariana, e tinha como objetivo formar seminaristas, bem como atender demanda do público que optasse pelos estudos das Humanidades. Vale ressaltar que essa instituição colaborou decisivamente para a transformação do cenário urbano na cidade, além de ainda contribuir para a formação de alguns mineiros, que anos mais tarde desempenhariam papel administrativo na província de Minas Gerais, ou atuariam como mestres de primeiras letras. O Colégio dos Padres Osório foi criado em 1874, em Sumidouro, e também assumiu importante notoriedade naquele período. Possuía uma considerável estrutura funcional, onde lecionavam somente professores padres, e ofertava o ensino de Humanidades. Tanto o Seminário, como o Colégio, embora não tenham sido instituições para o ensino elementar, representaram instituições de referência para a educação em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX.

A instalação do Seminário da Boa Morte e do Colégio dos Padres Osório aumentou o fluxo de pessoas para o espaço urbano marianense, e também mineiro, o que de certa forma contribuiu na construção de uma espécie de cultura urbana, a qual, segundo Villalta (1998), estimulou a valorização do ensino na sociedade mineira. Durante o século XVIII, existiam outros estabelecimentos de ensino em Minas Gerais, além do Seminário da Boa Morte e do Colégio dos Padres Osório. Havia também mais duas instituições de ensino que eram exclusivas para mulheres, o Recolhimento Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas e a Casa da Oração do Vale de Lágrimas<sup>10</sup>.

Além da construção da paisagem urbana em Mariana ter sido profundamente condicionada aos cânones da Igreja, e aspectos característicos da mentalidade barroca, podemos dizer que sua formação urbana esteve também ligada a uma intencionalidade. A qual buscava promover um arranjo entre seus elementos. Esse arranjo cenográfico, de acordo com

---

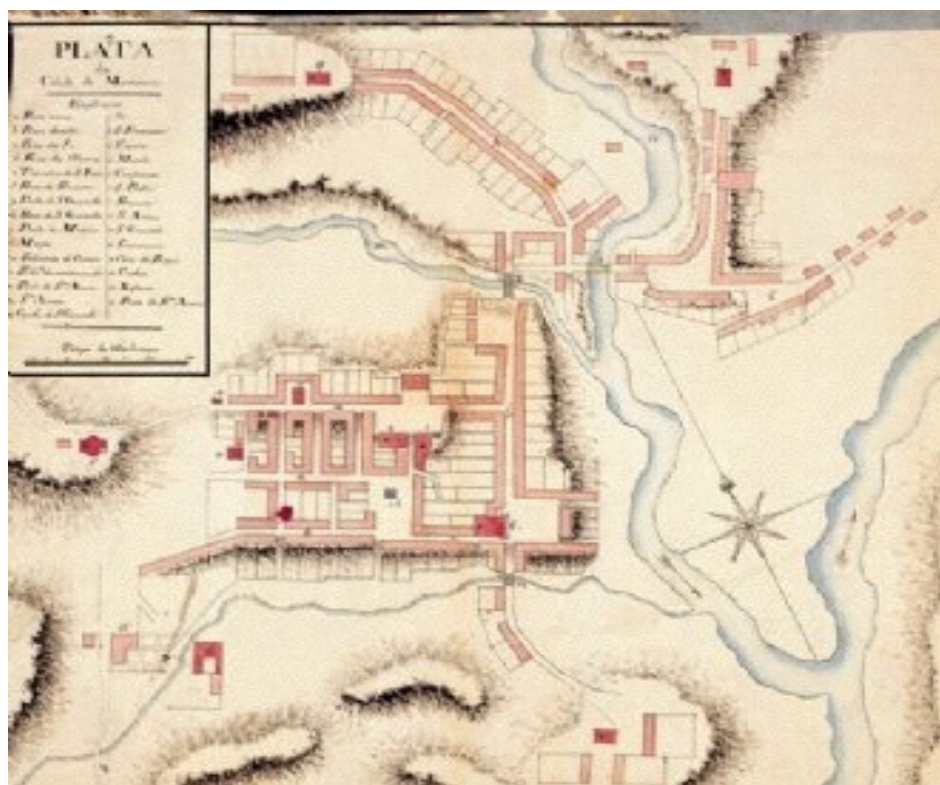
<sup>10</sup> Para um aprofundamento desse tema, ver Carrato (1968).

Monica Fischer (1993), possibilitava dotar de sentido o espaço concreto daquela localidade, repleta de valores simbólicos, que norteavam a mentalidade da época. Fischer afirma ainda que :

[...] o processo de estruturação espacial ocorria voltado a atender as necessidades coletivas da nova ordem social, que, por intermédio de diferentes grupos sociais, hierarquizados através de associações leigas, demandariam um espaço público próprio, capaz de viabilizar as práticas sociais da época, em específico, o conjunto de eventos festivos de cunho sagrado como profano, necessário para garantir em nível simbólico uma certa unidade cultural àquela sociedade em formação (FISCHER, 1993).

Embora a finalização de algumas obras arquitetônicas tenham se estendido até o início do século XIX, é possível afirmar que já no final do setecentos encontrava-se consolidado e construído quase todo o acervo arquitetônico da cidade de Mariana, especialmente o que é considerado atualmente patrimônio histórico e artístico.

Um mapa importante que vale destacar é a “Plãta da Cidade de Mariana”, a qual encontra-se no Arquivo Histórico do Exército:



**Figura 3:**Plãta da Cidade de Mariana, segunda metade do século XVIII.

**Fonte:** Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

O mapa destaca-se por apresentar uma verdadeira planta da cidade, o que não era comum para aquele período histórico, além do uso de técnicas cartográficas, as quais possuem, segundo, Claudia Damasceno Fonseca, um caráter mais científico. A autora reitera que se trata de “uma verdadeira planta, totalmente em projeção ortogonal, com escala em braços, próprias dos técnicos militares [...]” (FONSECA, 1998, p. 45).

Como se sabe, o declínio da produção aurífera não representou estagnação econômica para a cidade de Mariana e seus arredores, porém, ainda de acordo com Claudia Damasceno Fonseca, ocasionou um inegável “congelamento de sua paisagem e de suas estruturas urbanas coloniais”. Ao que tudo indica, pouquíssimas edificações foram acrescentadas após o declínio do ouro, pois “a economia se diversificava, mas os valores básicos dos habitantes pouco se alteravam, e assim o espaço setecentista preexistente continuou a abrigar convenientemente a sociedade marianense” (FONSECA, 1998, p. 54).

A região foi visitada por viajantes estrangeiros ao longo do século XIX, alguns dos quais deixaram importantes relatos sobre a paisagem urbana de Mariana. Dentre eles, destacamos o naturalista George Gardner:

Uma jornada de três léguas por uma região montanhosa e escassa de matas levou-me à cidade de Mariana, cujo aspecto e situação muito me agradaram: ergue-se ao sudeste de largo e plano vale, no manso declive de uma elevação de terreno que rodeia a base da serra do Itacolomy. É de edificações mais compactas que as cidades que eu havia geralmente visto no Brasil; e, como tem diversas formosas e finas igrejas e as casas são em sua maioria amplas e caiadas, é no todo de aparência muito nobre. Nos subúrbios e na própria cidade, muitas casas têm pomares com bananeiras, laranjeiras e copas jabuticabeiras, que, com seus diferentes matizes verdes, contrastam bem com as paredes das casas caiadas de branco. Passando pela cidade, achei-a tão quieta, que por pouco a imaginei deserta. Em algumas das suas ruas principais vi negociantes reclinados negligentemente sobre os balcões e nas escadas em frente da cadeia, uns poucos soldados montando-lhe guarda. Estes e um ou outro garoto preto acorçado a uma porta eram todo o sinal de vida na cidade, que se diz ter cerca de cinco mil habitantes. É antes uma cidade clerical que comercial, residência do bispo e sede de uma faculdade de teologia (GARDNER, 1975, p. 227).

Através do relato transcrito acima, além da simpatia do viajante pela paisagem local, é possível notar alguns aspectos da estrutura urbana de Mariana, bem como a existência de edificações compactas, e ainda diversas formosas igrejas e casas que eram em sua maioria amplas. A cidade era aparentemente quieta, segundo o viajante; alguns soldados montando a guarda na frente da cadeia e um ou outro garoto preto, acorçado a uma porta, representavam para ele todo o sinal de vida na cidade. O que nos indica que, embora Mariana fosse



considerada um centro urbano no contexto da província mineira durante a primeira metade do século XIX, possuía, ainda assim, um caráter um tanto rural e um ar interiorano.

As dimensões do urbano e rural em Minas Gerais são analisadas por Alexandre Mendes da Cunha (2009). O autor afirma que, “na formação espacial de Minas Gerais, o urbano antecede o rural”. Diferentemente de como se constitui a formação das cidades e dos espaços urbanos na história, o espaço urbano em Minas não somente antecede o rural, como irá produzi-lo também, e isso se deve especialmente ao que o autor chamou de uma alteração na dinâmica de produção do espaço da capitania, vivida entre os séculos XVIII e XIX, de certa forma relacionada ao declínio aurífero. Tal alteração irá acontecer da seguinte maneira:

[...] o urbano vai deixando progressivamente de ser a força que induz a diferenciação espacial, enquanto o rural, que ganha autonomia substantiva, vai passando a demandar, na sua expansão, a centralidade cidadina [...] na passagem do século tem-se tanto a retração (poder-se-ia mesmo dizer decadência) do urbano, enquanto forma socioespacial específica, quanto a progressiva multiplicação de núcleos citadinos em certas áreas do território mineiro (CUNHA, 2009, p. 58).

O padrão de urbanidade mineiro e sua especificidade, representada pela configuração espacial singular, encontram ressonância em outras dimensões. Para Fonseca (2014), quando consideradas algumas dimensões em conjunto, é possível revelar um perfil singular para a sociedade que se constituiu em Minas Gerais. Para o autor, o processo de configuração espacial específico que existiu em Minas, marcado pela inversão das relações tradicionais entre espaço urbano e espaço rural, reforçou um padrão de singularidade que veio a manifestar-se em outras áreas. A trajetória singular percorrida pela sociedade mineira, afirma Fonseca, se manifestou também na dimensão do ensino:

Acreditamos que isso pode ser considerado como algo que está ligado com a especificidade do padrão de urbanidade que se desenvolveu em Minas. Tudo indica que a ambiência urbana que caracterizou a região, na primeira metade do século XIX, imprimiu marcas específicas no desenvolvimento dos processos de educação da população (FONSECA, 2014, p. 4).

A forma específica da organização e ocupação do espaço urbano manifestou-se na economia, na cultura, nos processos educacionais e nas características da escravidão. Tanto a obrigatoriedade escolar estabelecida pela Lei Mineira de 1835,<sup>11</sup> precocemente em relação a outras províncias, como também o perfil racial, predominantemente negro, nas escolas de

---

<sup>11</sup> A Lei Mineira do ensino foi formulada em 1835, a partir da Lei nº 13, a primeira lei provincial sobre a instrução.

instrução elementar, revelado por Fonseca (2007), são expressões das formas que a própria cultura urbana e de ocupação em Minas assumiu na primeira metade do XIX.

Podemos dizer que o Termo de Mariana, em especial a sede, representava muito bem o padrão de urbanidade que se estabeleceu em Minas Gerais, pois possuía diferentes instituições educacionais, como já foi mencionado, o que contribuía muito para a circulação de ideias e pessoas naquela localidade. Veiga (2013) chama atenção para a importância que se atribuía à educação em Mariana, pois este foi um dos primeiros lugares, tanto na província mineira como no Império, a estabelecer uma lei, em 1º de outubro de 1828, estabelecendo a obrigatoriedade escolar na cidade. “Possivelmente essa foi uma das primeiras regulamentações sobre a obrigatoriedade escolar no Brasil” (Veiga, 2013, p. 139), antecedendo a própria província de Minas Gerais, cuja primeira Lei do Ensino, somente foi formulada no ano de 1835.

### **Economia e sociedade no Termo de Mariana**

No século XIX, a economia em Mariana desenvolveu-se em função da agricultura e pecuária, e a mineração tornou-se de alguma maneira secundarizada no conjunto da economia regional. A articulação econômica, que se baseava na mineração, perdeu muito vigor no século anterior devido ao declínio do ouro; porém, havia nas primeiras décadas dos oitocentos atividades mineratórias e agrícolas que se complementavam. Há estudos<sup>12</sup> que demonstram que, já na segunda metade do século XVIII, desenvolvia-se em Mariana uma economia tão diversificada que as unidades produtivas, que antes priorizavam somente exploração aurífera, foram progressivamente superadas pela produção agrícola e agropecuária. Atividades agropecuárias estas que, sobretudo, articulavam-se no passado com a exploração aurífera.

Em um primeiro momento, nos parece paradoxal pensar que uma província como Minas Gerais, que viveu o auge da extração aurífera, e em seguida uma decadência profunda de sua atividade nuclear, tenha se mantido estável economicamente. Porém, a diversidade econômica

---

<sup>12</sup> Como os de Almeida (1994) e Cardoso Junior (1986).

existente, não somente em Minas, mas especialmente em Mariana e seus arredores, contribuiu para um certo equilíbrio da economia naquela localidade, que a partir do declínio do ouro tinham como foco principal as atividades agrárias. Supõe-se, portanto, que coexistiram em Minas um conjunto de atividades econômicas diversas, concomitantes à exploração aurífera; porém, com o declínio da mineração, tais atividades passaram a assumir uma maior centralidade no cenário econômico da província.

Desde então, outros setores da economia mineira incorporaram a necessidade de buscar outros mercados e se redimensionar, segundo uma nova configuração econômica que se fazia necessária. De acordo com Clotilde Paiva (1996), tratou-se de um processo secular, extremamente lento, mas foi nesse contexto que Minas Gerais deixou para trás uma realidade econômica, caracterizada por uma economia mononuclear, para desenvolver uma economia diversificada, e muito mais complexa.

É essencial mencionar que autores como Alcir Lenharo (1979) e Kenneth Maxwell (1985) foram pioneiros em constatar a importância e o dinamismo do setor mercantil da província de Minas Gerais durante as primeiras décadas do século XIX. Eles foram os primeiros a desmistificar a premissa<sup>13</sup>, até então consolidada na historiografia mineira, de que a decadência do ouro trouxera efeitos degradantes para a sociedade mineira, bem como estagnação econômica e esvaziamento demográfico. Quem também constata que a província de Minas Gerais reage muito bem à ameaça de estagnação, advinda do declínio do ouro, é o autor Douglas Libby (1988), que não se restringe em afirmar que a agropecuária mercantil de subsistência representava, em termos de absorção de mão de obra, o setor predominante em Minas Gerais naquele período. Ademais, o autor afirma:

O grande sustentáculo da economia mineira no século XIX foi a agricultura mercantil de subsistência, ou seja, a produção e alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província (LIBBY, 1988, p. 14).

---

<sup>13</sup> Essa premissa se origina de um debate maior a respeito da involução econômica inerente aos regimes coloniais, o que nesse caso transcende os limites de uma explicação para a economia mineira ou marianense e adentra os modelos explicativos da economia do sistema colonial. A ideia de uma “ausência” de mercado interno prevaleceu durante alguns anos na historiografia brasileira, tendo como seus maiores expoentes os autores Caio Prado Jr., Celso Furtado, Fernando Novais, entre outros. Na década de 1970, surgiram estudos que questionaram tal modelo explicativo, propondo a existência de setores internos estruturados e dinâmicos, inclusive na província mineira. O debate marcou profundamente os trabalhos acadêmicos que surgiram a partir da década de 1980. Para uma análise deste tema, ver Fragoso (1992).

É importante colocar que, no que se refere ao Termo de Mariana do século XIX, tratava-se de uma economia escravista, mercantil e altamente hierarquizada, mas que ao mesmo tempo possuía uma complexa e fluida estratificação social entre as diversas camadas heterogêneas daquela sociedade (ANDRADE, 2010).

O regime de escravidão vigorou em Mariana dominando setores produtivos e dinâmicos economicamente por um certo período de tempo. Do século XVIII até meados do XIX, possuir escravos representava uma possibilidade de acesso a bens e riqueza. E contribuía para um indivíduo alcançar certa ascensão no meio social em que vivia, sobretudo, distinguir-se daqueles que não possuíam. O regime de trabalho escravo estendeu-se até fins do século XIX, mas o término efetivo do tráfico de escravos africanos, aliado à lei de 1858, que estabelecia que a ocupação de terras só poderia se dar mediante apresentação de um título de compra, contribuíram de certa maneira para alterar o perfil econômico da cidade de Mariana. De acordo com Francisco Eduardo de Andrade (1998), o crescimento do número de não proprietários de escravos e a dificuldade de acesso à terra ocasionaram o esvaziamento da autonomia de produção dos homens livres e pobres. Apesar disso, ocorreu na primeira metade do século XIX em Mariana, segundo Andrade, uma maior ocupação de terras cultiváveis. E quando se fazia necessário aumentar os rendimentos agrícolas, os agricultores buscavam estender suas roças e incorporar terras cultiváveis, além de mão de obra e instrumentos de trabalho, pois apropriar-se de nova extensão de terras garantia a manutenção da unidade produtiva e a continuidade do ciclo de cultivo das roças.

No que tange à formação socioeconômica do Termo de Mariana, de acordo com Francisco Eduardo de Andrade (1994), que analisou as listas nominativas de habitantes e inventários *post mortem* das freguesias de São Caetano, Furquim, Catas Altas do Mato Dentro e Nossa Senhora dos Remédios, havia dois grupos sociais: os roceiros e os fazendeiros. E a diferença fundamental entre esses dois grupos estava na posse de escravos, pois, enquanto os roceiros representavam os pequenos e médios proprietários de escravos, possuindo uma média de um a dez cativos, e em alguns casos nem possuindo escravos, os fazendeiros, além de possuírem uma unidade produtiva, geralmente contavam com mais de dez escravos.

Durante a primeira metade do século XIX, tínhamos, portanto, na região de Mariana, uma característica estrutural do sistema econômico escravista, além de uma série de investimentos maciços em mão de obra escrava e terras cultiváveis. No início do século XIX,

“calcula-se que pelo menos 60% do valor das fazendas e sítios correspondiam aos investimentos em escravos e, em segundo lugar, em torno de 22% do valor da unidade agrícola, vinham de inversões de terras” (Andrade, 1998, p. 117).

Apesar de os fazendeiros possuírem unidades agrícolas maiores que as dos roceiros, é possível afirmar que, no que se refere aos utensílios agrícolas, escravos e benfeitorias, os investimentos de ambos eram muito similares. Com as tabelas a seguir é possível elucidar essa questão sobre os investimentos dos roceiros e fazendeiros, e perceber que os investimentos que aconteciam em Mariana não necessariamente estavam condicionados ao tamanho das posses.

U.P. DOS ROCEIROS: COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS VALORES DE BENS POSSUÍDOS  
REGIÃO DE MARIANA, 1820-1858

SUB-REGIÕES	S. Caetano		Furquim		Catas Altas		Remédios		TOTAL	
	1-10	0	1-10	0	1-10	1-10	0	1-10	0	1-10
Tamanho das posses	1-10	0	1-10	0	1-10	1-10	0	1-10	0	1-10
Terras agrícolas	34,2	66,9	16,7	23,6	21,5	15,3	39,1	22,1		
Benfeitorias	4,6	7,2	6,4	18,9	16,3	10,9	14,7	6,2		
Equipamentos	2,7	0,0	1,5	0,0	1,0	0,0	0,0	1,8		
Instrumentos agrícolas	0,3	0,3	0,1	0,0	0,0	0,6	0,1	0,2		
Instrumentos artesanais	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	0,2		
Meios de transporte	0,1	0,0	0,2	0,3	0,0	0,6	0,2	0,2		
Cultivos e produtos	0,9	0,0	0,8	0,0	2,9	1,0	0,0	0,9		
Animais	7,0	25,6	7,5	57,3	58,3	7,9	46,0	8,1		
Mineração (Terras e instrumentos)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1		
Comércio fixo (fazenda seca)	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1		
Escravos	50,0	0,0	66,6	0,0	0,0	63,4	0,0	60,2		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
N.º de inventários por categoria	10	02	20	01	01	03	03	34		

**Tabela 1:** Roceiros.

Fonte: ANDRADE, 1994, p. 222- 223.

U.P. DOS FAZENDEIROS: COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS VALORES DE BENS POSSUÍDOS  
REGIÃO DE MARIANA, 1823-1859

Sub-regiões	S. Caetano	Furquim	Catas Altas	Remédios	Total
Terras Agrícolas	23,3	19,3	24,5	43,3	21,9
Benfeitorias	8,4	7,3	9,8	1,4	7,6
Equipamentos	1,6	1,4	0,8	1,2	1,4
Instrumentos agrícolas	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1
Instrumentos artesanais	0,2	0,2	0,3	0,5	0,2
Meios de transporte	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1
Cultivos e produtos	2,6	1,5	2,5	2,6	1,9
Animais	6,1	3,8	11	6,3	5,3
Mineração (terras e instrumentos)	0,5	0,8	0,0	0,0	0,6
Comércio fixo (fazenda seca)	1,5	0,0	0,0	0,0	0,4
Escravos	55,5	65,4	50,9	44,3	60,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Inventários	10	22	05	02	29

**Tabela 2:** Fazendeiros.

**Fonte:** ANDRADE, 1994, p. 222- 223.

Na Tabela 1 é demonstrada a distribuição em percentual de bens possuídos por roceiros nas unidades de produção dos distritos analisados por Andrade (1994); e na segunda tabela, a distribuição de bens possuídos por fazendeiros, nos mesmo distritos. Para as unidades produtivas dos roceiros em São Caetano, temos, por exemplo, 34,2% dos valores de bens possuídos investidos em terras agrícolas; já nas unidades produtivas dos fazendeiros, havia um total de 23,3% investidos também em terras agrícolas. Para esse quesito, os investimentos dos roceiros superavam os dos fazendeiros. No que tange aos investimentos em cultivos e produtos, os roceiros contavam com um percentual de 0,9%, enquanto os fazendeiros possuíam 2,6%; porém, quanto aos equipamentos, podemos notar que os roceiros superam os fazendeiros. Enquanto os primeiros contam com um percentual de 2,7% de sua propriedade investida em equipamentos, os segundos possuem apenas 1,6 % investidos nesse quesito. Dessa forma, é notável como os investimentos em uma unidade produtiva, tanto de roceiros como fazendeiros, não necessariamente eram condicionados ao fato de o indivíduo ser um roceiro ou fazendeiro, possuir posses diversas ou posses menores. Vale atentar também para a relação entre o número de animais que roceiros e fazendeiros possuíam: os roceiros geralmente superavam e muito a quantidade de animais que os fazendeiros possuíam.

Na província de Minas Gerais, os gêneros agrícolas mais plantados eram geralmente aqueles consumidos pelos habitantes. No caso de Mariana, o mais generalizado cultivo era o do milho. A cana de açúcar e o algodão também eram cultivados com frequência.

No século XIX, as propriedades do termo de Mariana, que se baseavam numa economia agropecuária, possuíam tendência à diversificação econômica. As atividades agropecuárias articulavam-se com a exploração do ouro, e ainda à produção de ferramentas, roupas, utensílios, ou seja, àquilo que pudesse garantir uma certa autonomia dessas unidades produtivas em relação ao mercado (ALMEIDA, 1994).

Como afirmamos anteriormente, exploração do ouro e das pedras preciosas em Minas Gerais não impediu o desenvolvimento econômico das atividades agropecuárias; ao contrário, sempre houve uma articulação entre a exploração das minas, a agricultura e a agropecuária. Para o autor Francisco Eduardo Andrade,

[...] a exploração conjunta da mineração e agricultura era mais fácil quando se tratava dos habitantes de maior cabedal. Os donos de ampla escravaria é quem podiam administrar seus trabalhadores de maneira a manter, com êxito, a diversidade produtiva na sua fazenda. Diversidade econômica era necessária para fazer e manter riquezas nas Gerais (ANDRADE, 1998, p. 122).

Segundo Clotilde Paiva (1994), no que tange ao espaço colonial, também existiram concomitantemente durante o período de exploração do ouro um conjunto de atividades manufatureiras como tecidos, metais e fibras. A autora lembra ainda que, apesar dos baixos índices de capitalização e um nível tecnológico rudimentar, a colônia foi capaz de, não apenas exportar, mas também de abastecer-se internamente de diversos produtos. Vale ressaltar que, na medida em que novas fontes vão sendo incorporadas aos estudos da sociedade colonial, modelos de análise do século XVIII estabelecidos anteriormente começam a ser questionados, e premissas começam a ser reavaliadas.

A província de Minas Gerais, bem como o Termo de Mariana, experimentaram ao longo do século XIX expressivo crescimento demográfico, tanto da população livre quanto da escrava. O maior plantel de escravos do Império brasileiro era a província mineira, e alguns estudos<sup>14</sup> importantes se debruçaram sobre a natureza desse grande contingente de escravos, refletindo os desdobramentos de sua inserção na economia da província. Através da Tabela 3,

---

<sup>14</sup> Como os de Almeida (1994), Libby (1988) e Bergad(2004).

podemos notar que o Termo de Mariana, na década de 1830, possuía a maior parcela de população da província de Minas Gerais, reunindo um total de 57.693 habitantes, sendo 37.020 pessoas livres e 20.673 escravos.

**MINAS GERAIS: DISTRITOS E POPULAÇÃO EM 1833/35  
RELAÇÃO DE ENGENHOS E CASAS DE NEGÓCIOS DE 1836**

Municípios	N.º distritos	População 1833-35			Listas de 1836			Distritos de 1836/distritos de 1833-35
		Livres	Escravos	TOTAL	N.º distritos	N.º engenhos	N.º casas de negócio	
Araxá	16	24.324	10.131	34.455	5	39	118	31,3
Baependi/Aiuroca	19	27.039	18.334	45.373	17	55	265	89,5
Barbacena	28	19.558	16.801	36.359	19	55	274	67,8
Campanha	16	25.134	11.335	36.469	16	93	472	100
Curvelo	9	14.586	3.275	17.861	7	59	73	77,7
Diamantina	9	13.718	13.328	27.046	7	14	156	77,7
Itabira	24	28.546	16.729	45.275	14	100	308	58,3
Jacuí	12	23.994	8.551	32.545	8	50	141	66,6
Januária	4	2.320	744	3.064	2	22	1	50
Lavras	11	13.596	9.168	22.764	8	73	212	72,7
Mariana	44	37.020	20.673	57.693	24	293	525	54,5
Minas Novas	16	20.782	6.838	27.620	6	73	84	37,5
Montes Claros	9	13.129	3.642	16.771	2	18	15	22,2
Ouro Preto	19	7.697	3.511	11.208	12	21	122	63,2
Paracatu	5	2.521	529	3.050	2	3	16	40
Pitangui	19	23.545	9.785	33.330	9	102	178	47,4
Pouso Alegre	10	20.945	7.129	28.074	5	8	120	50
Queluz	16	14.787	9.938	24.725	13	89	258	81,2
Rio Pardo	8	9.710	3.093	12.803	7	51	27	87,5
Rio Pomba	13	9.633	5.844	15.477	8	58	188	61,5
Sabará	37	33.282	16.847	50.129	22	157	275	59,5
São João del Rei	17	12.299	9.836	22.135	11	56	105	64,7
São José del Rei	21	21.862	14.746	36.608	14	59	207	66,6
São Romão	5	4.308	1.367	5.675	2	4	30	40
Tamanduá	14	20.072	8.884	28.956	12	106	265	85,7
Vila do Príncipe	15	13.790	4.983	18.773	8	78	96	53,3
Total	416	458.197	236.041	694.238	260	1.736	4.531	62,5

**Tabela 3:**Relação de engenhos e casas de negócios, 1836.

**Fonte:** PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Engenhos e casas de negócio nas Minas oitocentistas. In: 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002. Coletânea de Trabalhos, 1982-2000. v. 2. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002. p. 134.



Mariana, além de contar com a segunda maior parcela de cativos, ficando atrás somente de São João Del Rei possuía a maior concentração de habitantes livres.

Os dados demonstrados na Tabela 3 não corroboram um perfil de decadência ou estagnação de atividades econômicas para a província mineira e Mariana, tendo em vista que é possível verificar, além do imenso contingente de escravos, que o Termo de Mariana possuía ainda o maior número de engenhos da província de Minas Gerais, reunindo um total de 293, e também o maior número de casas de negócio, reunindo um total de 525.

De acordo os resultados da pesquisa de Clotilde Paiva (1996), quanto maior o nível de desenvolvimento do local, maior era a proporção de escravos naquele local; e quanto menor o desenvolvimento, menor seria a proporção de escravos. A autora afirma que “a proporção de escravos se mostrou concordante com os níveis de desenvolvimento”; quanto ao número de fogos com escravos, ela ressalta que “seguiu a mesma relação, maior nas regiões de nível elevado de desenvolvimento e menor nas regiões de nível baixo de desenvolvimento” (PAIVA, 1996, p. 163).

Estudos apontam um considerável crescimento demográfico da população escrava na província de Minas Gerais durante o período. Enquanto autores, como por exemplo, Slenes (1988), afirmam que o crescimento dos plantéis de escravos na província mineira poderia ser explicado pela importação maciça que ocorrera neste período, Douglas Libby (1988), que buscou esclarecer padrões de concentração da propriedade escrava mineira, ao contrário, afirma que o crescimento demográfico dos plantéis dependeu de um “complexo histórico, que é a evolução de um determinado regime escravista regional” (p. 21).

Na mesma linha, Clotilde Paiva ressalta que justificativas para o crescimento demográfico do plantel, como aquelas elaboradas por Martins e Slenes, acabam subestimando a premissa de ter ocorrido uma reposição do plantel de escravos, via crescimento natural, além de contribuir para reduzir “todo o potencial dinâmico da economia à sua relação com o setor exportador” (PAIVA, 1996, p. 106).

Estudos como o de Tarcísio Botelho, Eduardo França Paiva e Douglas Libby se destacam ao considerar o crescimento natural dos plantéis de escravos e ao apresentar evidências da reprodução natural desses escravos em algumas localidades da província mineira. Mesmo que tenha havido o tráfico em larga escala, o plantel foi mantido e ampliado devido principalmente à reprodução natural. Isso pode ser notado pelas razões de sexo

relativamente equilibradas naquela região, pelo alto percentual de crianças entre a população cativa e pelas altíssimas taxas de natalidade na província de Minas Gerais, especialmente quando comparadas às em outras regiões brasileiras. Nesse sentido, afirma Clotilde Paiva:

Há evidências de que, durante períodos específicos e em determinadas regiões ligadas às vezes apenas marginalmente ao setor exportador, os escravos constituíam famílias estáveis. Assim sendo, crescimento natural e tráfico, em dadas circunstâncias, não foram mutuamente exclusivos e sim complementares para a manutenção e expansão do plantel (PAIVA, 1996, p. 19).

Com relação ao uso maciço da mão de obra escrava no território mineiro, sabe-se que grande parte dos africanos que foram escravizados entrou no país durante o século XIX, especialmente em sua primeira metade. E foi a província de Minas Gerais que absorveu grande parte dessa mão de obra escrava, pois o território apresentava o maior plantel de escravos do Império brasileiro. De acordo com Bergad:

Comprovações documentais bastante evidentes demonstram que o impressionante aumento demográfico dos escravos de Minas, durante o século XIX, resultou em grande parte da reprodução natural, e não da importação da África por meio do comércio escravagista. Não existe nenhum outro exemplo conhecido de qualquer sociedade escravagista de grande porte na América e no Caribe em que isto tenha ocorrido, e há muitíssima probabilidade de que este seja um exemplo único na história da escravidão no Brasil (BERGAD, 2004, p. 21).

Portanto, a recomposição do plantel de escravos em Minas não ocorria com exclusividade através das práticas do tráfico negreiro, como acontecia em outras províncias do Império, mas sim através de sua reprodução natural.

Entretanto, para Fonseca, explicar esse comportamento dos escravos em Minas não se configura uma simples tarefa, mas que “provavelmente tratava-se de algo ligado às possibilidades de circulação encontradas no espaço urbano e suas conexões com o trabalho na atividade de mineração” (FONSECA, 2014, p. 4).

João Luís Fragoso (1998), ao defender que o declínio da mineração não originou decadência na economia mineira, propôs explicações para a forma de organização do trabalho, a qual ele chamou de “modo camponês”. Tais unidades camponesas contavam com o recurso do trabalho escravo, que nesse caso assumia um caráter complementar para o trabalho familiar. Fragoso ressalta:

Os números não apenas sugerem que o senhor de escravos padrão de Minas Gerais era o pequeno proprietário, mas apontam também para o fato de que a base da economia mercantil mineira voltada para o mercado interno dificilmente poderia ser classificada apenas como escravista. Em unidades econômicas com menos de cinco escravos, mesmo considerando que todos estariam em atividade produtiva, não seria de estranhar que, ao lado do trabalho cativo, surgisse o trabalho familiar de detentores da unidade (FRAGOSO, 1998, p. 131).

Podemos afirmar que existiam no Termo de Mariana diversos domicílios que contavam com o trabalho familiar, ao mesmo tempo em que possuía alguns cativos que contribuía com a unidade produtiva. No distrito de Forquim, em 1831, destacamos um domicílio em que é possível notar como era organizado o trabalho. Segue a descrição:

<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
7/159	Antonio Luis	Pardo	s/inf	42	Casado	Roceiro
	Maria	Parda	s/inf	18	Casada	Fiadeira
	Francisco	Pardo	s/inf	3	-	-
	Barbara	Pardo	s/inf	2	-	-
	Caetano	Preto	Cativo	21	Solteiro	Roceiro
	Joao	Preto	Cativo	21	Solteiro	Roceiro

**Quadro 1:** Domicílio em Forquim.

**Fonte:**Lista Nominativa de Habitantes de Forquim, 1831

Nesse domicílio vivia o chefe do fogo com sua família, e dois escravos. O chefe, Antonio Luis, um homem pardo de 42 anos, ocupava a função de roceiro e era casado com Maria, mulher parda de 18 anos, que exercia a função de fiadeira. Possuíam dois filhos, Francisco e Barbara, de 3 e 2 anos de idade. No domicílio, viviam também dois escravos: Caetano e Joao, ambos pretos e com 21 anos de idade. Nota-se que estes possuíam, segundo a fonte, função de roceiro, a mesma ocupação que o chefe do fogo Antonio possuía. O que nos leva a concluir que, de alguma maneira, o trabalho escravo no domicílio ocorria de forma a complementar o trabalho familiar.

Os estudos de Carla de Almeida (1994) são também uma importante referência para pensar a estrutura da posse de escravos em Mariana durante a primeira metade do século XIX, pois foi identificado pela autora a predominância de pequenos plantéis, sendo que a maioria dos proprietários marianenses possuíam em média de um a cinco cativos. Constatou-se

também uma grande oferta de escravos a baixo custo em Mariana, o que possibilitava a aquisição de mão de obra escrava mais facilmente. Ainda, no que tange à composição da população cativa marianense, Almeida (1994) encontra um percentual mais elevado para a população de crioulos, que representavam um total de 58,9% em relação a 41,1% do percentual de africanos. Esses dados a respeito da composição da população escrava corroboram ainda mais para a premissa a respeito da considerável reprodução natural dos plantéis em Mariana, tendo em vista que a quantidade de africanos, ou seja, os cativos provenientes da importação, era menor do que a quantidade de crioulos.

### **Aspectos do poder local e municipalidade no Termo de Mariana**

O município de Mariana é um dos mais antigos núcleos de povoamento da capitania de Minas Gerais. O seu processo de formação teve início a partir do século XVII, devido ao descobrimento do ouro e todo o processo de extração aurífera que se desencadeou naquela região. A criação da Vila do Carmo, em 1711, fez com que diversos povoados, que haviam surgido na região central de Minas, se tornassem distrito ou freguesia pertencente à Vila, o que deu origem a um grande Termo administrativo.

As vilas eram uma forma de organização político-territorial que se agrupavam em circunscrições maiores, as chamadas comarcas. No período colonial, a denominação de vila foi utilizada em detrimento da denominação de município, tendo em vista que não convinha empregar “município” para terras não emancipadas. No Brasil imperial, durante o século XIX, ambas as denominações foram utilizadas, sem maiores distinções, e o Termo correspondia a uma circunscrição de poder civil. A administração judiciária e toda a fiscalização do território eram estruturadas nas circunscrições judiciárias e administrativas, que correspondiam a comarcas, termos de vilas e distritos de paz.

O território de jurisdição da comarca era dividido em termos; o termo, por sua vez, era dividido em distritos. A vila representava a sede do termo. Conforme a esfera da administração eclesiástica, os termos eram compostos por freguesias ou paróquias, e essa

divisão era ligada à circunscrição que dizia respeito à igreja paroquial, a qual era presidida por um pároco e vinculada a um bispado (CHAVES, 2013).

A Vila do Carmo foi elevada a cidade em 1745, quando recebeu o nome de Mariana, além de se tornar também a sede do primeiro Bispado de Minas Gerais. O título de cidade representava algo de grande distinção naquele período, e era geralmente concedido às vilas que exerciam importantes funções em âmbito religioso, militar ou político. A organização e o poder local eram exercidos pela câmara, que possuía funções administrativas e detinham considerável autonomia judiciária. A câmara se constituía por grupos locais, os chamados “homens bons”, e geralmente era composta por um juiz ordinário, três ou quatro vereadores e um procurador.

A câmara representava um espaço através do qual os “homens bons” podiam expressar seus interesses, além de ter se tornado também um espaço de negociação e obtenção de privilégios por parte dos grupos locais.

A partir do processo de Independência em 1822, com o fim da organização política colonial, o sistema de organização local incorporava a chegada do constitucionalismo, e o surgimento de um sistema representativo se colocava nas bases da construção de uma nova ordem estatal. As câmaras se enfraquecem a partir de então, perdendo grande parte do seu poder político, pois além da mudança na forma das eleições, que passam de indireta para direta, ocorre também a supressão de funções judiciais. Nesse sentido, as câmaras têm sua autonomia enfraquecida, especialmente no que tange à expressão dos interesses locais, e passam a representar corporações meramente administrativas, não exercendo jurisdição contenciosa<sup>15</sup>. Devido a novos paradigmas da organização política do século XIX, foi criado, em 1824, o Juizado de Paz, que tinha como função estabelecer maior controle da justiça. Vale ressaltar que em Mariana a regulamentação dessa instituição evidenciou especificidades locais.

O juiz de paz era responsável pela convocação dos eleitores das diversas localidades para votar, além de organizar e nomear as Mesas Eleitorais<sup>16</sup>. Dentre outras funções que

---

<sup>15</sup> Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K\\_20.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_20.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2014.

<sup>16</sup> A Mesa Eleitoral organizava-se para o recolhimento dos votos e os serviços da eleição (VIEIRA, 2002).

cabiam ao juiz de paz, segundo Rosa Maria Vieira (2002), podemos destacar o julgamento de causas cíveis. No que se refere às causas criminais, era de responsabilidade do juiz obter uma relação dos criminosos para se efetivar a prisão, e ainda acabar com os quilombos, interrogar delinquentes e prendê-los. O juiz de paz deveria responsabilizar-se também por dividir o distrito em quarteirões e nomear para cada um deles um oficial, ou seja, alguém que o colocasse a par de quaisquer acontecimentos que lhe eram cabíveis.

Após o Ato Adicional, em 1834, as câmaras municipais perdem quase que completamente sua autonomia, tornando-se submetidas ao poder provincial, mais especificamente ao Poder Legislativo provincial, o qual passa a controlar e fiscalizar despesas, impostos, criar e revogar normas municipais, bem como nomear ou suprimir empregados na esfera da municipalidade. Nesse sentido, o poder da província se fortalece em detrimento das câmaras. De acordo com Francisco Eduardo Andrade, o estabelecimento do poder provincial surge como “um locus institucionalmente válido dos interesses oligárquicos” (ANDRADE, 1998a, p. 129).

Embora não seja o objetivo tratar aqui de questões administrativas relativa ao Império e às esferas de poder que se constituíram após o lançamento das bases do Estado-Nação imperial, cabe demonstrar o desdobramento que maiores conjunturas de ordem nacional tiveram sobre a ordem municipal. Nesse sentido, vale ressaltar que a Câmara Municipal de Mariana era constituída por senhores que possuíam considerável representação naquela localidade; eram os potentados locais. Alguns desses poderosos senhores não estavam em comum acordo com o rumo político implementado, tendo em vista que perderiam toda a sua influência política, a qual se manifestara até então através da câmara<sup>17</sup>. Vale lembrar que muitas vezes a câmara representava uma expressão das próprias posições e interesses desses senhores, até o momento em que elas passam a ser subordinadas ao controle provincial. De acordo com Francisco Eduardo Andrade:

---

<sup>17</sup> Para um detalhamento a respeito de antagonismos sociais e políticos que se exprimiam tendo como pano de fundo o conflito planos locais *versus* provinciais, ou seja, entre homens comprometidos com a estrutura do Estado nacional e os herdeiros das estruturas de dominação local inseridos nas câmaras municipais, ver o artigo “Poder local e herança colonial em Mariana: faces da revolta do ‘Ano da Fumaça’ (1833)”, de Francisco Eduardo Andrade. (In: **Termo de Mariana: História e documentação.**(*online*)Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998).

Há que se considerar, principalmente, que a câmara municipal de Mariana, tradicional caixa de ressonância das aspirações e planos políticos dos proprietários poderosos do Termo, encontrava-se manietada desde 1828, com a lei de 1º de outubro. Sua relevância política e seu poder de manutenção da ordem sócio-econômica tinham sido reduzidos drasticamente. A representação e a expressão política local passava, a partir desta época, a uma composição das distintas pretensões e autonomias locais no nível provincial. Para os donos do poder local, tudo devia parecer muito duvidoso. Previa-se, já no início da Regência, comprometida com um liberalismo de viés federalista, várias medidas legais e de reformas constitucionais (a reforma da constituição era prevista desde a lei de 12 de outubro de 1832) tendentes a maior aglutinação de poder em torno do governo provincial (ANDRADE, 1998a, p. 135).

Dentro de uma configuração que se ordena segundo as bases do Estado nacional, a subordinação dos corpos municipais se tornava um requisito proeminente para a construção das redes de poder e dominação que deveriam constituir este Estado-Nação (HOLANDA, 1977).

### **3 UMA ANÁLISE DO TERMO DE MARIANA**

Para compreendermos como se constituía o Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX, é essencial, neste momento, lançar mão da fonte primária, no intuito de buscar informações que nos permitam conhecer um pouco mais a respeito dos habitantes que compunham aquela sociedade, para em seguida buscar conhecer sua relação com o processo de escolarização. Saber quantos eram e em que localidade viviam, quais eram suas ocupações, e como se articulavam, se eram em maioria homens, mulheres, brancos, pretos, pardos, e se eram livres ou cativos. Ao conhecer tais aspectos da população do termo de Mariana, poderemos não somente ter uma maior compreensão daquele município como um todo, mas principalmente analisar, sob uma ótica demográfica, aspectos essenciais da história do Termo, para então buscar entender como ocorriam e se articulavam as relações do negro com o processo de escolarização. Em um primeiro momento, apresentaremos as fontes que serão utilizadas para a análise demográfica do Termo de Mariana, e em seguida demonstraremos algumas análises dos dados referentes à sociedade marianense durante a primeira metade do século XIX.

#### **Fontes para uma análise: as listas nominativas**

O século XIX no Brasil foi marcado por uma profunda significação da ideia de Nação, havendo durante o período Imperial uma ampla articulação desse conceito por parte do Estado, das elites, e grupos de poder. De acordo com Tarcisio Botelho (2005), o que nos diferenciou das demais colônias europeias nas Américas foi o fato de o Estado brasileiro, criado após a Independência, manter-se amplamente herdeiro do Estado português em diversos sentidos. Para o autor, a continuidade pode ser vista, especialmente, nos levantamentos populacionais que foram implementados no período regencial. E nos levantamentos realizados no Brasil durante o período imperial, é possível perceber procedimentos e práticas similares àquelas que orientavam a Coroa portuguesa.



Na província de Minas Gerais, as listas nominativas foram criadas a partir de uma solicitação do Governo Provincial aos juizes de paz. Sendo assim, segue abaixo trecho do officio datado em 25 de agosto de 1831, que solicitava as listas:

Convindo muito ao Serviço Nacional e ao bem dos povos, o exacto e detalhado conhecimento do estado da população e da Industria de cada um dos districtos da Província, o Presidente da mesma ordena ao Sr. Juiz de Paz [...] que com maior brevidade envie uma relação conforme o exemplo seguinte dos habitantes do mencionado Districto, pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias, com os nomes de cada um dos individuos deles, e declarações marginaes de idades, condições, estados e occupações em que se empregam, e dos que são libertos ou cativos (PAIVA, 1983, p. 187).

Contendo a discriminação de todos os habitantes residentes nos distritos, as listas eram elaboradas por inspetores de quarteirões, ou juizes de paz, e em seguida enviadas ao governo central da província, que apurava os resultados. Conforme Botelho (2005), a maioria dos levantamentos populacionais que aconteciam durante o período regencial, geralmente dividia a população em, pelo menos, três segmentos: os brancos, a população de ascendência africana nascida no Brasil, e os pretos. Os descendentes de africanos eram classificados como crioulos, mulatos, pardos e mestiços. No caso de haver população indígena em parcela significativa, essa categoria também incorporava-se aos censos, sendo designada como caboclo. Para o autor:

O início do Segundo Reinado marcou o progressivo redirecionamento das preocupações com os levantamentos populacionais. A construção de uma ordem política mais sólida, permitindo a superação dos conflitos e incertezas característicos do período regencial, esteve na raiz da consolidação da monarquia brasileira (BOTELHO, 2005, p. 328).

É essencial atentar para o fato de que se tornou importante para o Estado brasileiro e para a província mineira conhecer como se constituía a população e mapear os índices populacionais. “Abriu-se, assim, mais uma fonte de demandas por informações demográficas mais precisas, que se cristalizou na legislação eleitoral de 1846, prevendo a realização de censos a cada oito anos (Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, art. 107)<sup>18</sup>”.

O interesse do Estado em mapear os índices populacionais, de certa forma, sintonizava-se com a ideia e postura de uma Nação moderna, que tinha como um de seus pressupostos estabelecer um maior controle sobre o sistema nacional. Para tanto, seria necessário

---

<sup>18</sup>Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

identificar quem eram seus cidadãos, bem como a geografia de seu território. Segundo Clotilde Paiva, várias são as explicações possíveis para essa iniciativa governamental, dentre elas:

[...] mapear a realidade nacional, de forma a poder orientar as novas diretrizes da ex-colônia, fornecendo, por exemplo, o número de eleitores, a relação das pessoas sujeitas ao recrutamento ou a tributação. Em todos os casos o caráter oficial do documento dá nova dimensão ao seu conteúdo, ampliando nossas possibilidades de compreender as omissões e contradições presentes no mesmo (PAIVA, 1996, p. 55).

As listas reúnem informações valiosas, que, ao serem bem interpretadas e, sobretudo, ao serem relacionadas com outra espécie de fontes, podem nos possibilitar uma maior compreensão de como se constituía a sociedade naquele período. Especialmente no que tange à composição dos domicílios e suas características, pois estes se tornam elementos de importância fundamental para compreensão da dinâmica econômica e demográfica da província mineira. Vale mencionar, no entanto, que as listas nominativas significam uma representação da sociedade que vivia no Termo de Mariana, tal representação possui seus limites, uma vez que acreditamos terem havido distritos em que não foi realizado os censos tanto de 1831 como de 1838. Sendo assim a discussão que iniciaremos abordando as listas nominativas, representam uma projeção da sociedade marianense.

### **Entendendo as listas nominativas**

As listas nominativas constituem fragmentos de censos demográficos e socioeconômicos referentes ao período protoestatístico<sup>19</sup> brasileiro, o qual abrange desde meados do século XVIII até meados do XIX. O acervo dessas listas nominativas do Arquivo Público Mineiro, que se referem à década de 1830, contém um registro de informações de aproximadamente meio milhão de indivíduos distribuídos em mais de 300 localidades da província de Minas Gerais. De acordo com Clotilde Paiva, Mario Rodarte e Marcelo Godoy

---

<sup>19</sup> De acordo com Maria Luiza Marcílio (1986), os levantamentos demográficos no Brasil foram divididos em três fases distintas: pré-estatística (1500-1750), caracterizada pela escassez de registros demográficos; protoestatística (1750-1872), caracterizada pela abundância de censos regionais; e a fase estatística (a partir de 1872), caracterizada pela criação de censos de ordem nacional.

(GODOY, 2010), estima-se que o contingente populacional abordado pelas listas correspondam entre 60% e 65% da população da província mineira naquele período.

Esforços no sentido de localizar, digitalizar e sistematizar essas fontes foram empregados junto a Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), o que deu origem à maior base de dados que se tem conhecimento para o período em questão. A proposta consubstanciou-se na elaboração do sistema “Poplin-Minas-1830”, que se caracteriza por uma base virtual que permite a consulta aos dados das listas nominativas.

O censo de 1831/1832, segundo Marcelo Magalhães Godoy e Clotilde Paiva (PAIVA, 2008), é o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional que foi realizado na província de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX. E as listas nominativas originadas do censo possuem uma representatividade satisfatória, abrangendo cerca de 60% da população total da província para o período. O censo constitui a base de dados demográficos mais utilizada por estudiosos da história de Minas Gerais durante o período imperial. Segundo os autores:

Foram relacionados, para cada indivíduo recenseado, o prenome, a condição social, a cor/origem e a idade. Sobrenome, estado conjugal, ocupação, nacionalidade e relações de parentesco ou subordinação socioeconômica foram informados para parcela da população (GODOY; PAIVA, 2008, p. 162).

Os habitantes são listados por fogo, e é dentro dessa unidade de informação que são elencadas as demais informações e características do indivíduo em uma lista nominativa. Para a sociedade mineira que vivia durante a primeira metade do século XIX, os termos “família” e “fogo/domicílio” se referiam a uma mesma realidade, ou seja, a “um grupo doméstico, com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe” (PAIVA, 1996, p. 61).

Os conceitos de fogo e domicílio são muito próximos, entretanto, Marcus Vinícius Fonseca (2007) afirma que é preciso estabelecer algumas distinções, pois, diferente da ideia que possuímos de um domicílio, enquanto um espaço onde vive um grupo familiar, Fonseca esclarece que “o fogo era um tipo de espaço de moradia que correspondia a um padrão específico de organização. No fogo podemos encontrar uma família ou várias, e muitas vezes indivíduos que viviam juntos, mas não aparentavam possuir nenhuma relação de parentesco” (p. 62). Os fogos geralmente podiam ser muito diversos, podendo conter um grupo familiar, ou uma família acompanhada de um plantel de escravos, ou podiam conter

somente uma pessoa, “podia ainda ser uma casa, ou um conjunto de casas que reuniam pessoas que estavam ligadas por uma atividade produtiva” (Fonseca, 2007, p. 62).

No que se refere à composição geral do documento, as listas nominativas apresentam a população que vivia nos fogos, e estes são numerados e subdivididos em quarteirões. Analisando os dados, é possível obter o número total de fogos de cada distrito, o número total de habitantes e distinguir a população livre da população escrava.

Ao ter como ponto de partida o fogo, as listas apresentam os campos onde se inserem as informações sobre o indivíduo: o número do quarteirão, o número do fogo, o nome do habitante, qualidade (racial), condição (se livre, escravo, liberto, forro etc.), idade, estado (conjugal) e ocupação. Para elucidar, segue a transcrição de um fogo/ domicílio localizado no distrito de Catas Altas, pertencente ao Termo de Mariana, em 1832:

<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
0/ 258	Joze Francisco	Pardo	s/inf	33	Casado	Sapateiro
	Perpetua Justitiana	Parda	s/inf	30	Casada	Tecedeira
	Francisco	Pardo	s/inf	10	-	Na escola
	Joam	Pardo	s/inf	7	-	Na escola

**Quadro 2:** Domicílio em Catas Altas.

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de Catas Altas – 1832. (APM)

De acordo com Marcus Vinicius Fonseca (2007), havia uma regra na forma como eram distribuídas as informações sobre os membros de cada fogo: “o primeiro indivíduo registrado era sempre o chefe do fogo (homem ou mulher), em seguida temos os parentes (cônjuges e filhos – quando havia), escravos e, quando havia, agregados” (p. 68). Sendo assim, os campos eram preenchidos com informações que diziam respeito a cada indivíduo, e permaneciam em branco quando se referia a alguma informação óbvia, não necessitando de registro. Como, por exemplo, no fogo transcrito acima, nota-se que os meninos Francisco, 10 anos, e Joam, 7 anos, possuem em branco o campo “Estado”, obviamente por não possuírem idade suficiente que exija classificá-los em um estado civil.

A forma peculiar de registrar as informações nas listas nominativas nos demonstra aspectos da realidade social do século XIX em Minas Gerais. Nesse sentido, Fonseca esclarece que:

[...] nos fogos onde havia indivíduos brancos nunca era registrado se eram livres, isto porque na condição de branco estava subentendida a própria ideia de liberdade. O registro da condição era algo que se referia exclusivamente aos negros, sempre era registrado se pretos, pardos, crioulos, cabras e africanos eram livres, cativos ou libertos” (FONSECA, 2007, p. 68).

De acordo com Clotilde Paiva (1996), a estimativa da população para a província mineira na primeira metade da década de 1830 era de 718.191 habitantes, distribuídos em mais de 400 distritos de paz. É importante salientar que as regiões mineradoras, juntas, apresentam os maiores percentuais, seja de população, seja de distritos, contando com 35 % dos distritos e 29% da população provincial.

As listas elaboradas em 1838 apresentam um quesito a mais em relação às listas de 1831, pois nos informa se o indivíduo era alfabetizado ou não. De acordo com Maria do Carmo Salazar Martins (MARTINS, 2004), esse conjunto de listas nominativas do final da década englobam um total de 159 distritos para a província de Minas Gerais, distribuídos em 27 municípios. Segue a transcrição de um fogo/domicílio localizado no distrito de Sumidouro, pertencente ao Termo de Mariana, em 1838:

<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Alfabetizado</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
3/ 48	Porfíria Francisca da Conceição	Parda	Livre	34	Não	Viúva	Fiadeira
	Manoel	Pardo	Livre	12	Sim	-	-
	Maria	Parda	Livre	10	Não	-	-
	João	Pardo	Livre	8	Não	-	-

**Quadro 3:** Domicílio em Sumidouro.

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de Sumidouro – 1838. (APM)

O domicílio era chefiado por uma mulher, Porfíria Francisca, parda de 34 anos, fiadeira que vivia com seus três filhos, Manoel, 12 anos, Maria, 10 anos, e João, 8 anos, todos pardos. Conforme a fonte, nota-se que dos filhos, somente Manoel, o primogênito, era alfabetizado, enquanto os outros dois, não. Não consta na lista nominativa se seus filhos frequentavam a

escola, mas como identificamos um filho alfabetizado, é possível supor que ele frequentava ou já havia frequentado o espaço escolar, pois aprendeu as primeiras letras.

De acordo com Marcus Vinícius Fonseca (2007), a determinação que solicitou que se processasse a contagem da população antecede os anos de 1831 e 1838, mas como a maioria das listas detectadas referem-se a esses dois anos, convém utilizar essas datas para agregar os dois conjuntos de listas que foram elaboradas. Fonseca reitera:

Esta divisão dos censos nas datas de 1831 e 1838 é de certa forma arbitrária, pois são apenas as datas que encontramos com maior frequência no conjunto das listas nominativas. Na verdade, a história das tentativas de contagem da população de Minas Gerais ainda não é clara e há informações desencontradas entre os pesquisadores que tratam do assunto (FONSECA, 2007, p. 66).

Entretanto, é importante ressaltar que a documentação censitária possui limites, assim como toda documentação que se constitua uma fonte histórica primária. E um dos maiores desafios que pode ser notado é quanto à ausência de algumas listas, pois é preciso levar em conta que muitas delas podem ter se perdido, portanto, não abrangem o território com exatidão. De acordo com Marcus Vinicius Fonseca (2007), o processo de contagem da população, ao que tudo indica, foi impreciso na região norte da província, tendo em vista que não foram encontradas listas de todas as localidades da província de Minas Gerais. Contudo, “são reiteradas queixas de que algumas cidades ou mesmo regiões inteiras, como a que ficava ao norte da província, não as enviaram ao governo” (FONSECA, 2007, p. 70).

A fala do presidente da Província Antonio Costa Pinto dirigida à Assembleia Legislativa, registra o ocorrido:

Encarregados os Juizes de Paz de fazerem o arrolamento de todas as pessoas existentes em seus Distritos, em observância do que se acha disposto no Decreto de 17 de julho de 1832, regulando-se por mapas, cujos modelos lhes foram transmitidos pelo Governo, muitos deixaram de cumprir ate o presente as ordens dadas sobre este assunto; quando esta falta não explicasse a inexatidão do referido mapa geral, ai estão na Secretaria documentos recentemente chegados, e concernente a população de vários Municípios, que elevam os habitantes da província a numero muito mais subido, posto que ainda incerto(MOACYR, 1837, p. 31).

Há que se levar em conta, ainda, a ausência de informações referentes à ocupação dos indivíduos, pois além da diversidade dos padrões informativos e a complexidade das categorias que são apresentadas nas listas nominativas, muitas vezes o pesquisador se depara com a ausência de registros para a categoria “ocupação”, ou “raça”. Assim, tais variáveis

impõem a elaboração de uma metodologia específica que permita avaliar a qualidade das informações ali presentes, e, sobretudo, reunir recursos para minimizar ou suprimir os efeitos da omissão e/ou distorção informativa.

No que tange às listas referentes ao Termo de Mariana, o predomínio da não informação ocorre somente em algumas delas, de 1831 e 1838, especialmente para as crianças, e mais ainda para escravos e mulheres. Tendo em vista que o foco desta pesquisa é investigar negros envolvidos no processo de escolarização, cabe salientar que, embora tenhamos podido encontrar muitos deles através das listas, sugerimos também que indivíduos que estiveram ligados de alguma maneira ao ensino ainda encontram-se desconhecidos devido à ausência de informações mais precisas em algumas das listas.

### **A população dos distritos no Termo de Mariana**

De acordo com a documentação organizada junto ao Cedeplar, possuímos para o Termo de Mariana em 1831 um total de 38 listas nominativas que se referem aos distritos de paz pertencentes ao Termo e à sede Mariana. Para o ano de 1838, possuímos para o termo um total de 15 listas nominativas, sendo elas referentes aos 14 distritos de paz. Vale ressaltar que o distrito de Passagem conta com duas listas: uma referente ao final da década, de 1838, e outra referente ao ano de 1840.

Não temos informação exata do motivo pelo qual o termo teve o seu número de distritos diminuído no final da década de 1830. Entretanto, de acordo com Maria do Carmo Salazar Martins (2004), durante o período imperial, havia uma superposição das divisões política, administrativa, judiciária e eclesiástica na província de Minas Gerais, o que geralmente ocasionava desmembramentos, ressurgimentos e supressões de distritos e vilas.

A divisão sob a qual estamos construindo este trabalho é a divisão jurídica, através da qual uma província se constitui por comarcas, termos e distritos de paz. Há relatos de determinados distritos localizados ao norte da província que não enviaram ao governo provincial a contagem da população, o que resultou em uma falha na contagem total.

Entretanto, o nível de abrangência das listas nominativas para o Termo de Mariana é considerado por Clotilde Paiva um dos melhores da província para aquele período, o que nos fornece maior segurança para trabalhar com a representação da fonte.

Ao analisarmos as listas nominativas de cada um dos distritos de paz pertencentes ao Termo de Mariana, coletamos informações a respeito de sua configuração populacional. Vale mencionar que a análise possui seus limites, uma vez que as listas nominativas utilizadas como fonte, pode não ter contemplado na íntegra todos os distritos existentes no Termo naquele período. Segue demonstrado abaixo uma projeção da realidade populacional, no que se refere a, quais eram os distritos que, segundo as listas nominativas, pertenciam ao Termo de Mariana e o índice populacional de cada distrito para o ano do recenseamento.



<b>Distrito de Paz</b>	<b>Ano</b>	<b>População</b>
Barra Longa	1832	263 habitantes
Bento Rodrigues	1831	454 habitantes
Braz Pires	1831	842 habitantes
Camargos	1831	352 habitantes
Catas Altas	1832	2.089 habitantes
Conceição da Várzea	1831	494 habitantes
Conceição do Turvo	1832	995 habitantes
Desterro do Melo	1831	757 habitantes
Dores do Pomba	1831	782 habitantes
Forquim	1831	1.516 habitantes
Guarapiranga	1831	2.006 habitantes
Mariana	1831	2.972 habitantes
Mercês do Pomba	1832	1.860 habitantes
Mestre Campos	1831	536 habitantes
Monja Legoas	1831	360 habitantes
Nossa Senhora do Cuieté	1832	266 habitantes
Nossa Senhora da Boa Vista	1832	1.005 habitantes
Nossa Senhora da Saúde	1831	1.097 habitantes
Nossa Senhora de Oliveira	1831	839 habitantes
Passagem	1831	918 habitantes
Pinheiro	1832	1.113 habitantes

<b>Distrito de Paz</b>	<b>Ano</b>	<b>População</b>
Remédios	1831	1.337 habitantes
São Gonçalo de Ubá	1831	912 habitantes
São José do Crato	1831	369 habitantes
Santa Rita de meia Pataca	1831	753 habitantes
Santa Rita do Turvo	1831	1.831 habitantes
Santana do Deserto	1831	1.942 habitantes
Santo Antonio do Bacalhau	1831	440 habitantes
Santo Antonio do Calambao	1832	1.407 habitantes
São Caetano	1831	989 habitantes
São Domingos	1831	1.308 habitantes
São Gonçalo	1831	948 habitantes
São José do Barroso	1831	1.756 habitantes
São José do Paraopeba	1831	1.138 habitantes
São Manoel do Pomba	1831	1.305 habitantes
São Sebastião	1831	602 habitantes
Sumidouro	1831	504 habitantes
Tapera	1832	1.267 habitantes
<b>Total</b>		<b>40.324 habitantes</b>

**Tabela 4:** População do Termo de Mariana dividida por distritos (1831-1832).

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em análise das Listas Nominativas referentes ao Termo de Mariana.

A partir da tabela que se refere aos distritos pertencentes ao Termo de Mariana, conforme o censo de 1831, podemos ter um panorama não somente da população total que havia no Termo, mas é possível observar, principalmente o número de habitantes de cada distrito de paz para aquele período. A população de todo o Termo de Mariana, segundo as listas nominativas para esse período, soma um total de 40.324 habitantes, e o distrito com menor índice populacional era Barra Longa, que possuía um total de 263 habitantes. De acordo com a fonte, nesse distrito com menor número de habitantes do Termo não havia nenhum mestre de primeiras letras, e havia um total de 39 crianças em idade escolar (8 a 14 anos), ou seja, 15% da população. Porém não consta na fonte que alguma delas estivesse frequentando a escola. Destas 39 crianças em idade escolar, 22 eram escravas e exerciam funções na agricultura, no caso dos meninos, e no caso das meninas a ocupação exercida era de fiadeira. Vale destacar que 13 desses escravinhos não possuíam suas ocupações registradas, sendo classificados na fonte como pretos, crioulos ou pardos.

Além das crianças cativas, havia outras 17 crianças livres, e nenhuma delas, segundo a fonte, frequentava a escola, pois as suas funções giravam em torno de serem fiadeiras, no caso das meninas, e de serem carpinteiros, jornaleiros ou lidarem com agricultura, no caso dos meninos. O perfil racial das crianças em idade escolar obrigatória que viviam no menor distrito de Mariana (quanto ao índice populacional) nos mostra que havia 19 crianças pardas, representando 48% do total; 11 crioulas, representando 28%; as designadas pretas somavam 7, ou seja, 18% do total; e as brancas eram somente 2 crianças, somando 5% das crianças do distrito.

É interessante atentar para a relações que podem haver entre a ocupação das crianças escravas e a ocupação das crianças livres. No caso das cativas, foi possível perceber que em sua maioria exerciam funções braçais ligadas à agricultura ou à fiação. No caso das crianças livres, eram em maioria pardas e exerciam ocupações que se ligavam diretamente a um ofício como, por exemplo, a função de jornaleiro ou carpinteiro, o que de certa forma as diferenciava do universo dos escravos.

A discussão a respeito das diferenciações étnico/raciais que indicavam e reforçavam as distâncias sociais é bem fundamentada por Fonseca (2009) na medida em que o autor

esclarece que as classificações raciais<sup>20</sup> presentes nas listas nominativas, apresentadas no campo “qualidade”, iam muito além da raça e da cor, pois estavam na realidade mais relacionadas com o lugar social que o indivíduo ocupava ou poderia ocupar. Entretanto, a essencial discussão realizada por Fonseca será mais bem abordada em momento mais oportuno do texto.

Em seguida, destacamos o segundo menor distrito em índice populacional: Nossa Senhora do Cuieté, com um total de 266 habitantes. Nesse distrito, também não encontramos registrado na lista nominativa nenhum mestre de primeiras letras e, como a grande maioria das crianças não tiveram suas ocupações registradas, destacamos aquelas que se encontravam em idade escolar obrigatória (8 a 14 anos). Assim, havia 61 crianças dentro dessa faixa etária, ou seja, 23% do percentual populacional do distrito, porém nenhuma delas possuía registro de que frequentava escola.

Das crianças, 3 meninas exerciam ocupação de costureira e outras 3, de fiadeiras; das outras 55 crianças não possuímos informação a respeito de sua ocupação. Sobre o perfil racial dessas crianças do distrito, 32 eram pardas, representando um percentual de 52%. Dentro do universo das crianças, havia ainda 14 crianças índias, 7 brancas, 6 crioulas, e 2 crianças classificadas como pretas; os percentuais que estes números representam são respectivamente 23%, 11%, 10% e 3%. Através das listas nominativas referentes aos dois menores distritos pertencentes ao Termo de Mariana, foi possível observar que a maioria das crianças foi classificada como pardas, representando 48% das crianças no distrito de Barra Longa e 52% das crianças em Nossa Senhora de Cuieté. Se pensarmos o perfil racial das crianças dentro dos critérios da relação negros/brancos, as negras (pretas, crioulas e pardas) representavam maioria absoluta no universo de crianças de Barra Longa, pois eram negras 95% das crianças daquele distrito. Em Nossa Senhora do Cuieté, eram negras 65% das crianças.

Já a maior concentração populacional do Termo estava na sede de Mariana, onde havia um total de 2.972 habitantes. Sobre a sede, é relevante esclarecer que havia um intenso movimento educacional, como já foi mencionado anteriormente, e a cidade de Mariana se destaca nesse quesito, não somente pela importância do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, mas também pela quantidade de alunos que frequentavam aulas de primeiras letras.

---

<sup>20</sup> Em uma análise das listas nominativas, o autor revela que cada um destes termos, através dos quais a população de origem africana era classificada, possui um significado específico (FONSECA, 2009).

Entretanto, como nosso recorte intenciona abordar o processo de escolarização dos negros, seja aluno ou professor, ou seja, aquele que estabelece relação com o ensino de primeiras letras, não cabe analisar os estudantes que se enquadravam no segundo ciclo do ensino, ou mesmo aqueles que estavam matriculados como estudantes no Seminário da Boa Morte.

De acordo com a lista nominativa da cidade de Mariana, havia dois mestres de primeiras letras, e, embora haja relatos de que havia mais professores nesse período na cidade, a lista nominativa possui registro de somente dois mestres. Eram eles: o tenente-coronel Antonio Luis de Abreo Pimenta, homem pardo de 82 anos, chefe de seu fogo e casado, e João Maria Martins Estrela, homem branco de 34 anos, chefe de seu fogo e solteiro. Mais adiante, analisaremos com mais detalhes o domicílio em que viviam estes professores, buscando investigar as relações que eles estabeleciam com o ensino, e a escolarização na sociedade em que viviam. Havia na cidade um total de 359 crianças em idade escolar obrigatória; elas representavam 12% da população total de Mariana. Porém, quanto ao número de alunos frequentando aulas de primeiras letras, estava registrado na lista nominativa um total de 65 crianças que possuíam a ocupação “escola”, o que representava 2% da população total da sede.

Caso trouxéssemos os números da população que estava inserida no ensino referente ao segundo ciclo, certamente esse percentual aumentaria muito. No que tange ao perfil racial dos alunos que frequentavam o ensino elementar, a maioria registrada ainda é de alunos pardos, sendo um total de 33, ou seja, 51% das crianças que se ocupavam da “escola”; 21 alunos eram brancos, representando um percentual de 32%; somente 4 deles eram crioulos, totalizando 6%; 2 alunos eram cabras e 5 estavam sem informação sobre sua “qualidade”, representando 3% e 7%, respectivamente.

O segundo maior distrito em índice populacional era Catas Altas, que contava com um total de 2.089 habitantes. Sobre esse distrito encontramos registrado na lista nominativa somente 1 professor de primeiras letras: Cypriano Celestino, homem branco de 36 anos, chefe de seu domicílio e solteiro. Havia um total de 267 crianças em idade escolar obrigatória, representando 13% da população daquele distrito. Entretanto, as crianças que, segundo a fonte, frequentavam o espaço escolar e possuíam como ocupação a designação “na escola” somavam um total de 47.

Vale esclarecer que não necessariamente as crianças que se encontravam na escola estavam em idade de frequentar as aulas, e era comum ocorrer situações de crianças de 7 anos, ou mesmo de 15 anos, serem enquadrados nas listas com a ocupação “na escola”. Podemos citar no distrito de Catas Altas o exemplo de alguns meninos que frequentavam escola e que possuíam apenas 7 anos. Geralmente eles tinham irmãos entre 9 e 12 anos e, ao que parece, os menores acompanhavam seus irmãos maiores nas aulas de primeiras letras.

Para exemplificar a questão, demonstramos no quadro abaixo a situação de um domicílio de Catas Altas, 1832, onde vivia uma família de pardos:

<i>Quarteirão/Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
176	Joze Dias Pereira	Pardo	-	50	Casado	Torneiro
	Anna Maria	Parda	-	40	Casada	Tecedeira
	Joanna	Parda	-	22	Solteira	Fiandeira
	Maria	Parda	-	20	Solteira	Fiandeira
	Joze Dias	Pardo	-	16	Solteiro	Sapateiro
	Anna	Parda	-	15	Solteira	Fiandeira
	Domingos	Pardo	-	12	-	Na escola
	Ilaria	Parda	-	9	-	-
	Lourenço	Pardo	-	7	-	Na escola
	Antonia	Parda	-	6	-	-
	Pedro	Pardo	-	5	-	-
	Maria	Parda	-	2	-	-

**Quadro 4:** Domicílio em Catas Altas.

**Fonte:** Lista nominativa de habitantes de Catas Altas – 1832. (APM)

Podemos citar como exemplo o caso do menino Lourenço, pardo de 7 anos, que, embora não estivesse na idade adequada, já frequentava a escola. Possivelmente, Lourenço ia para a escola juntamente com seu irmão, Domingos, pardo de 12 anos que, segundo a fonte, também se ocupava de aulas de primeiras letras. Esses dois meninos, filhos do casal Joze Dias Pereira, homem pardo de 50 anos, e Anna Maria, mulher também parda de 40 anos, eram os únicos filhos que, segundo a fonte, estavam sendo escolarizados. As filhas Joanna, Maria e Anna, de 22, 20 e 15 anos, respectivamente, se ocupavam de fiar, o que nos parece muito comum, pois a mãe era tecedeira. Nesse sentido, o domicílio era não tão somente uma unidade familiar, mas também uma unidade produtiva, em que a família colaborava entre si com o perfil produtivo do domicílio. Enquanto o pai, Joze Dias Pereira, exercia função de torneiro, o filho homem Joze Dias, pardo de 16 anos, ocupava-se da função de sapateiro, e os

meninos Lourenço e Domingos iam para a escola. Podemos notar que a filha Ilaria de 9 anos, embora estivesse em idade de frequentar a escola, não frequentava, e seu irmão menor, Lourenço, sim.

De acordo com Marcus Vinicius Fonseca (Fonseca, 2007), durante a primeira metade do século XIX, a maioria dos alunos em idade escolar que frequentavam as aulas, na região central mineradora, eram geralmente meninos. As crianças com menor idade do domicílio eram Antonia, Pedro e Maria, de 6, 5 e 2 anos, respectivamente; não possuíam registro de ocupação, pois era comum não se registrar a ocupação para crianças de tão pouca idade, pois em sua maioria não trabalhavam.

Quanto ao perfil racial dos alunos de Catas Altas em 1832, podemos afirmar que 47 daqueles que frequentavam as aulas no distrito eram, em sua grande maioria, pardos, como nos distritos analisados anteriormente. As crianças pardas somavam 32, ou seja, 68% das crianças que se ocupavam da escola; as brancas eram 12, representando um total de 26%; e 3 crianças eram crioulas, ou seja, 6%. Em suma, analisando o perfil racial do distrito para as crianças que se ocupavam da escola, temos um percentual de 74% do que hoje chamaríamos de negros no espaço escolar, para um percentual de 26% de alunos brancos.

A tabela a seguir, que se refere aos distritos pertencentes ao Termo de Mariana, baseada no censo de 1838, nos indica que no final da década de 1830 o termo era composto por um número bem menor de distritos, e sua população para esse período conta também com um menor número de habitantes, possuindo um total de 27.496.

Enquanto o Termo de Mariana se constituía, nos anos de 1831/1832, de um total de 40.324 habitantes, distribuídos em 38 distritos de paz, durante os anos de 1838/1839/1840, o Termo se altera consideravelmente. A sua configuração populacional passa a conter 27.496 habitantes, distribuídos em um total de 14 distritos. Isso ocorreu, como mencionado anteriormente, devido a desmembramentos, supressões e surgimentos de vilas e distritos. Podemos citar, por exemplo, o caso do distrito Santa Rita de Meia Pataca, que, durante o início da década de 1830 pertencia ao Termo de Mariana e, ao final da década, não pertencia mais. Ao buscar a lista nominativa de Santa Rita de Meia Pataca referente ao ano de 1839, notamos que o distrito se incorporou ao município de Rio Pomba, pois consta na lista enquanto um distrito compondo este município. Outro exemplo é o caso do distrito de Nossa Senhora de Oliveira, que anteriormente pertencia ao Termo de Mariana e, ao final da década,

também se encontra desmembrado do Termo. Ao buscar a lista nominativa referente ao ano de 1839 desse distrito, nota-se que ele estava já compondo o município de São José Del Rei. Tais situações eram comuns naquela época, o que nos explica, *grosso modo*, a alteração populacional do Termo de Mariana durante a década de 1830. Segue abaixo a tabela referente aos distritos do Termo de Mariana para os anos de 1838, 1839 e 1840.

<b>Distrito de Paz</b>	<b>Ano</b>	<b>População</b>
Aplicação da Várzea	1839	228 habitantes
Boa Vista	1838	859 habitantes
Catas Altas	1838	2.422 habitantes
Cuieté	1840	372 habitantes
Forquim	1838	3.213 habitantes
Guarapiranga	1839	3.350 habitantes
Mariana	1840	2.044 habitantes
Passagem	1838	717 habitantes
Passagem	1840	635 habitantes
Ponte Nova	1839	6.460 habitantes
São Caetano do Chopotó	1839	1.389 habitantes
Santo Antonio do Calambao	1838	1.670 habitantes
São Caetano	1838	1.384 habitantes
São Domingos	1839	1.287 habitantes
Sumidouro	1838	1.466 habitantes
<b>Total</b>		<b>27.496 habitantes</b>

**Tabela 5:**População do Termo de Mariana dividida por distritos (1838-1840).

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.



Através da tabela que demonstra os distritos constituintes do Termo de Mariana em 1838, podemos indicar mais uma mudança importante na composição do Termo. Enquanto na tabela de 1831 a maior concentração de habitantes estava na sede Mariana, na tabela referente ao ano de 1838 a maior concentração populacional do termo encontra-se no distrito de Ponte Nova, que contava com um total de 6.460 habitantes ao final da década.

No que tange ao processo de escolarização no distrito de Ponte Nova, é interessante mencionar alguns dados, como foi feito nos dos distritos referentes ao ano de 1831, antes de realizarmos uma análise mais elaborada. De acordo com a lista nominativa do distrito, havia três mestres de primeiras letras: Antonio José de Sousa, homem branco de 34 anos; Floriano José de Oliveira, também branco, de 83 anos e viúvo; o terceiro mestre era Antonio Augusto, branco de 21 anos, solteiro. Sobre a relação que tais professores estabeleciam com seus domicílios, consta na fonte que somente Floriano José era o chefe de seu fogo, enquanto o mestre mais novo, Antonio Augusto, está enquadrado no domicílio como um “agregado”. No caso de Antonio de Sousa, não consta na fonte informação sobre sua relação/grau de parentesco com o domicílio. Sobre a quantidade de crianças que havia no distrito em idade de frequentar as aulas, é possível constatar o total de 1.077 crianças entre 8 e 14 anos que viviam na localidade de Ponte Nova, ou seja, 17% da população total do distrito.

Porém, é importante destacar que a respeito da grande maioria dessas crianças em idade adequada para frequentar as aulas, não se possui qualquer informação a respeito de suas ocupações se eram alfabetizadas ou não. O que de certa forma nos dificulta conhecer detalhes do processo de escolarização desse montante com maior clareza. Dentro do universo de 1.077 crianças em idade adequada para aulas, a fonte nos informa que somente 7 delas possuíam registro de ocupação de que estavam sendo frequente as aulas de primeiras letras. Havia ainda uma oitava criança que, segundo a lista, estava na escola, porém possuía 7 anos de idade. O perfil racial dessas crianças era majoritariamente branco: das 7 que iam para as aulas, 2 eram pardas e as outras 5 eram brancas.

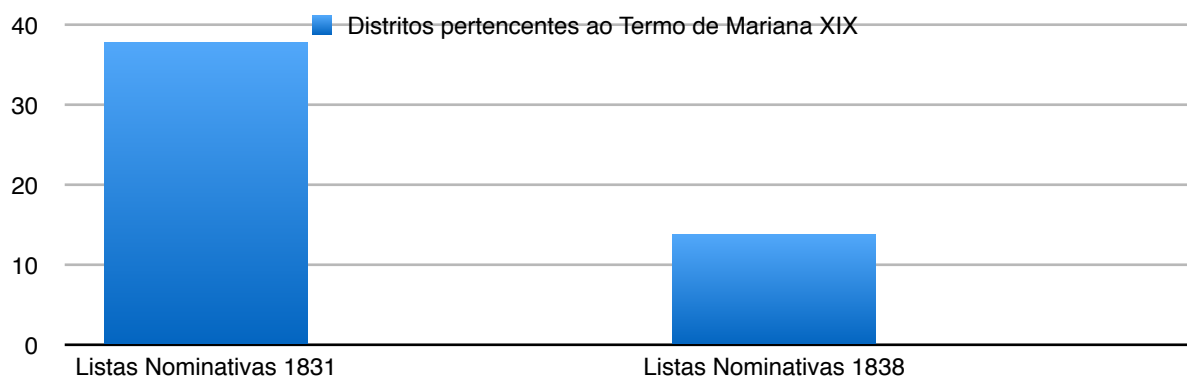
É importante mencionar que entre as 1.077 crianças foi encontrado registro de ocupação para outras 31 delas, as quais ocupavam-se das mais variadas funções como, por exemplo, agricultor, alfaiate, ferreiro, tropeiro, mucama e costureira. No entanto, como o interesse da pesquisa é refletir aqueles que estão ligados diretamente ao processo de escolarização, em especial negros, não cabe aqui trazer maiores discussões sobre o tema profissão, embora

reconheçamos a importância de adentrar nas questões do perfil de trabalho das crianças que não se encontravam na escola.

Enquanto Ponte Nova se torna o distrito de paz mais populoso do Termo de Mariana, Guarapiranga, ao final da década, conta com um total de 3.350 habitantes, representando o segundo distrito mais populoso. Forquim se torna o terceiro distrito mais populoso, apresentando um total de 3.213 habitantes.

A sede Mariana passa, então, de localidade mais populosa do termo em 1831, para a quinta localidade mais populosa no ano de 1838. No gráfico abaixo demonstramos a transformação demográfica ocorrida no Termo de Mariana, entre o censo de 1831, quando sua população era constituída por um total de 40.324 habitantes, e o outro censo, realizado em 1838, quando a população era constituída por 27.496 habitantes.

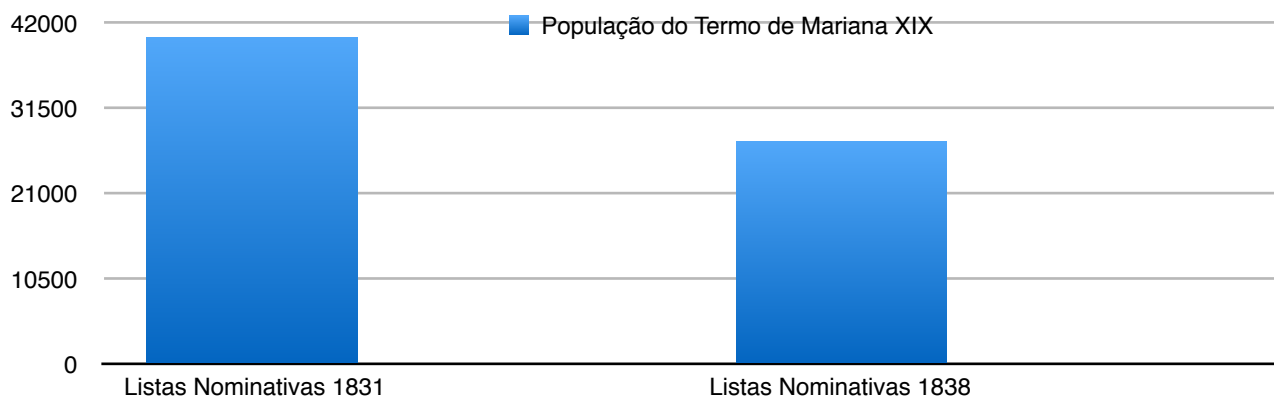
No Gráfico 1 demonstramos a transformação referente à redução do número de distritos de paz do Termo de Mariana, que possuía no início da década de 1830 um total de 38 distritos e passa a possuir ao final da década de 1830 somente 14 distritos.



**Gráfico 1:** Distritos pertencentes ao Termo de Mariana no século XIX.

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

No Gráfico 2, demonstramos a redução populacional do Termo de Mariana durante a década de 1830:



**Gráfico 2:** População do Termo de Mariana no século XIX.

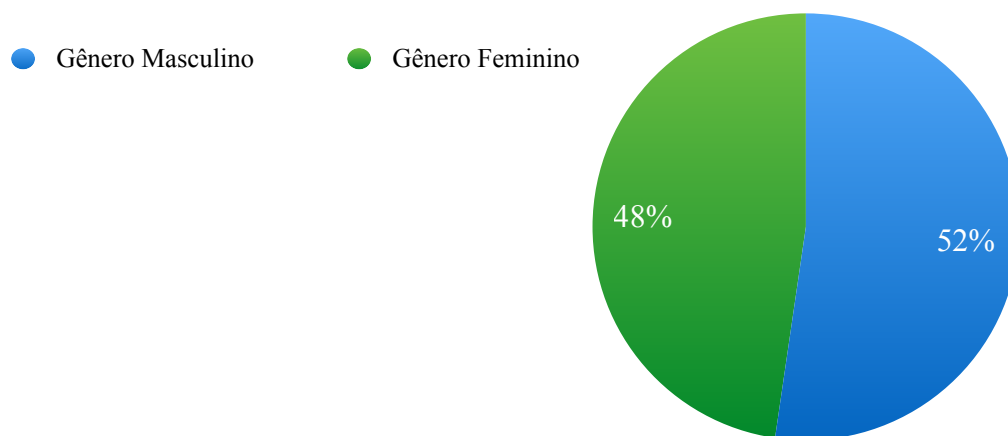
**Fonte:** Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

Através dos gráficos, podemos notar a redução populacional vivida pelo Termo de Mariana durante a década de 1830.

### **O gênero e o perfil racial no Termo de Mariana**

No que se refere à questão do gênero, deve-se esclarecer que, ao analisar todas as listas nominativas (1831) referentes aos distritos que compõem o Termo de Mariana, concluímos que a população era constituída majoritariamente por habitantes do sexo masculino. De acordo com a análise realizada, observamos que o termo contava um total de 21.094 habitantes do sexo masculino e um total de 19.230 habitantes do sexo feminino.

Através da análise das listas nominativas dos distritos que compõem o Termo, foi possível constatar qual era o número exato de mulheres e homens que havia em cada localidade de Mariana. Notamos que em grande parte dos distritos o percentual de gêneros masculino e feminino não é muito distinto, porém, em alguns distritos específicos, é possível notar uma maior diferença entre o número de homens e mulheres. Segue abaixo em forma de gráfico, a demonstração da distribuição de gênero para o termo durante o início da década de 1830:



**Gráfico 3:** Distribuição da população do Termo de Mariana por gênero (1831).

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

A tabela que se segue nos indica qual a quantidade de habitantes do sexo feminino e masculino que havia em cada distrito de paz do Termo de Mariana, conforme a lista nominativa de 1831. Analisando os dados, podemos notar que, entre a grande maioria dos distritos de paz que compunham o Termo de Mariana no início da década de 1830, a presença do gênero masculino e feminino é proporcionalmente similar em muitos deles, sendo pequena a diferença.

Em locais como Barra Longa, a proporção era de 124 mulheres para 139 homens; em Forquim, temos 723 mulheres para 793 homens; em Passagem, temos 444 mulheres para um total de 474 homens. Porém, em alguns distritos destacamos uma considerável diferença na distribuição de gênero como, por exemplo, no distrito de Mercês do Pomba, que contava com um total de 860 habitantes do sexo feminino para um total de 1.000 habitantes do sexo masculino. Outro exemplo de distrito em que a diferença é considerável é Remédios, que possuía um total de 590 mulheres para um total de 747 homens. E ainda São José do Paraopeba, com uma maior diferença, apresentando um total de 489 mulheres para 649 homens.

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Barra Longa	124	139
Bento Rodrigues	227	227
Braz Pires	415	427
Camargos	165	187
Catas Altas	1045	1044
Conceição da Várzea	227	267
Conceição do Turvo	497	498
Desterro do Melo	341	416
Dores do Pomba	384	398
Forquim	723	793
Guarapiranga	976	1030
Mariana	1524	1448
Mercês do Pomba	860	1000
Mestre Campos	257	279
Monja Legoas	183	177
Nossa Senhora do Cuieté	150	117
Nossa Senhora da Boa Vista	448	557
Nossa Senhora da Saúde	492	605
Nossa Senhora de Oliveira	390	449
Passagem	444	474
Pinheiro	564	549
Remédios	590	747
São Gonçalo de Ubá	432	480

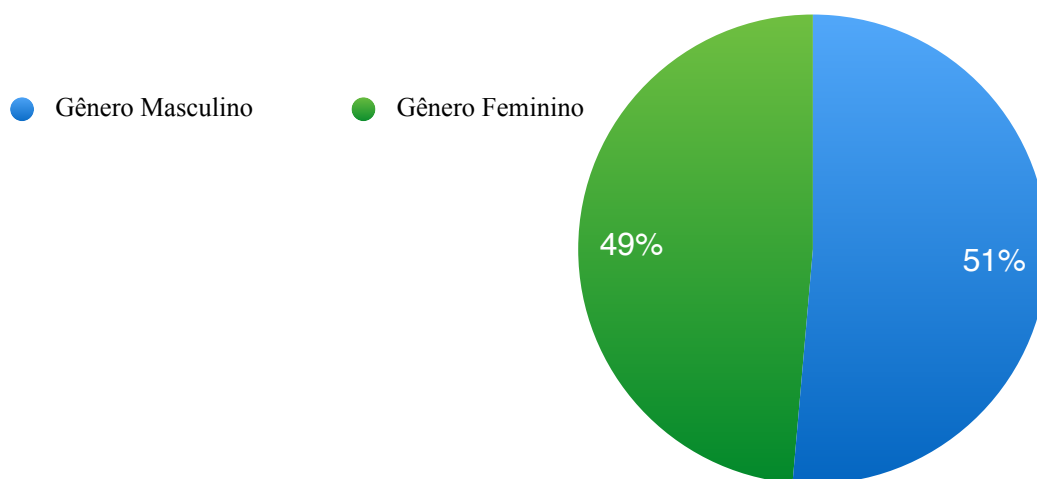
	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
São José do Crato	181	188
Santa Rita de meia Pataca	341	412
Santa Rita do Turvo	858	973
Santana do Deserto	996	946
Santo Antonio do Bacalhau	217	223
Santo Antonio do Calambao	655	752
São Caetano	514	475
São Domingos	626	682
São Gonçalo	404	544
São José do Barroso	834	922
São José do Paraopeba	489	649
São Manoel do Pomba	570	735
São Sebastião	315	287
Sumidouro	237	267
Tapera	535	731
<b>Total</b>	<b>19.230</b>	<b>21.094</b>

**Tabela 6:** Distribuição da população do Termo de Mariana por gênero (1831-1832).

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

Vale lembrar que se utiliza aqui o termo “homens” e “mulheres” para designar somente as diferenças de gênero, não significando, portanto, qualquer relação com a idade desses habitantes. Sendo assim, quando nos referimos a homens e mulheres, incluímos todos os habitantes referentes aos tais gêneros, incluso crianças e adolescentes.

No gráfico abaixo é possível observar como ficou a distribuição de gênero para o Termo de Mariana em 1838.



**Gráfico 4:** Distribuição da População do Termo de Mariana por Gênero (1838).

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

Em seguida, analisamos as listas nominativas referentes aos anos de 1838, 1839 e 1840 para o Termo de Mariana, buscando analisar a distribuição de gênero daquele período.

	Mulheres	Homens
Aplicação da Várzea	133	115
Nossa Senhora da Boa Vista	401	458
Catas Altas	1.136	1.286
N. S. Cuieté	177	195
Forquim	1.561	1.652
Guarapiranga	1.656	1.694
Mariana	1.144	900
Passagem (1838)	356	361
Passagem (1840)	324	311
Ponte Nova	2.970	3.490
São Caetano do Chopotó	675	714
Santo Antonio do Calambao	764	906
São Caetano	713	671
São Domingos	598	689
Sumidouro	769	697
<b>Total</b>	<b>13.377</b>	<b>14.139</b>

**Tabela 7:** Distribuição da população do Termo de Mariana por gênero (1838-1840).

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em análise das Listas Nominativas referentes ao Termo de Mariana.

Observamos que, na maioria dos distritos, a distribuição de gênero era bastante similar. Por exemplo, em lugares como Aplicação da Várzea, Nossa Senhora de Cuieté ou mesmo



Guarapiranga, que foi um distrito mais povoado, a diferença entre o número de habitantes homens e mulheres era bem pequena. Em Cuieté havia 177 mulheres e 195 homens, ou seja, 48% de sua população total era do gênero feminino e 52%, do gênero masculino. Entretanto, a distribuição de gênero tem maior diferença em alguns lugares, como na sede Mariana, que possuía no ano de 1840 o predomínio do gênero feminino: 1144 mulheres para um total de 900 homens, ou seja, 56% eram mulheres e 44% homens, uma diferença um pouco maior em relação à maioria dos demais distritos.

Podemos citar também o caso de Ponte Nova, onde havia uma inversão da distribuição de gênero se comparamos com a sede, pois a maioria da população era constituída de homens, havendo um total de 3.490 homens para 2.970 mulheres, ou seja, 54% do gênero masculino e 46% gênero feminino, o que configura uma diferença também maior na distribuição de gênero para o termo. Em Santo Antonio do Calambao, o predomínio do gênero masculino também foi constatado, havendo 906 homens e um total de 764 mulheres, ou seja, 54% da população era do gênero masculino e 46% era do gênero feminino, percentuais idênticos ao de Ponte Nova, apesar do índice populacional ser distinto. De acordo com as listas nominativas do Termo de Mariana, de 1831 e 1838, constatamos que os homens eram maioria, ainda que a diferença fosse pequena.

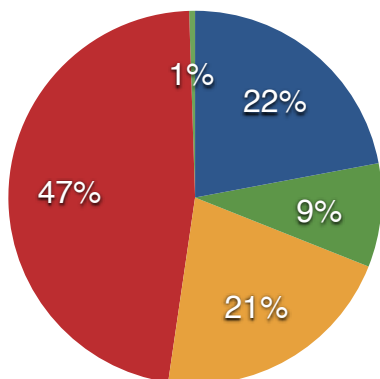
Sobre a questão de gênero, é essencial trazer uma reflexão de Marcus Vinícius Fonseca (FONSECA, 2014) a respeito de uma representação expressiva das mulheres chefes de fogo que possuíam crianças nas escolas. O autor considera a possibilidade de as mulheres terem percebido mais rapidamente a importância da educação escolar, uma vez que, quando eram chefes de seus domicílios, enviavam expressivamente seus filhos para a escola. No que tange aos grupos familiares, que mais possuíam crianças nas escolas, o grupo das mulheres chefes de domicílio, de acordo com Fonseca, “era o grupo de onde se originava a maioria das crianças que frequentavam as aulas de instrução elementar” (2014, p.6).

Nos gráficos abaixo, podemos demonstrar como era constituído o termo, no que tange ao seu perfil racial. Vale mencionar que, para a criação desses gráficos, foi realizada uma análise minuciosa de cada uma das listas nominativas referentes às contagens populacionais de 1831 e 1838, que abrangem todo o Termo de Mariana. Em cada lista foi possível observar como se formava o perfil racial de cada distrito, e qual a quantidade de habitantes pardos, pretos, brancos, cabras, africanos e mulatos que viviam naquela localidade.

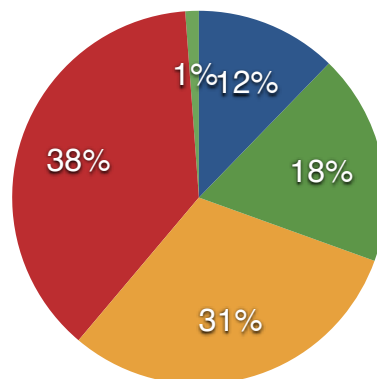


## Perfil Racial dos Distritos de Paz pertencentes ao Termo de Mariana (1831)

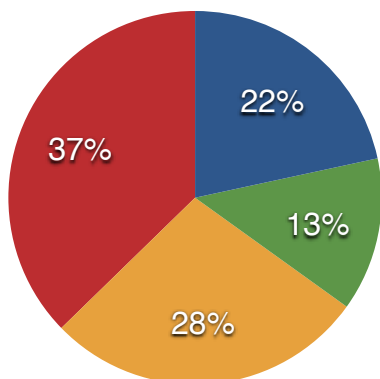
Barra Longa



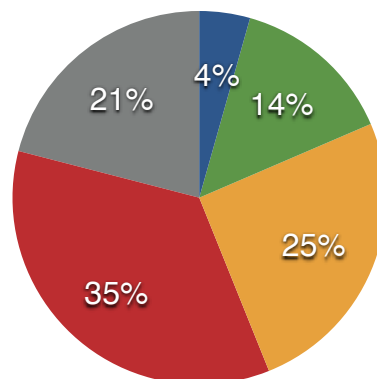
Bento Rodrigues



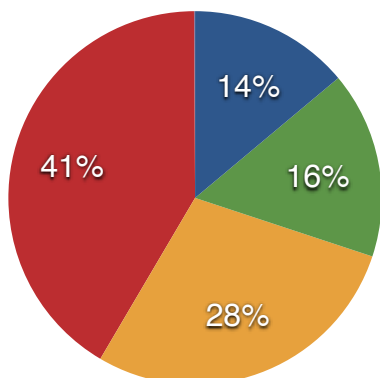
Braz Pires



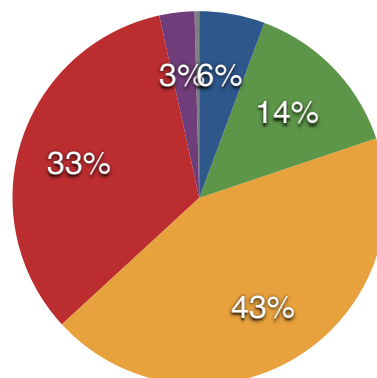
Camargos



Catas Altas

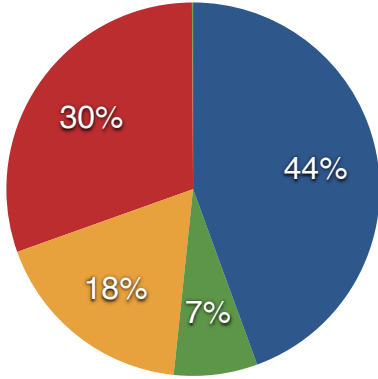


Conceição da Várzea



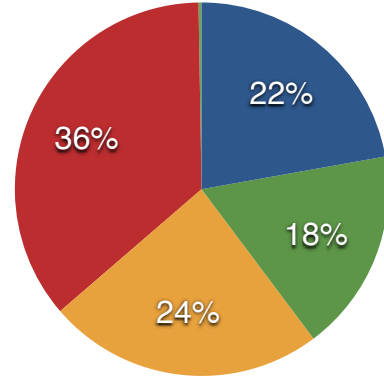
Conceição do Turvo

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



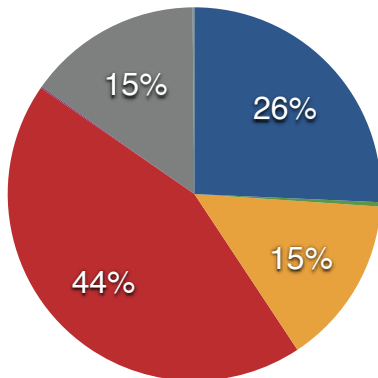
Desterro de Melo

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



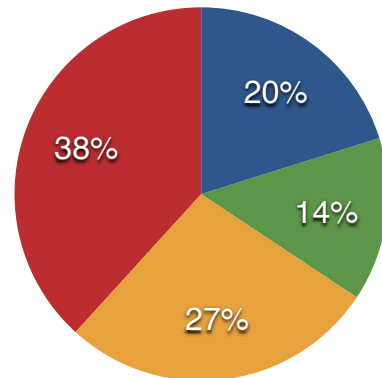
Dores do Pomba

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



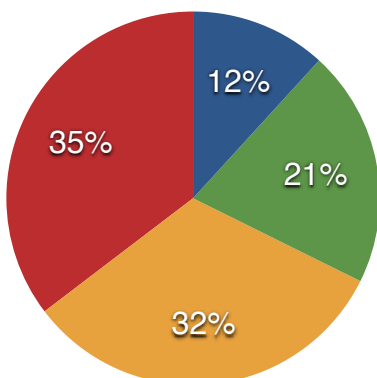
Forquim

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



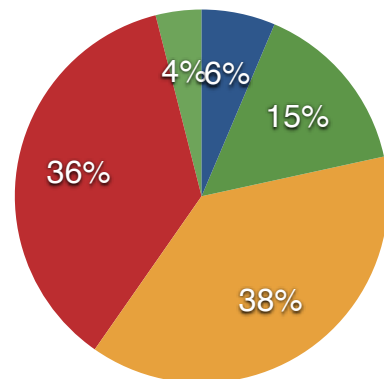
Guarapiranga

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



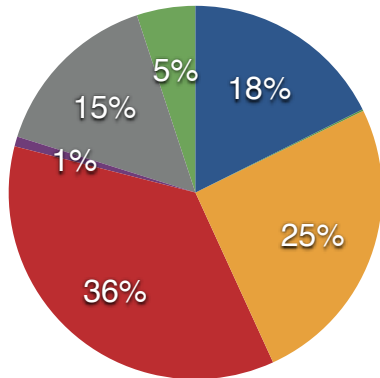
Mariana

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



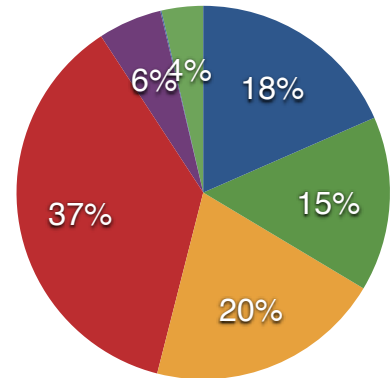
Mercês do Pomba

- Branco
- Preto
- Crioulo
- Pardo
- Cabra
- Africano
- Mulato
- S/Inf.



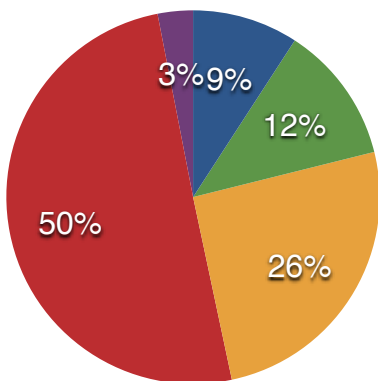
Mestre Campos

- Branco
- Preto
- Crioulo
- Pardo
- Cabra
- Africano
- Mulato
- S/Inf.



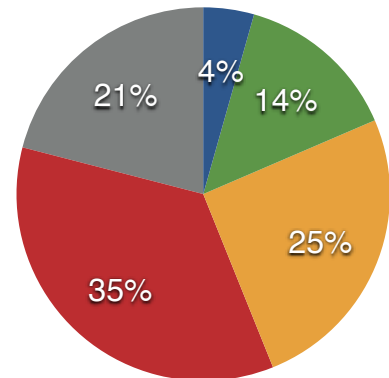
Monja Legoas

- Branco
- Preto
- Crioulo
- Pardo
- Cabra
- Africano
- Mulato
- S/Inf.



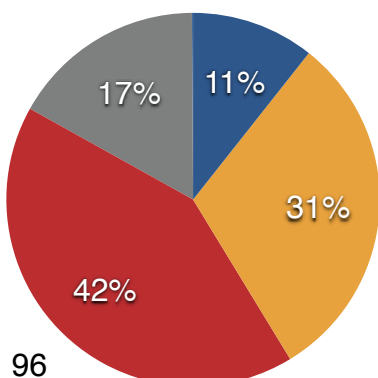
Nossa Senhora de Conceição de Cuieté

- Branco
- Preto
- Crioulo
- Pardo
- Cabra
- Africano
- Mulato
- S/Inf.



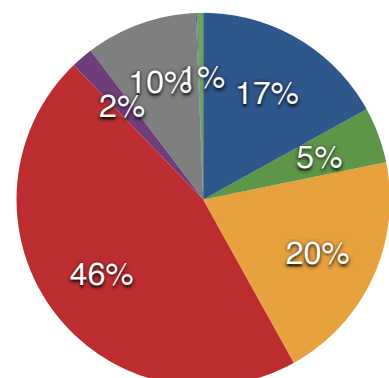
Nossa Senhora da Boa Vista

- Branco
- Preto
- Crioulo
- Pardo
- Cabra
- Africano
- Mulato
- S/Inf.



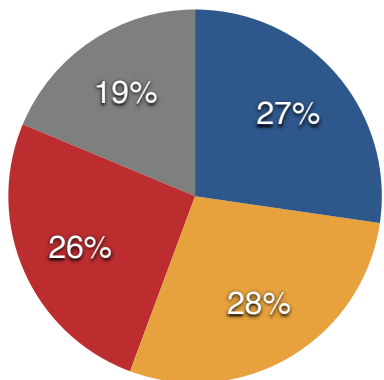
Nossa Senhora da Saúde

- Branco
- Preto
- Crioulo
- Pardo
- Cabra
- Africano
- Mulato
- S/Inf.



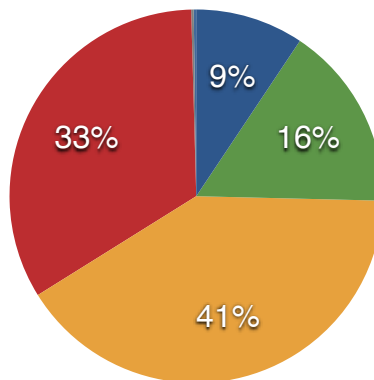
Nossa Senhora de Oliveira

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



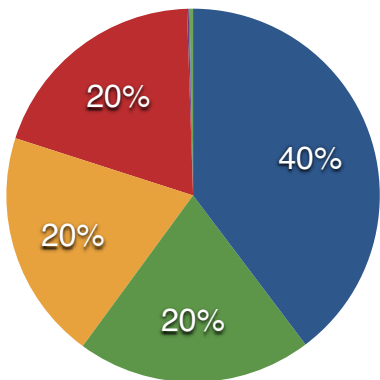
Passagem

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



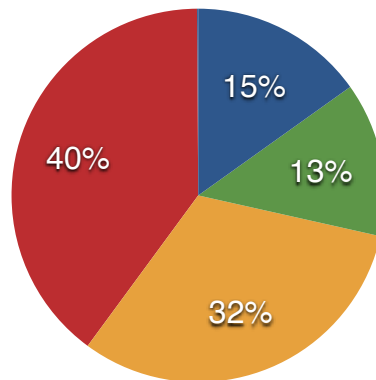
Remédios

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



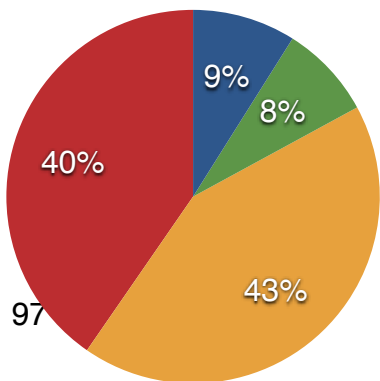
São Gonçalo de Ubá

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



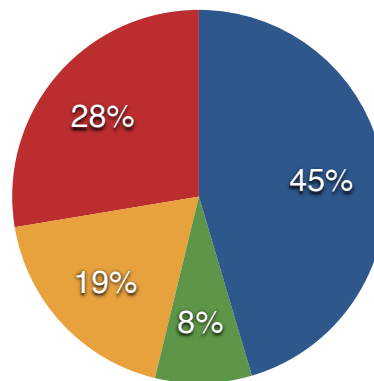
São José do Crato

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



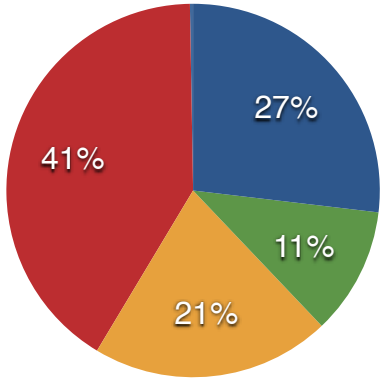
Santa Rita de Meia Pataca

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



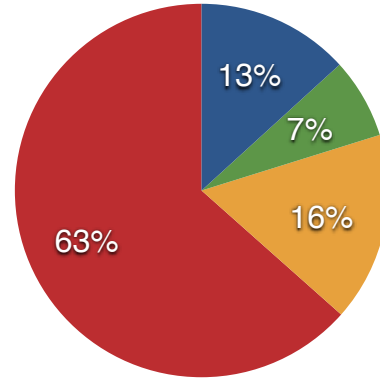
Santa Rita do Turvo

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



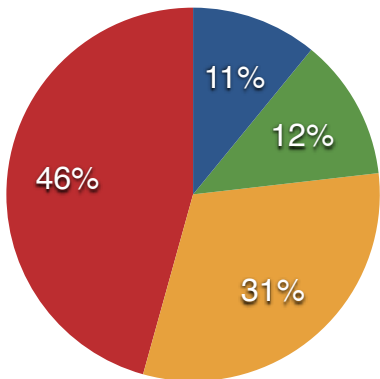
Santana do Deserto

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



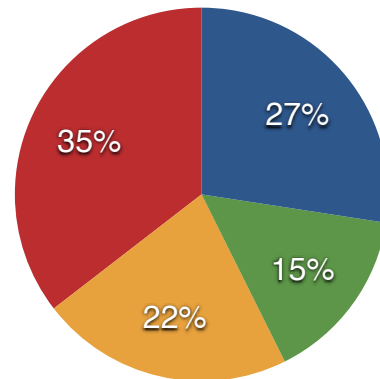
Santo Antonio do Bacalhau

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



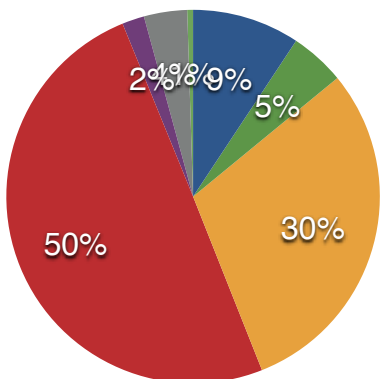
Santo Antonio do Calambao

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



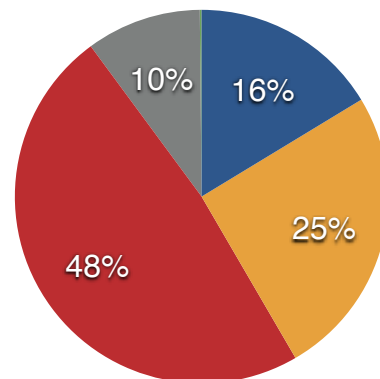
São Caetano

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



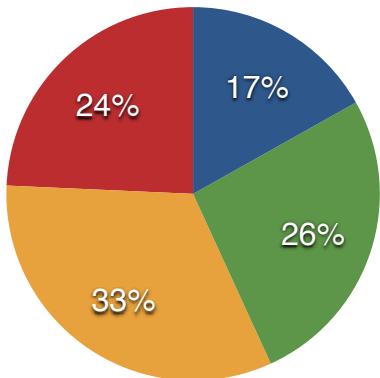
São Domingos

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



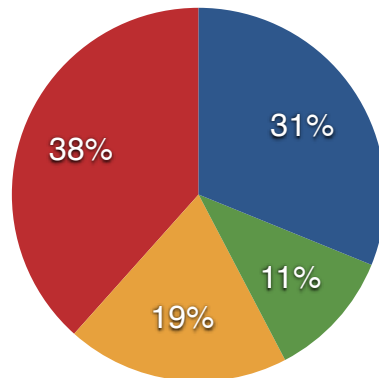
São Gonçalo

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



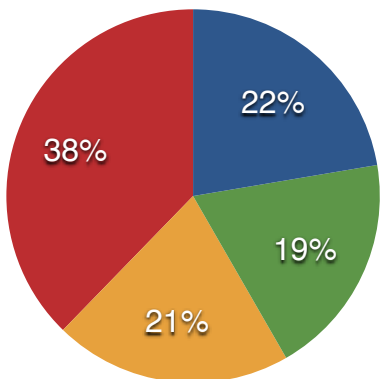
São José do Barros

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



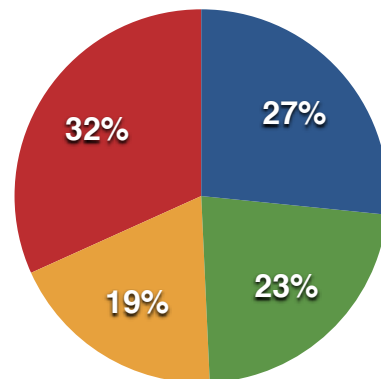
São José do Paraopeba

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



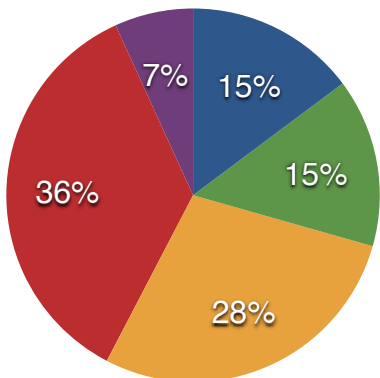
São Manoel do Pomba

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



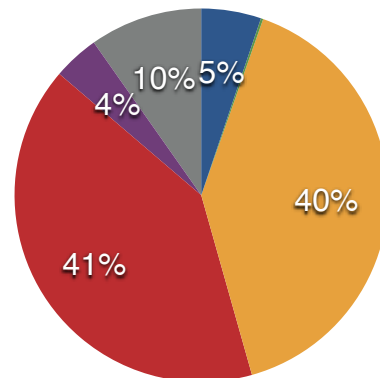
São Sebastião

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



Sumidouro

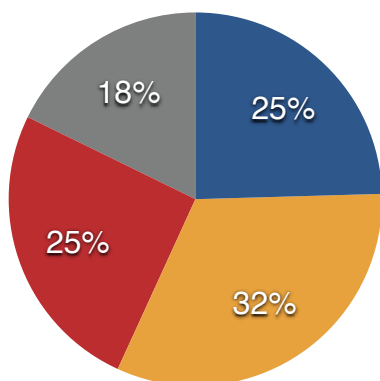
- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano





### Tapera

- Branco
- Preto
- Crioulo
- Pardo
- Cabra
- Africano
- Mulato
- S/Inf.

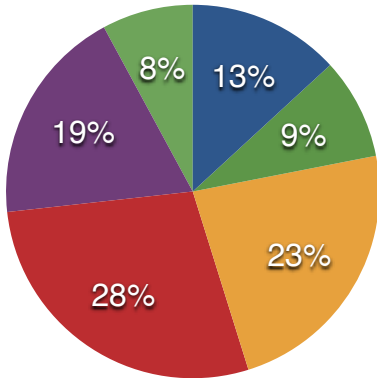


**Gráfico 5:** Perfil Racial dos Distritos pertencentes ao Termo de Mariana (1831).

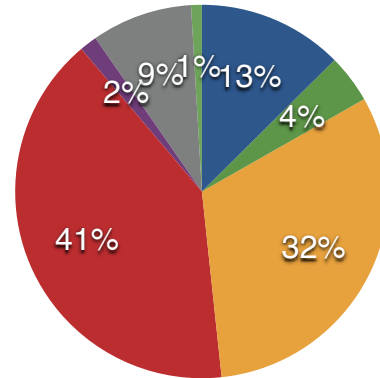
**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana

## Perfil Racial dos Distritos de Paz pertencentes ao Termo de Mariana (1838)

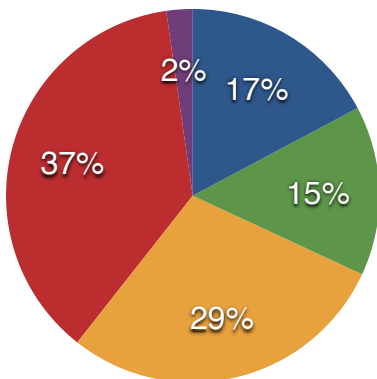
Aplicação da Várzea



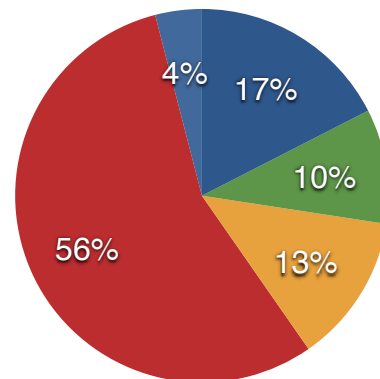
Nossa Senhora da Boa Vista



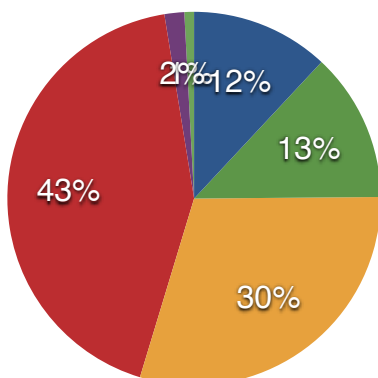
Catas Altas



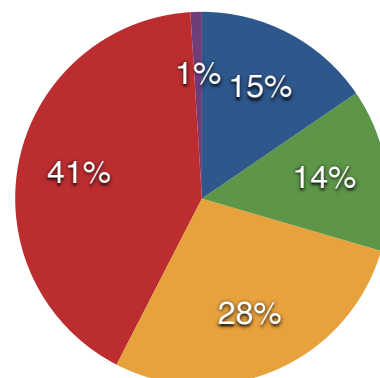
Nossa Senhora de Cuieté



Forquim

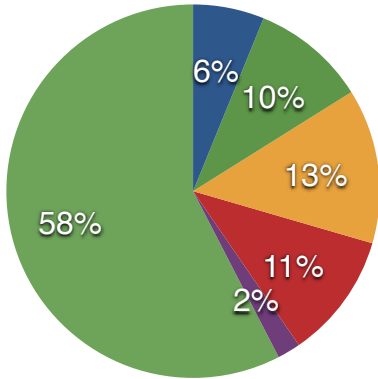


Guarapiranga



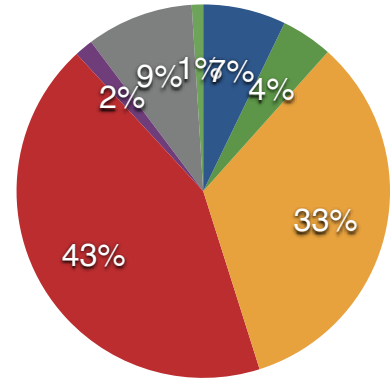
Mariana

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



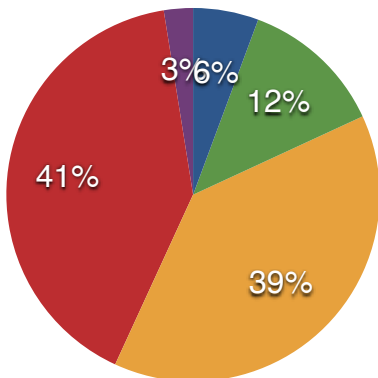
Passagem (1838)

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



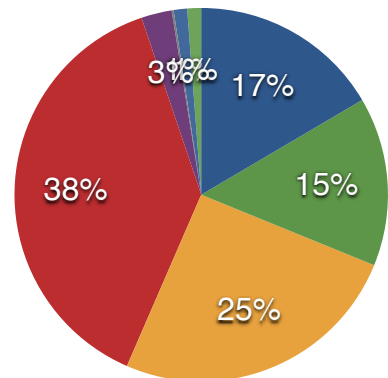
Passagem (1840)

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



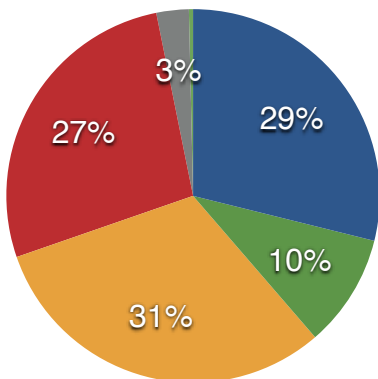
Ponte Nova

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



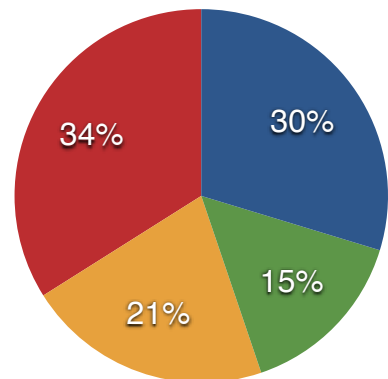
São Caetano do Chopotó

- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano

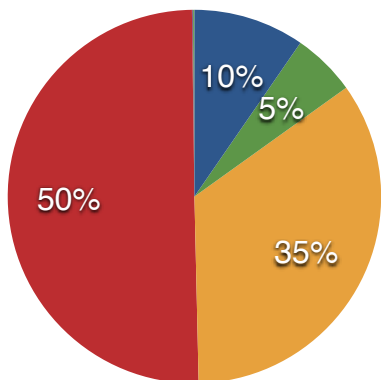


Santo Antonio do Calambao

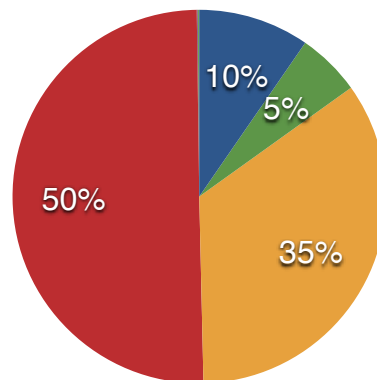
- Branco
- Pardo
- Mulato
- Preto
- Cabra
- S/Inf.
- Crioulo
- Africano



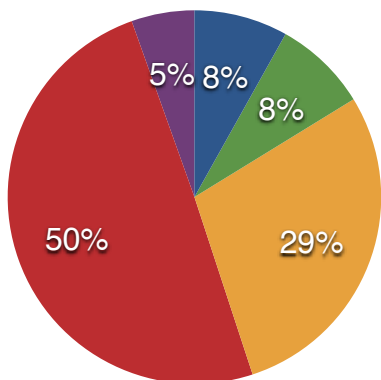
### São Caetano



### São Domingos



### Sumidouro



**Gráfico 6:** Perfil Racial dos Distritos pertencentes ao Termo de Mariana (1838).

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana

No que tange às listas nominativas referentes tanto a 1831 como a 1838, o Termo de Mariana era constituído majoritariamente pelo que hoje classificamos por negros, e especialmente os pardos e crioulos compunham a população dos distritos. Referente ao censo de 1831, é interessante mencionar alguns distritos que merecem destaque devido à existência de um perfil racial diversificado e/ou predominantemente negro, como é o caso de Catas Altas, onde havia 861 habitantes pardos, 590 habitantes crioulos, 336 habitantes pretos, 298 habitantes brancos, 1 cabra e 1 africano, 2 sem informação racial. Ou seja, inserindo esses números em uma escala de percentual populacional – o que nos leva a compreender mais facilmente o perfil racial –, temos a constatação de que 41% da população daquele distrito eram pardos, 28% eram crioulos, 16% eram pretos, 14% eram brancos e 1% eram cabra, africano ou estavam sem registro sobre sua raça. Há também o caso de Nossa Senhora da Boa Vista, em que, embora apresente menor índice populacional, notamos uma predominância de negros: nessa localidade havia um total de 420 habitantes pardos, constituindo 42% da população; 308 crioulos, ou seja, 31%; 169 africanos, 12%; 107 brancos, representando 9%; e 1 mulato, representando menos de 1%. Analisando as listas de Catas Altas e Nossa Senhora de Cuieté, podemos afirmar que os negros eram a raça predominante nessas localidades, representando 85% nos dois distritos.

Vale destacar ainda a sede, Mariana, onde a predominância de negros também foi notada. Havia 1.094 habitantes pardos, o que representava 37% da população de Mariana; 606 eram crioulos, ou seja, 20% dos habitantes; 450 deles eram pretos, representando 15% da população; 548 eram brancos, ou seja, 18%; 164 habitantes eram cabras, que representavam 5%; 107 habitantes não possuíam registro de informação racial, o que designa 4% da população; temos ainda 3 habitantes mulatos, representando menos de 1% da população da cidade. Podemos afirmar que 78% da população em Mariana era constituída por negros, 18% eram brancos, e os 4% restantes eram aqueles que não possuíam registro de informação a respeito de sua raça.

É importante mencionar que havia distritos com um grande percentual de habitantes brancos, embora não superando o percentual de habitantes negros. Por exemplo, no distrito de Conceição do Turvo, foi possível constatar 442 habitantes brancos, um percentual elevado, representando 44% da população, maior, por exemplo, do que o número de habitantes pardos, que era 302, ou seja, 30% da população do distrito. Embora os indivíduos brancos fossem

maioria em relação aos pardos, vale ressaltar que o perfil do distrito ainda mantinha-se predominantemente negro, pois havia 178 crioulos, compondo 18%; 72 indivíduos classificados como pretos, ou seja, 7%; e 1 indivíduo que não possuía registro sobre classificação racial, representando menos de 1%. Proporcionalmente, a quantidade de negros ainda era maior do que a de brancos, pois, se somada os pardos, pretos e crioulos, teremos um percentual de 55% de negros. Essa soma foi realizada no sentido de demonstrar que há casos em que o número de brancos pode superar o número de pardos, ou, por exemplo, superar o número de habitantes crioulos, mas é importante lembrar que, quando somados, os afrodescendentes eram sempre maioria populacional. De toda forma, é interessante mencionar que, em alguns casos, a quantidade de indivíduos brancos, se comparada ao número de pardos, é maior, demonstrando um percentual de comparação entre essas classificações (branco/pardo) que não havia sido encontrado em nenhuma das listas analisadas, tendo em vista que nas listas anteriores o número de pardos ultrapassava regularmente o número de brancos.

Outra localidade em que ocorre uma maioria dos habitantes brancos em relação aos pardos é o distrito de Remédios, onde constatamos um total de 531 habitantes classificados como brancos, ou seja, 40%, enquanto havia 261 habitantes pardos, representando 19%; 266 crioulos, 19,5%; e 272 pretos, representando 21%; 2 eram cabras; e 5 estavam entre os indivíduos que se encontram sem informação a respeito de sua raça, o que representa menos de 0,5% da população total do distrito.

No que se refere às listas nominativas referentes a 1838, podemos afirmar que houve uma mudança, não no perfil racial de alguns distritos, mas na proporção entre as classificações raciais. Por exemplo, no distrito de Catas Altas, ao final da década de 1830, ainda havia uma maioria dos habitantes pardos, porém a diferença entre os percentuais de pardos, brancos e crioulos se configura menor do que no início da década.

Havia em 1838 um total de 899 habitantes pardos no distrito de Catas Altas, o que representa 37% da população local; 695 crioulos, ou seja, 29%; 417 habitantes brancos, representando 17%; 356 habitantes pretos, 15%; e 55 cabras, 2% da população. Nota-se que os percentuais mudaram entre o início e o final da década de 1830, porém o distrito continua sendo composto em sua maioria pelo que chamaríamos hoje de negros. Se analisarmos as listas nominativas do início e do final da década, veremos que isso ocorre em praticamente

todos os distritos do Termo de Mariana,. Entretanto, vale ressaltar que há um caso peculiar, o distrito de Forquim, pois neste, o aumento de seu índice populacional entre 1831 e 1838 refletiu no seu perfil racial. A diferença proporcional entre os habitantes classificados racialmente aumenta consideravelmente, o que de certa forma está ligado ao aumento do número de habitantes para o distrito, conseqüentemente acentuando ainda mais a diversidade do perfil racial.

Ao analisarmos o perfil racial dos distritos do Termo de Mariana através das listas nominativas, observamos que os negros eram maioria da população naquela região. Para Marcus Vinícius Fonseca, a composição da população de Minas Gerais ocorreu “através de uma intensa mobilidade dos africanos e seus descendentes. Deste modo, quando adentramos ao século XIX essa população se constituía como um grupo majoritário, presente nos mais diferentes segmentos da sociedade”. E “isso se reproduzia nas escolas”, afirma Fonseca ao revelar que havia uma “correspondência entre o perfil da população e dos alunos da instrução elementar”(FONSECA, 2014, p. 4).

As listas nominativas revelam que o segmento da população que dominava demograficamente o Termo de Mariana eram os pardos. Embora houvesse crioulos, pretos e cabras, é importante esclarecer que os cabras quase não aparecem em nenhuma das listas nominativas que analisamos. E o termo africano, ao que nos foi percebido, equivalia ao termo preto, uma vez que notamos distritos em que surge na lista somente um dos termos, nunca os dois. Tal detalhe já foi detectado também por Fonseca (2007) em suas análises sobre a província de Minas Gerais. Vale mencionar algumas questões a respeito das designações raciais, uma vez que o termo “negro livre e liberto” é uma designação que não existe nas listas nominativas e que não se fazia presente usualmente naquele período histórico, naquela sociedade, e nem sequer nos documentos históricos daquele tempo. O termo “negro”, de acordo com Fonseca, “ganhou significado social e político no século XIX, sobretudo a partir da ação dos movimentos sociais que passaram a utilizá-lo de forma positiva e em oposição a termos que julgavam pejorativos como homens de cor, pretos, etc.”(2014, p.8).

As terminologias que eram comumente empregadas na designação dos indivíduos afrodescendentes que chegavam no Brasil para serem escravizados, durante o século XIX, revelam,principalmente, um lugar social. As formas de classificação racial figuram como um indicativo de *status* sociorracial. Sua semântica não se esgota na ideia da miscigenação, e os

termos “pardo”, “preto”, “crioulos” e “cabras” possuem, sobretudo, um complexo significado social (FONSECA, 2014). É reveladora a reflexão a respeito das classificações raciais dos negros e das distinções terminológicas que incorporaram sentidos políticos, durante a primeira metade do século XIX, bem como sobre a racialidade, figurando como indicativo de um lugar social. Na medida em que as classificações raciais empregadas durante aquele período eram fortemente relativizadas pela condição e hierarquia social, podemos sugerir que aqueles negros que ocupavam certa posição social, que tinham algum conhecimento do universo da escrita, e/ou eram escolarizados, geralmente eram considerados pardos dentro das listas nominativas. Enquanto aqueles negros que exerciam trabalhos meramente braçais, sem qualquer relação com as experiências educacionais e/ou que não dispunha de um lugar social ou um ofício, eram frequentemente caracterizados, nas fontes analisadas, como sendo crioulo, preto, cabras ou mulatos.

O termo “negro” não era utilizado nas fontes, como bem esclarece Fonseca (2014). Esse termo somente irá aparecer ao final do século XIX, como fruto de lutas políticas forjadas pela comunidade negra, que hoje podemos chamar de afrodescendente. Entretanto, vale mencionar que, para a nossa pesquisa, havia a necessidade de elegermos um termo que pudesse, aos nossos olhos, reunir a gama de significados que os termos “pardos, crioulos, pretos, mulatos e cabras” assumiam ao longo do século XIX, ainda que de forma superficial. De fato, pois que tais termos possuíam naquele período diversos significados um tanto mais complexos, o que será abordado nas Considerações Finais. Entretanto, essa breve justificativa a respeito da utilização que se fez do termo “negro” ou “negro livre e liberto” em diversos momentos da narrativa, é importante para demonstrar nossa preocupação em não incorrer em uma anacronia.

### **Os negros no espaço escolar no Termo de Mariana**

No intuito de refletir as experiências dos negros, não escravos, com a educação no Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX, escolhemos analisar somente as listas que contenham informações referentes à ocupação dos negros que foram categorizados



como aluno de primeiras letras ou professor. Ou seja, elencamos distritos que, segundo a fonte, possuíam professores negros ou alunos negros<sup>21</sup>. Se reunirmos as listas do termo referentes a 1831 e 1838, teremos uma grande quantidade de listas, e muitas delas não possuem sequer uma referência à ocupação dos negros adultos, ou daquelas crianças que estavam em idade escolar. Isso de certa forma impede nossa análise. Portanto, é necessário realizar o recorte das listas nominativas, optando por aquelas que nos indique quem eram os sujeitos negros que estiveram envolvidos no processo de escolarização naquela sociedade, para assim ampliar nossas possibilidades de reflexão.

Através de uma minuciosa análise das listas dos distritos que compõem o Termo de Mariana no período entre 1831 e 1838, pudemos elencar as localidades que contavam com professores ou alunos negros em processo de escolarização. A Tabela 8 demonstra quantos negros possuíam experiências com o ensino, no Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX. Buscamos informar, contudo, quantos alunos havia em cada um desses distritos que estão dentro do nosso recorte, e esclarecer quantos deles eram negros, e quantos eram brancos. Identificamos também, embora poucos, professores de primeiras letras negros.

Em seguida, após estabelecermos uma noção geral de quem eram esses negros envolvidos, de alguma maneira, no processo de escolarização, buscaremos destacar alguns domicílios.

---

<sup>21</sup> Vale ressaltar que os alunos categorizados nas listas por “estudantes” não fazem parte de nossa análise, pois estes se enquadram no segundo ciclo do ensino básico.

	<b>Total de Alunos</b>	<b>Pardos, Crioulos e Cabras</b>
Catas Altas	47	35
Mariana	65	39
N. Senhora de Boa Vista	45	37
N. Senhora da Saúde	9	5
Passagem	31	26
Remédios	4	1
Santana do Deserto	2	1
São Caetano	3	3
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>148</b>

**Tabela 8:**Distritos que possuíam alunos negros.

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

Sobre os distritos que possuíam alunos pardos, crioulos e cabras que ocupavam a escola, é importante mencionar que, contando o total de alunos destas localidades, sejam negros, brancos ou sem informação racial, contabilizamos um total de 207 alunos. Dentro desse universo, é possível afirmar que 148 deles não eram brancos, o que representa 72% entre os distritos que foram privilegiados para análise. Em 1831, os demais distritos do Termo de Mariana não possuíam negros que estivessem registrados com a ocupação “na escola”, portanto, não constituíram parte da amostra.

Segue abaixo uma tabela através da qual podemos perceber racialidade dos alunos pertencentes ao Termo de Mariana que fazem parte de nossa amostra para o ano de 1831. Conta na tabela apenas as classificações pardo, crioulo e cabra, pois eram somente essas que estiveram presentes nas listagens que compõem nossa amostra.

	Pardos/ Condição	Crioulos/ Condição	Cabras/ Condição	Total
Catas Altas	32 1 escravo 31 CNI*	3 CNI	-	35
Mariana	33 CNI	4 CNI	2 CNI	39
Nossa Senhora de Boa Vista	34 8 livres e 26 libertos	3 todos libertos	-	37
Nossa Senhora da Saúde	5 CNI	-	-	5
Passagem	18 3 libertos 15 CNI	8 todos libertos	-	26
Remédios	1 CNI	-	-	1
Santana do Deserto	1 livre	-	-	1
São Caetano	3 CNI	-	-	3
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>147</b>

**Tabela 9:** Racialidade dos alunos negros livres e libertos do Termo de Mariana (1831).

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em análise das Listas Nominativas referentes ao Termo de Mariana.

\* CNI: Condição não informada

Notamos que a racialidade dos alunos era em sua maioria parda, contabilizando no total de nossa amostra 127 alunos, embora houvesse a presença de 18 alunos crioulos e 2 cabras. No entanto, o que nos chama atenção ainda é a quantidade de libertos que frequentavam as aulas. Se os livres já possuíam supostamente certa distância da instituição escravidão, os libertos, antes de conseguirem sua alforria, viviam sob a marca do trabalho escravo. E logo

após conquistarem sua liberdade buscavam inserir-se no universo da escrita e da escolarização.

Apesar de ser algo subjetivo, isso nos indicaria de alguma forma como a escolarização possuía um significado importante não somente para os livres, mas ainda mais para os libertos, visto que eram encontrados de forma expressiva frequentando as aulas. Vale destacar ainda a presença de um aluno escravo que consta na lista nominativa referente ao distrito de Catas Altas: era Fortunato, menino pardo de apenas 11 anos que vivia em um domicílio – Quarteirão 0/Fogo 106 – onde a maioria dos integrantes era também formada por escravos. Embora seja uma importante informação, não iremos nos deter nessa questão, pois nossa análise se restringe aos livres e libertos.

No que tange ao destaque de alguns casos de alunos negros livres e libertos que frequentavam as aulas no Termo de Mariana em 1831, gostaríamos de abordar em um primeiro momento o domicílio em que vivia o menino Francisco José de Santa Rita, pardo, 10 anos, que, ao que tudo indica, era filho de Simplicia Maria, parda, 30 anos. Ao analisarmos as listas de Mariana entre 1831 e 1838, foi possível perceber a trajetória desse aluno negro, e também de sua família, pois durante a década de 1830 ele continua seus estudos até o ano de 1838. E mantém-se na escola até os 18 anos. Abaixo, segue a demonstração do fogo no ano de 1831 para uma melhor compreensão do seu domicílio:

<i>Quarteirão/Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
0/ 230	Capitao Francisco Medeiros da Lus	Pardo	-	68	Viúvo	Carpinteiro
	Simplicia Maria	Parda	-	30	Casada	Costureira
	Francisco Jose de Santa Rita	Pardo	-	10	-	Na escola
	Maria Jacintha	Parda	-	8	-	S/inf
	Francisco	Cabra	Escravo	16	Solteiro	Alfaiate
	Maria Quiteria	Crioula	Escrava	48	Solteira	S/inf

**Quadro 5:** Domicílio em Mariana.

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de Mariana(1831). (APM)

É possível observar que o chefe do fogo era o Capitao Francisco Lus, pardo, 68 anos, carpinteiro. Ao que parece Simplicia Maria, costureira, era a mãe do menino Francisco, pardo, 10 anos. Integrava também o domicílio uma menina, chamada Maria Jacintha, parda, 8

anos, que ao que tudo indica era filha de Simplicia. Embora Jacinta estivesse em idade escolar, não estão indicadas na fonte informações sobre sua ocupação. Também viviam no domicílio, chefiado pelo Capitão Francisco, dois escravos: Francisco, cabra, 16 anos, que tinha ocupação de alfaiate, e Maria Quiteria, que supomos ser sua mãe, crioula, 48 anos, sem informação sobre sua ocupação.

Apesar de Simplicia estar registrada na fonte como “casada”, não encontramos para o ano de 1831 informação sobre seu marido. É interessante, sobretudo, notar como o domicílio se constitui também em sua forma de trabalho, pois tudo indica que havia uma cooperação entre a costureira e o alfaiate, corroborando com a explicação do fogo enquanto uma unidade produtiva.

O menino Francisco, ao frequentar a escola, distancia-se do universo do trabalho para dedicar-se aos estudos. Podemos sugerir isso pelo fato de o menino não integrar o quadro dos que cooperavam oficialmente com o trabalho do domicílio, tornando-se aprendiz de carpinteiro (seguindo o avô) ou mesmo aprendiz de alfaiate. Ao contrário, ele manteve-se na escola, o que nos indica que sua família atribuía um importante significado ao ensino e aos estudos daquela criança. Assim, através da análise da lista nominativa de Mariana, de 1840, foi possível notar que até sua maioridade ele esteve frequentando a escola, integrando, então, nesse segundo momento, o ensino no segundo ciclo. Segue abaixo a demonstração do domicílio em que vivia o menino Francisco, nove anos depois, em 1840:

<i>Quartirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Alfabetiza do</i>	<i>Ocupação</i>
2/ 45	Manoel Joaquim do Carmo	s/inf	Livre	42	Casado	s/inf	Cobrador
	Simplicia Maria	s/inf	Livre	41	Casada	s/inf	s/inf
	Francisco José de Santa Rita	s/inf	Livre	18	s/inf	Sim	Estudante
	Maria Jacinta do Carmo	s/inf	Livre	17	Solteira	s/inf	s/inf
	Maria do Carmo	s/inf	Livre	16	Solteira	s/inf	s/inf
	Ana	Preta	Escrava	55	s/inf	s/inf	s/inf

**Quadro 6:** Domicílio em Mariana.

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de Mariana (1840). (APM)

De acordo com a descrição do domicílio em que vivia Francisco, podemos notar que o chefe do fogo agora era Manoel Joaquim do Carmo, que, de acordo com a fonte, podemos sugerir ser o pai dos filhos de Simplicia. Francisco agora possuía 18 anos, e encontrava-se alfabetizado, e sua irmã Maria Jacinta estava com 17 anos. Não é possível saber o motivo, mas no período do recenseamento, ocorrido em 1831, Manoel não fazia parte do domicílio, e o chefe do fogo era o Capitão Francisco Medeiros, o qual estava em 1831 com 68 anos e pode ter falecido nesse período de tempo.

De acordo com a fonte, a escrava Maria Quiteria e o escravo alfaiate Francisco deixaram o domicílio no decorrer desses nove anos. Surge outra integrante, que não estava em 1831, chamada Maria do Carmo, 16 anos, cuja ocupação não consta na fonte.

Observamos que Francisco José de Santa Rita continuou frequentando a escola no decorrer dos anos, alfabetizou-se e permaneceu registrado na lista nominativa de 1840 com a ocupação “estudante”. Seu pai Manoel, 42 anos, possuía ocupação de cobrador, e vale mencionar que as duas únicas ocupações que estão registradas são a de Manoel e Francisco. É bem possível que sua mãe tenha se mantido no ofício de costureira, mas isto não foi registrado na fonte, bem como a ocupação das demais mulheres do domicílio também não foi registrada. De acordo com Marcus Vinícius Fonseca (2014), na lista de Mariana (sede), é comum encontrar a manifestação de uma mentalidade patriarcal, pois, no caso do registro dos cônjuges em um domicílio, o homem era sempre apresentado em primeiro lugar, como chefe do domicílio, e “esta mentalidade também estabelecia que fosse indicada apenas a ocupação do chefe, ou do polo masculino do domicílio”. Interessante mencionar essa questão revelada por Fonseca, pois também pode ser percebida em diversas outras listas nominativas referentes ao Termo de Mariana, tanto em 1831 como 1838, especialmente na lista acima destacada. A questão está intimamente relacionada com a maneira como uma sociedade constrói os seus registros históricos, “o que indica que a ocupação do chefe determinava a dos demais membros, sinalizando que estes mantinham para com ele uma relação de dependência” (FONSECA, 2014, p.12).

Entretanto, a ocupação de Francisco como um “estudante” foi registrada, nos indicando a importância social que aquela ocupação, voltada para o ensino, assumia para um rapaz pardo de 18 anos durante a primeira metade do século XIX.

A experiência da escolarização e a possibilidade de acesso à cultura letrada era algo que, de certa forma, os estimulava, pois distanciava os negros livres da imagem e do universo da escravidão, permitindo que, de alguma forma, o negro se incorporasse aos demais cidadãos, adentrando um espaço de possibilidades e se escolarizando em vias de igualdade de direitos.

Não sabemos se Francisco José desenvolveu algum ofício até seus 18 anos, ou mesmo se colaborava com sua família na produtividade do domicílio; mas sabemos, todavia, que a ocupação que se manteve registrada nas duas listas nominativas, tanto na que se refere a 1831, como na de 1840, nos indicou que sua ocupação principal era estar “na escola”e, em seguida, ser um “estudante”, integrando-se mais ao universo do ensino do que ao universo do trabalho.

Outro domicílio que merece destaque localizava-se no distrito de Nossa Senhora das Neves da Boa Vista, Termo de Mariana, em 1831, onde vivia uma família de pardos que já havia conquistado sua alforria. No domicílio vivia João Alves, o chefe do fogo, pardo, 29 anos, que se ocupava da agricultura com sua esposa Caetana, parda, 26 anos, e sua filha Maria Joze, parda, 14 anos. Sua mulher e filha se ocupavam respectivamente de fiar e costurar.

Vivia no domicílio também um escravo, um senhor chamado Antonio, mulato de 70 anos, que ajudava ocupando-se com a roça. Havia ainda três meninos pardos que, segundo a fonte, não possuíam relação de parentesco com o chefe do fogo, João Alves, entretanto, os três frequentavam a escola.

Segue abaixo a descrição do domicílio:

<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
1/15	João Alves de Oliveira Silva	Pardo	Forro	29	Casado	Cultura
	Caetana	Parda	Forra	26	Casada	Fiadeira
	Maria Joze	Parda	Forra	14	Solteira	Costureira
	Epifanio	Pardo	Forro	12	Solteiro	Na escola
	Manoel	Pardo	Forro	11	Solteiro	Na escola
	Joze	Pardo	Forro	10	Solteiro	Na escola
	Antonio	Mulato	Escravo	70	Solteiro	Roça

**Quadro 7:**Domicílio em Nossa Senhora das Neves da Boa Vista

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de Nossa Senhora das Neves da Boa Vista (1831).(APM)

É possível observar nesse domicílio que todos os integrantes, sem contarmos o escravo Antonio, estão registrados na fonte como “forro”ou “liberto”, ao invés de “livres”, o que nos

indica que eles não nasceram livres, e podem ter conseguido sua liberdade de distintas formas que não nos cabe especular.

A questão que nos interessa é a importância atribuída por esse grupo de pardos – que, ao que tudo indica, viveram em algum momento no universo da escravidão – para a escolarização após alcançarem sua alforria. Permitiu-se que os três menores meninos estivessem na escola, ao invés de estarem exercendo algum ofício para contribuir com a renda do domicílio. Se diferenciar dos escravos era muito importante para negros livres, o que dirá para os negros que conquistaram sua alforria. Nesse caso, na medida em que se insere um menino pardo alforriado no espaço escolar, não podemos negar que lhe é dada a chance de obter ensino, ser escolarizado, exercendo seu direito civil, assim como os demais cidadãos.

Ainda que demasiados motivos possam estar por trás da inserção dos negros livres no espaço escolar em Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX, vale mencionar que os negros livres estavam em condição de igualdade de direitos com os homens brancos naquele momento. Apesar de todo o preconceito de um país escravocrata, de uma sociedade altamente hierarquizada, e de uma escola que era fruto de todas essas tensões, há que se considerar esses elementos como uma expressão do efeito da igualdade civil nesse período. O que de alguma forma permitiu a abertura de possibilidades foi o princípio de um Estado que possuía em si o valor moderno da igualdade civil. O direito civil foi também atribuído aos negros livres, que até o processo de Independência no Brasil não eram providos de direito algum.

O distrito de Passagem também possui um domicílio que nos interessa destacar, pois era onde vivia, no ano de 1831, um grupo formado por pardos e crioulos, alguns livres e outros escravos, e nesse contexto foi possível identificar um menino chamado Antonio Agostinho, pardo, de 10 anos, que frequentava a escola. Em uma análise das listas nominativas do distrito de Passagem em 1831, 1838 e 1840, pudemos identificar a trajetória desse menino, além de algumas mudanças que ocorreram, no período de tempo no domicílio em ele que vivia. Segue abaixo a descrição do domicílio, localizado em Passagem, distrito de Mariana, 1831:



<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
4/18	Francisco S. Sacramento	Pardo	-	30	Casado	Sapateiro
	Idoviges Pimenta	Parda	-	29	Casada	-
	Antonio Agostinho	Pardo	-	10	-	Na escola
	Francisco Joaquim	Pardo	-	7	-	-
	Luis	Pardo	-	1	-	-
	Roza Maria	Crioula	Escrava	24	Casada	Cozinheira
	Joaquim Pereira	Pardo	Forro	32	Casado	Carpinteiro
	Luzia	Crioula	Escrava	9	-	Servente
	Joao	Crioulo	Escravo	1	-	-

**Quadro 8:** Domicílio em Passagem.

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de Passagem(1831) (APM).

O chefe do fogo era o sapateiro Francisco da Silva Sacramento, pardo, 30 anos, casado com Idoviges Pimenta, mulher parda de 29 anos. De acordo com a lista nominativa de 1831 desse distrito, não há como afirmar que os meninos Antonio, Francisco e Luis, com as idades de 10, 7 e 1 ano, respectivamente, eram filhos do casal, pois consta na fonte que eles não possuíam uma relação de parentesco com o chefe do fogo, Francisco.

Supõe-se, entretanto, analisando a lista nominativa referente a 1838, que possivelmente Idoviges era a mãe dos meninos, pois observou-se que o domicílio continua nos anos seguintes sendo formado por Idoviges (ou Edivirgem, como consta na outra listagem), juntamente com dois dos meninos, possuindo no sobrenome “Pimenta”, enquanto aquele que era o chefe do fogo em 1831, Francisco da Silva Sacramento, não aparece sequer como integrante do domicílio no ano de 1838. Não há como confirmar, mas todos os indícios nos levam a crer que Francisco deixou o domicílio, mas Idoviges se manteve com as crianças, e o domicílio assumiu ao final da década uma nova formação.

O menino Antonio Agostinho, pardo de 10 anos, possivelmente era filho de Idoviges, embora fosse integrante de um grupo domiciliar bastante diversificado, onde havia pardos livres, pardos forros e crioulos escravos, Antonio frequentava o espaço escolar. Tal informação nos leva a ampliarmos o olhar a respeito de como era constituído o grupo domiciliar de uma criança negra que buscava escolarizar-se. A criança não vivia em um contexto onde predominavam indivíduos negros livres, bem estabelecidos socialmente, ou que possuíssem alguma relação com o universo letrado. Ao contrário, Antonio Agostinho, embora fosse um negrinho livre, vivenciava em seu próprio domicílio sintomas do universo

escravista, pois, além de conviver com outros escravos, havia em seu meio alguém cuja situação se assemelhava à dele, ao mesmo tempo que se diferenciava: era a menina escrava Luzia, crioula, de apenas 9 anos, que ao invés de ocupar-se da escola, assim como ele, possuía a função de “servente”. De acordo com Fonseca, “o que justificava a reunião de indivíduos de condições tanto díspares (livres, escravos e agregados) era o fato de que os domicílios eram espaços de moradia e trabalho”(FONSECA, 2014, p. 13).

Para demonstrar a nova formação que o domicílio no distrito de Passagem assumiu ao final da década, em 1838, segue abaixo a descrição conforme a fonte:

<i>Quarteirão /Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Alfabetiza do</i>	<i>Ocupação</i>
3/6	Edvirgem Pimenta	Parda	Livre	37	Casada	Sim	Costureira
	Antonio Agostinho	Pardo	Livre	16	Solteiro	Sim	Caixeiro/Guarda livros/Faz Escritas
	Francisco Joaquim P.	Pardo	Livre	12	-	-	-
	Joaquim Tomás	Pardo	Livre	41	Casado	Sim	-
	Francisca Damásia	Parda	Livre	10	-	-	-
	Joana Pimenta	Parda	Livre	70	Solteira	-	Mineira
	Rosa	Crioula	Escrava	34	Casada	-	-
	Luzia	Crioula	Escrava	15	-	-	-
	João	Crioulo	Escravo	7	-	-	-
Basílio	Crioulo	Escravo	5	-	-	-	
Felisberta	Crioula	Escrava	2	-	-	-	

**Quadro 9:** Domicílio em Passagem.

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de Passagem (1838). (APM)

A respeito da formação do domicílio, é interessante mencionar que o marido de Edvirgem (ou Idoviges)<sup>22</sup>, Francisco Sacramento, ao que tudo indica não vivia mais naquele fogo, pois não foi registrado na lista nominativa de 1838 enquanto um integrante, embora ela ainda estivesse registrada como “casada”. Surgiram novos integrantes no fogo, Joana Pimenta, a senhora parda de 70 anos, Francisca Damázia, a menina parda de 10 anos, e os escravinhos Basílio e Felisberta. Ao que tudo indica, os 4 escravos menores eram filhos da escrava Rosa e de Joaquim Tomás Pereira, o qual na lista de 1831 estava registrado como forro, e na lista de 1838, já encontra-se registrado como livre.

<sup>22</sup> Devido a motivos que não sabemos esclarecer, observamos nas listas nominativas divergências quanto aos nomes das pessoas de uma lista para outra. Por exemplo, em 1831, conforme a lista, ela foi nomeada Idoviges, enquanto na lista nominativa de 1838 ela foi nomeada como Edvirgem.

Sobre a trajetória de Antonio Agostinho, que frequentou a escola quando era criança, observamos que após alguns anos o seu ofício estava bastante relacionado com o universo da cultura letrada. Antonio, aos 16 anos, ocupava-se de ser caixeiro, guardar livros e fazer escritas. Não sabemos ao certo o que significava socialmente essa ocupação durante a primeira metade do século XIX em Minas Gerais; entretanto, seu ofício, diferentemente de concentrar-se na agricultura, ou algum ofício de cunho exclusivamente braçal, se caracterizava pela escrita e o armazenamento de livros.

Podemos sugerir que seria uma função a qual pode se relacionar com o mundo do conhecimento, da leitura e o universo da escrita, o que nos indica que são notáveis os efeitos da escolarização em sua trajetória, especialmente na ocupação que Antonio Agostinho irá assumir. A função de caixeiro, até onde se tem conhecimento, se relacionava naquela época com a ideia de um negociante ambulante. Sendo assim, não podemos excluir a possibilidade de que ele tenha se tornado um vendedor ambulante de livros, ou algo que se assimile a isto.

Para melhor compreensão a respeito dos distritos que possuíam alunos negros nas escolas de acordo com as listas nominativas de 1838, segue a Tabela 10:

	<b>Total de Alunos</b>	<b>Pardos, Crioulos e Cabras</b>
Boa Vista	8	4
São Caetano	130	121
Catas Altas	70	22
Sumidouro	6	6
Guarapiranga	10	5
Mariana	66	15
Ponte Nova	8	2
<b>Total</b>	<b>298</b>	<b>175</b>

**Tabela 10:** Distritos que possuíam alunos negros (1838).

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

Nos distritos que foram privilegiados nas listas de 1838 para análise, havia um total de 298 alunos; destes, 175 eram negros, o que representa um percentual de 58,7%.

É muito importante esclarecer de antemão o caso de Catas Altas, pois foi possível observar na lista nominativa deste distrito um alto número de indivíduos caracterizados como “na escola”, num total de 159; entretanto, muitos deles eram adultos ou maiores de 14 anos, o que nos indica que faziam parte do ensino secundário, não integrando, portanto, o ensino elementar, que é o nosso foco. Neste caso, foi necessária a utilização do critério “idade” para podermos diferenciar os alunos que realmente devem fazer parte de nossa análise daqueles que devem ser eliminados. Como regra, utilizamos a idade obrigatória limite para as crianças estarem nas escolas de ensino elementar naquele período, que era 14 anos. Assim, os indivíduos que possuíam idade acima dos 14 anos não foram contabilizados em nossa abordagem do distrito Catas Altas. Obtivemos então para o distrito um total de 70 alunos na escola primária, dentre estes, 22 eram negros, ou seja, 32%.

Outro distrito que merece destaque é São Caetano, que possuía um total de 130 alunos, sendo que 121 deles eram negros. Foi possível ainda observar na lista nominativa que somente um aluno não estava contemplado pelo critério da idade, pois possuía 18 anos; os demais alunos, ou seja, 120 deles, possuíam idade menor do que 14 anos. Vale analisar a tabela abaixo para termos uma dimensão da racialidade dos alunos do termo em 1838.

	Pardos/ Condição	Crioulos/ Condição	Cabras/ Condição	Total
BoaVista	4 todos livres	-	-	4
São Caetano	101 100 livres 1 escrava	20 19 livres 1 escrava	-	121
Catas Altas	19 todos livres	3 todos livres	-	22
Sumidouro	6 todos livres	-	-	6
Guarapiranga	4 todos livres	-	1 livre	5
Mariana	13 todos livres	2 1 livre 1 liberto	-	15
Ponte Nova	2 todos pardos livres	-	-	2
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>175</b>

**Tabela 11:** Racialidade dos alunos negros livres e libertos do Termo de Mariana – 1838.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em análise das Listas Nominativas referentes ao Termo de Mariana.

No que se refere aos alunos que frequentavam a escola ao final do século XIX no Termo de Mariana, podemos afirmar que a maioria ainda era formada por pardos, somando 149, enquanto os crioulos representavam um total de 25 alunos, e cabra tínhamos somente 1 aluno. Entretanto, os libertos que frequentavam as aulas aparecem em menor quantidade na lista de 1838, sendo maioria nas listas de 1831. Vale destacar que na segunda tabela também demonstramos a presença de cativos frequentando as aulas de primeiras letras no distrito de São Caetano. Eram alunas as duas escravas: Antônia, menina parda, de apenas 7 anos, seu domicílio localizava-seno Quarteirão 1/Fogo 110; e Maria da Paixão, menina crioula, de 8 anos que vivia em outro domicílio localizado no Quarteirão 2/Fogo 227.

Ao compararmos as duas tabelas que abordam a racialidade dos alunos do Termo de Mariana, em 1831 e 1838, podemos notar que a quantidade de alunos negros aumenta ao final

do século nos distritos que analisamos. Enquanto no ano de 1831 tínhamos um total de 147 negros livres e libertos frequentando as aulas, é possível afirmar que, ao final do século, de acordo com as listas nominativas referentes a 1838, esse número cresce, aumentando para um total de 175.

No que se refere ao distrito de São Caetano, nos interessa destacar um domicílio em que vivia uma família de pardos livres, composta por 5 integrantes, dentre eles, 4 eram alfabetizados. Constatamos que Pedro Manoel, um menino de 12 anos, frequentava a escola e, segundo a fonte, já era alfabetizado. Segue abaixo a descrição do fogo em que ele vivia no distrito de São Caetano, em 1838.

<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Alfabetizado</i>	<i>Ocupação</i>
1/49	Joaquim José de Sousa	Pardo	Livre	44	Casado	Sim	Alfaiate
	Ana Ribeiro	Parda	Livre	30	Casada	Sim	Costureira
	Antonia Ribeiro	Parda	Livre	14	Casada	Sim	Costureira
	Manoel Pedro	Pardo	Livre	12	-	Sim	Na escola
	Antonio	Pardo	Livre	99	-	-	-

**Quadro 10:** Domicílio em São Caetano.

**Fonte:** Lista nominativa dos habitantes de São Caetano (1838). (APM)

O domicílio era chefiado pelo pai Joaquim José de Sousa, alfaiate, pardo de 44 anos, que era casado com Ana Ribeiro, costureira parda de 30 anos. Acompanhavam o casal seus filhos Antonia Ribeiro, menina parda de 14 anos, que ajudava sua mãe, ocupando-se da costura, e o menino Manoel Pedro, pardo, 12 anos, que tinha como ocupação frequentar a escola. Antonio consta na fonte também como filho do casal, mas notamos um erro no registro, tendo em vista que sua idade consta como 99 anos de idade, sendo impossível ser filho do casal, caso estivesse com essa idade, ou então se realmente era filho de Joaquim e Ana, certamente sua idade foi registrada incorretamente no documento.

Nota-se que não era uma família favorecida economicamente, pelo simples fato de não possuírem algum escravo. Entretanto, todos os integrantes do domicílio, com exceção de Antonio, eram alfabetizados. Vale mencionar que tem se tornado recorrente em nossas

análises das fontes observar situações em que no domicílio, constituído por indivíduos com o ofício de alfaiate, há crianças frequentando a escola.

A questão foi notada também anteriormente pelo autor Marcus Vinicius Fonseca (2007), que realiza uma reflexão a esse respeito. De acordo com Fonseca, há indicativos de que existia certo vínculo entre alguns ofícios e o processo de escolarização, como no caso da ocupação de “alfaiate”. O autor afirma: “com uma certa regularidade encontramos numa ligação entre os fogos onde haviam indivíduos exercendo este ofício e a presença de crianças nas escolas”. Sobre a hipótese, Fonseca reitera que ela pode ser melhor sustentada a partir das listas de 1838, pois “as listas nominativas de 1838 trazem dados sobre leitores e uma análise superficial dos dados permitiu a constatação de que há com uma certa frequência o registro dos alfaiates como leitores” (2007, p. 235).

Observando as fontes, identificamos a mesma relação no ofício de “sapateiro”, sendo bastante recorrente nesses domicílios crianças frequentando a escola. Não houve, de nossa parte, um aprofundamento na questão, devido ao nosso foco de análise ser distinto.

Sobre os professores negros que havia no Termo de Mariana, e que estão registrados nas listas nominativas, é essencial mencionar que encontramos no total 8. No quadro abaixo é possível obter uma noção geral a respeito deles.

<b>Distrito</b>	<b>Mestre de primeiras letras</b>
Mariana (sede) – 1831	Tenente Coronel Antonio Luis de Abreo Pimenta
Pinheiro – 1832	Bento
S. Rita de meia Pataca –1831	José Morais Pinto
S. José do Paraopeba – 1831	Luiz Martins da Costa
Sumidouro – 1831	Antonio Jemeno Carlos
Passagem –1838	Roberto Fernandes de Santiago
Forquim – 1838	Manoel Gonçalves Chaves
Sumidouro – 1838	Antonio Ermínio Herculano

**Quadro 11:** Professores negros do Termo de Mariana.

**Fonte:**Elaborado pela autora com base em análise das listas nominativas referentes ao Termo de Mariana.

Dentre os professores negros analisados, encontramos um mestre de primeiras letras que tinha mais uma função além de lecionar. Trata-se de Luiz Martins da Costa, que vivia no distrito de São José do Paraopeba em 1831 e que, além de professor, era alfaiate. Ao analisar a lista nominativa de S. José do Paraopeba, identificamos que Luiz vivia sozinho em seu domicílio, portanto, não obtivemos informações sobre sua família ou seu círculo de convivência, mas sabemos, contudo, que ele integra o quadro de mestres de primeiras letras, era negro e vivia no Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX. Segue abaixo a descrição do seu domicílio:

<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
1/26	Luiz Martins da Costa	Pardo	-	40	Solteiro	Alfaiate e Mestre de Primeiras Letras

**Quadro 12:** Domicílio em São José do Paraopeba.

**Fonte:** Lista nominativa de habitantes de São José do Paraopeba (1831). (APM)

Em Mariana (sede), 1831, o mestre de primeiras letras negro que encontramos registrado na fonte era também um tenente-coronel. Chamava-se Antonio Luis de Abreo Pimenta, um senhor pardo, de 82 anos, mestre de meninos. Antonio era chefe de seu fogo e vivia com sua esposa, a Senhorinha Felizarda, também parda, de 79 anos, que não possuía sua ocupação registrada na fonte. O domicílio era composto por outros integrantes. Abaixo segue a descrição do domicílio desse professor:

<i>Quarteirão/ Fogo</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
0/295	Tenente Coronel Antonio Luis de Abreo Pimenta	Pardo	-	82	Casado	Mestre de meninos
	Senhorinha Felizarda	Parda	-	79	Casada	-
	Izabel Clementina	Parda	-	33	Viúva	Rendeira
	Francisco Nunes	Pardo	-	18	Solteiro	Sapateiro
	Victorino Nunes	Pardo	-	15	Solteiro	Músico
	Manoel	Cabra	Escravo	22	Solteiro	Sapateiro
	Maria Alvares da Crus	-	-	60	Viúva	Fiadeira

**Quadro 13:** Domicílio em Mariana.

**Fonte:** Listas nominativas dos habitantes de Mariana (1831). (APM)



Além do professor Antonio Luis de Abreo Pimenta e de sua esposa Senhorinha Felizarda, viviam no domicílio Izabel, uma rendeira de 33 anos, parda, Francisco Nunes, um jovem sapateiro de 18 anos, pardo, e Victorino Nunes, um jovem músico de 15 anos também pardo. Havia um escravo, chamado Manoel, que também era sapateiro. Tinha 22 anos e era classificado como cabra. E a senhora Maria Alvares, fiadeira de 60 anos, era viúva e não possuía informação a respeito da classificação racial.

Através da lista nominativa de Mariana para o ano de 1831, não é possível sabermos o grau de parentesco que existia entre o professor de primeiras letras e os demais integrantes do grupo, pois além de sua esposa, os demais estão registrados na fonte como pessoas que não possuem relação de parentesco com o chefe do fogo. Entretanto, analisando a lista nominativa de Mariana para o ano de 1840, foi possível observar que “Izabel Clementina” passa a ser registrada como “Izabel Clementina Pimenta”, o que pode representar um indício de que havia sim um grau de parentesco da rendeira com o professor, tenente-coronel Antonio Luis de Abreo Pimenta, mas que pode não ter sido registrado corretamente.

Com o objetivo de obter maiores detalhes a respeito da vida desse professor e tenente-coronel negro, e dos outros professores negros, foi realizada no decorrer desta pesquisa uma busca nos inventários *post mortem* que se encontram na Casa Setecentista, em Mariana. Havia a expectativa de encontrar algum documento que tivesse sido elaborado pelos mestres de primeiras letras, algum inventário ou testamento; entretanto, nada foi encontrado sobre eles. Foi realizada também uma busca pelo Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, na intenção de encontrar registros de patentes concedidas aos tenentes-coronéis na cidade de Mariana. Encontramos somente registros de um período histórico muito distante ao período em que Antonio Luis, o professor tenente-coronel em questão, viveu.

De toda forma, é interessante destacar esse mestre de meninos Antonio Luis, não somente por ser um senhor pardo, que estava inserido no universo da escolarização, mas principalmente por ter sido registrado na lista nominativa como tenente-coronel. Apesar de não termos informações mais concretas sobre sua carreira fora no universo escolar, sabemos que a fonte o nomeou desta forma, nos oferecendo indícios de que ele assumira um importante título honorífico relativo à Guarda Nacional, além da ocupação de ser mestre de meninos. Um título que demonstra certa posição social assumida por ele.

Podemos sugerir que a escola representava, durante a primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, uma forma de ampliação das possibilidades do indivíduo negro de alguma maneira escolarizar-se. Isso significava demarcar uma distância do universo escravista e aproximar-se de uma forma específica de afirmação social. De acordo com Fonseca (2007), os negros utilizavam-se da escola como um instrumento para afirmar-se no espaço social e produzir o que ele chamou de “*status racial*”, conclusão possível devido à grande quantidade de alunos pardos que foram encontrados nas suas análises. Em nosso caso, a maioria dos alunos que encontramos também estavam classificados racialmente como pardos, poucos eram crioulos, pretos, ou cabras. Entretanto, acreditamos que a escolarização para esse grupo possuía distintos significados, e representava o alargamento de sua condição de igualdade civil perante os demais membros da sociedade em que eles viviam.

A igualdade civil atribuída aos homens livres, independente de sua cor ou raça, produz de alguma maneira efeitos gradativos na sociedade imperial, possibilitando aos negros livres ocuparem, não somente o espaço educativo, mas também espaços de sociabilidade. De acordo com Fonseca:

No espaço urbano representado por Mariana, as hierarquias e os conceitos dirigidos a grupos como mulheres e negros não impedia a construção de estratégias que lhes permitiam uma capacidade maior de movimentação no espaço poroso das cidades, onde podiam, inclusive, utilizar os processos de educação formal como mecanismos de afirmação no espaço social (FONSECA, 2014, p. 19).

Nas considerações finais abordaremos melhor o que consideramos como os efeitos gradativos dessa igualdade civil que é colocada na sociedade imperial, e a questão da racialidade e hierarquia social. Refletiremos a inserção da questão da racialidade no espaço escolar, e em que medida isso permite ao espaço escolar se construir enquanto uma estratégia e uma expressão das formas singulares do moderno durante a primeira metade do século XIX no Termo de Mariana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências educacionais dos negros livres e libertos no Termo de Mariana durante a primeira metade do século XIX eram diversas. Manifestavam-se de distintas formas e ocorriam em tipos de domicílios bastante diversificados em relação aos indivíduos que os formavam. Foi possível perceber que a escolarização de alguma maneira contribuiu para uma abertura de possibilidades, no que tange à vida dos pardos, crioulos, pretos e cabras que viveram a experiência do ensino no Termo de Mariana. Ao analisarmos trajetórias de vida de meninos pardos livres e libertos, que frequentavam as aulas no decorrer da década de 1830, pudemos constatar que, ao final da década, houve casos de alunos que continuaram seus estudos mantendo-se no espaço escolar e integrando-se ao ensino secundário. Foi destacado também na análise das fontes, o caso de alunos que, na intenção de dedicarem-se aos estudos, isentavam-se de integrar o universo de trabalho em seu domicílio. Tais constatações de alguma forma nos indicou que havia famílias que apoiavam e incorporavam a necessidade da escolarização dos seus pequenos. Essas famílias, muitas das vezes, não contavam com alto padrão de vida, ao contrário, possivelmente trabalhavam em ampla cooperação para obter seu sustento. E atribuíam um importante significado ao ensino e à escolarização, pois notamos que os negros livres e libertos possuíam anseios em relação à escola, e é possível que estivessem de alguma maneira cientes dos efeitos que ela poderia trazer em seu universo de vivência.

O acesso à cultura letrada por parte de um grupo, como aquele formado por negros, historicamente desfavorecido, poderia representar nesse caso uma possibilidade de demarcação do seu lugar social como indivíduo livre, possuidor de direitos civis. Ao observarmos que, durante a primeira metade do século XIX, um negro livre ou liberto contribuía de alguma forma para que os filhos acessassem o universo do conhecimento e fossem enviados para a escola, buscamos atentar para a indicação de que o processo de escolarização possuía um significado importante para as famílias negras. Tal constatação é pertinente tanto para aquelas famílias formadas por negros livres já de nascimento, ou mesmo para aquelas que eram constituídas por negros que eram escravos e alcançaram sua liberdade,

os chamados libertos. Era comum que tais famílias permitissem que seus filhos se isentassem de integrar o universo do trabalho em casa para dedicar-se aos estudos.

A experiência de escolarizar-se, e assim distanciar-se do universo da escravidão, representa um dos mais fortes significados que nos parece ter sido atribuído à escola, por esses negros, durante a primeira metade do século XIX em Mariana. Nos chamou a atenção, na análise das fontes, um domicílio formado por pardos que eram forros, ou seja, não nasceram livres e conseqüentemente mantiveram durante algum tempo de suas vidas o contato com o universo da escravidão. E após terem alcançado sua alforria, os libertos passaram a atribuir significado à experiência educacional, possivelmente percebendo no ensino uma estratégia que os possibilitava não somente se fazer presente na sociedade civil como alguém instituído de direitos, mas principalmente demarcar seu lugar social como um indivíduo que agora era livre. A importância que tal grupo via em diferenciar-se da forma de vida dos escravos e do universo da escravidão também pode ser percebida na análise que realizamos, por exemplo, de um domicílio formado por libertos onde havia três crianças em idade escolar. Todas elas foram enviadas à escola, exercendo seu direito de frequentar as aulas como toda e qualquer criança que não fosse escrava.

A escola poderia representar também uma ampliação das possibilidades do indivíduo negro na sociedade, sobretudo porque escolarizar-se, além de demarcar uma distância do universo escravista, possibilitava afirmação de um lugar social, além de abrir possibilidades no que tange, por exemplo, a um ofício.

O ensino também poderia contribuir fortemente em alguns casos para que se possuísse um *status* social diferenciado e mais bem qualificado moralmente. De acordo com Fonseca (2007), a escola produzia o *status* racial, e a grande quantidade de pardos encontrados nas escolas mineiras seria um indicativo de que a escola atuava também enquanto estratégia de branqueamento. Leve-se em conta que a entrada dos negros na sociedade livre esteve sempre acompanhada por tentativas de controle por parte das autoridades portuguesas durante o período colonial. Estas buscavam restringir as ações e a movimentação dessa parcela da sociedade. No século XIX, afirma Fonseca (2014), “este processo ganhou contornos mais sutis passando-se, inclusive, a contar com a escola como dispositivo de controle sobre a população negra de condição livre” (FONSECA, 2014, p. 3). Entretanto, ao mesmo tempo que a escola representou um dispositivo de controle da população negra, não deixou de

representar também um espaço de sociabilidade e possibilidades, que de certa forma colocava esse grupo em condição de igualdade civil com os demais membros da sociedade.

Notamos também que a maioria dos negros livres ou libertos que frequentavam a escola nos distritos pertencentes ao Termo de Mariana eram classificados na fonte como pardos, embora tenhamos notado que crioulos, pretos, e cabras também frequentavam as aulas, porém em menor escala. De acordo com Fonseca (2014), o *status* racial indicado pelos termos “pretos”, “crioulos”, “pardos”, “cabras” e “africanos”, comumente tratados como fruto do processo de miscigenação, na verdade representam uma classificação sociorracial fortemente influenciada pela instituição escravidão.

Nas listas nominativas que analisamos, as classificações designativas da composição racial dos distritos do Termo, além da opção “branco”, continham: “preto”, “crioulo”, “pardo”, “cabra”, “africano” e “mulato”. No que se refere à categoria “mulato”, devido à inexpressividade numérica dos indivíduos classificados dessa forma nas listas, podemos afirmar que a categoria não representa uma realidade censitária na sociedade marianense, o que nos coloca em sintonia com a constatação de Fonseca (2007) para a realidade censitária da província de Minas Gerais durante o século XIX, onde o termo “mulato” era raro, quase não aparecendo nas fontes.

Os indivíduos classificados como pretos aparecem em quase todas as listas analisadas. Na fonte em que não consta o termo “preto”, notamos que está presente o termo “africano”, como forma de substituição àquele. A classificação “africano” é o que designa aqueles indivíduos que entravam em terras brasileiras através do tráfico negreiro, vindos do continente africano. De acordo com Fonseca (2007), os termos “preto” e “africano” podem ser tomados como equivalentes, pois em geral as listas apresentam apenas um dos dois termos, e um pode representar o outro, o que foi constatado também em nossa análise do Termo de Mariana.

Aqueles que eram designados como crioulos representavam parcela bastante expressiva nas listas nominativas de Mariana, sendo a segunda classificação racial mais presente na fonte depois da classificação “pardo”. “Crioulo” era um termo bastante utilizado para diferenciar os negros que haviam nascido em terras brasileiras. Vale mencionar o caso da lista nominativa de Passagem (1831), o único distrito em que constatamos a maioria populacional representada pelos crioulos.

Já o termo “cabra”, não é frequente em nossa amostra, e não está presente para todos os distritos do Termo. No que se refere às listas de 1831, encontramos essa designação somente nas listas nominativas de Guarapiranga, Mariana, Nossa Senhora de Conceição do Cuieté, Nossa Senhora da Saúde, São Caetano e São Sebastião. Em relação às listas de 1838, foi encontrado o termo “cabra” somente nas listas de Aplicação da Várzea, Catas Altas, Guarapiranga, Ponte Nova, São Domingos e Sumidouro. O significado social do termo “cabra” é revestido de uma complexidade que não se esgota na ideia da miscigenação, e há indícios do uso do termo como desqualificação moral, utilizado para se referir a pessoas de uma índole perversa. A designação “cabra” está ligada a “um significado social que atribuía a alguns indivíduos uma incapacidade de se tornar civilizado, ou que estava em descompasso com a moral tida como admissível para os descendentes africanos” (FONSECA, 2014, p. 12).

O termo mais expressivo dentro das classificações raciais presentes nas listas referentes ao Termo de Mariana era o “pardo”, sendo demograficamente predominante em quase todos os distritos. Entretanto, nas palavras de Fonseca (2014, p. 14), este seria o grupo mais “enigmático” dentro do universo das classificações raciais relativas aos negros do século XIX. Estudos<sup>23</sup> constataam que o termo “pardo” é marcado por imprecisões em seu processo de classificação. E embora seja importante pensá-lo enquanto um processo de branqueamento, é preciso atentar para o fato de que o termo estabelece relações com componentes de natureza social. O termo “pardo” era tomado como indicativo de um lugar social qualificado do ponto de vista moral. Fonseca (2014), ao analisar trechos dos relatos de memória do cidadão campanhense Francisco de Paula Ferreira Rezende, que viveu entre 1830 e 1890, afirma que as famílias dos pardos eram classificadas como “respeitáveis pela sua posição e fortuna, e sua condição racial é confirmada a partir de um lugar social que os aproximava do grupo tido como superior” (FONSECA, 2014, p. 16).

Sobre as classificações atribuídas no Termo de Mariana aos negros livre e libertos, podemos afirmar que eram categorias que, além de assumir significados sociais, indicavam clivagens raciais as quais naquele tempo eram fortemente relativizadas pela hierarquia social existente na sociedade. Na análise das fontes, foi demonstrada a presença da maioria demográfica de alunos pardos frequentando as aulas nos distritos que compõem a amostra. O

---

<sup>23</sup> Como os trabalhos de Mattos (1998); Paiva (1989); Botelho (2004) e Fonseca (2007).

que nos indica que o processo de escolarização contribuía de alguma forma para o tal embranquecimento da população, na medida em que a maioria dos alunos presentes no espaço escolar em Mariana eram realmente pardos. Por exemplo, em distritos como Catas Altas (1832), onde havia um total de 35 alunos negros, é possível afirmar que 32 deles eram designados como pardos, enquanto somente 3 eram designados como crioulos. No caso da sede Mariana (1831), a maioria de alunos pardos ainda era uma constante; estes representavam 33 do total de 39 alunos negros, enquanto os classificados como crioulos eram somente 4, e os alunos classificados como cabras eram 2.

É interessante mencionar que, nesse universo de crioulos, pardos e cabras que frequentavam o espaço escolar, geralmente havia nos distritos poucos alunos que estavam em condição de libertos, uma vez que a maioria deles enquadrava-se na condição de livres. Porém, há uma exceção: no caso do distrito Nossa Senhora de Boa Vista, a sua lista nominativa referente a 1832 informa que, dos 37 alunos negros que frequentavam a escola, 34 eram pardos e 3 deles eram crioulos. Entre os pardos, somente 8 eram livres, e os demais 26 eram libertos; os 3 crioulos eram em sua totalidade também libertos. Logo, é possível afirmar que Nossa Senhora da Boa Vista representa o único distrito em que a maioria dos alunos que estavam na escola eram pardos libertos, ao contrário de todos os outros distritos que analisamos, nos quais os alunos eram majoritariamente pardos livres. Isso de alguma maneira nos levou a crer que a escolarização era percebida não somente pelos livres, mas também pela parcela de libertos, como algo de real valor para suas vidas. E tal pressuposto se acentua, uma vez que temos exemplos, através da análise das fontes, de que havia por parte dos libertos nos demais distritos uma busca e um interesse pelo acesso à escola.

O acesso ao direito civil para os negros livres e libertos durante o Império brasileiro trouxe não somente a possibilidade de escolarização, mas junto com ela um universo de possibilidades que foram abertas a esse grupo, universo esse fundado no direito fundamental da sociedade moderna.

Ao refletirmos acerca da questão que envolve a abertura de possibilidades aos negros no Brasil império, vale mencionar a trajetória de Antonio Pereira Rebouças como foi abordada por Keila Grinberg (2002). Autodidata, pardo, que teve seus esforços reconhecidos através da permissão para advogar na Bahia, Rebouças possuiu, durante o período imperial, importantes cargos enquanto homem público. Atuou em momentos políticos ocorridos durante o Império,

inclusive nas lutas de independência, esteve presente em importantes discussões sobre a regulamentação do direito civil durante o Segundo Reinado, além de ter sido secretário da província de Sergipe, conselheiro do governo e membro do Conselho Geral da Província da Bahia. Podemos afirmar que Rebouças representa um exemplo de afrodescendente que teve sua experiência de vida ampliada pelas possibilidades que a igualdade civil trouxe ao Império. Embora seja uma exceção –um homem pardo de renome público durante o período escravista – é importante mencioná-lo, pois representou um defensor da Constituição e da igualdade civil entre os cidadãos. Nas palavras de Grinberg: “Rebouças foi um desses homens que, como poucos, alargaram os parâmetros de seu tempo, esticando o elástico das possibilidades históricas a que estamos todos submetidos” (GRINBERG, 2002, p. 27).

Refletir acerca da trajetória de Rebouças é interessante para uma maior compreensão dos grandes debates de seu tempo, os quais possuíam estreita relação com sua trajetória pessoal, como por exemplo: a cidadania e a constituição de direitos civis para africanos e seus descendentes no Brasil. Nos interessa trazê-lo neste momento final de nossa pesquisa para que possamos demonstrar como seu exemplo encontra-se em sintonia com a perspectiva que buscamos desenvolver a respeito da cidadania durante a Império. Além disso, sua trajetória de destaque se apresenta também enquanto fruto de um processo educativo vivido por Rebouças no decorrer de sua vida, o que o possibilitou atuar politicamente durante sua carreira que foi dedicada ao ofício da advocacia, como um rábula.

Uma das práticas comuns a livres e libertos de origem africana era a mobilidade social, de fato disseminada também em diversos segmentos sociais. Estudos sobre a mobilidade espacial desse grupo sugerem que, além da própria liberdade de ir e vir, muitos buscavam libertar-se do passado marcado pela escravidão, e também das tentativas reais de reescravização que experienciavam. E isso se dava principalmente por intermédio da constituição de novas relações sociais.

A cor da pele era, em alguns casos, menos importante do que a condição social do indivíduo, e os centros urbanos representavam focos de atração para os libertos e negros livres, devido não somente às possibilidades de mobilidade, mas também às oportunidades de trabalho. Geralmente, os importantes centros econômicos eram locais de escoamento da produção regional, onde se estabeleciam abastadas famílias e havia muitas oportunidades de trabalho, como era o caso de Mariana. Os negros que não eram escravos, ao viverem em



centros urbanos, encontravam-se, certamente, em maior possibilidade de se misturar a um contingente populacional marcado por condições jurídicas e sociais mais fluidas ou mesmo indefinidas. Integrar-se na sociedade marianense, pouco a pouco, enviando seus filhos as escolas, estabelecendo seus ofícios, ou mesmo exercendo tipos de atividades remuneradas significava de alguma maneira ocupar espaços de sociabilidade, além de formar redes de convivência e de solidariedade. Na análise das fontes, pudemos identificar diversos negros que viviam no Termo de Mariana, ou mesmo na sede, e integravam-se à sociedade civil de distintas formas, fosse exercendo atividades remuneradas, frequentando o espaço escolar, ou mesmo associando-se aos seus pares na execução de distintos ofícios.

Após análise das fontes, constatamos ainda que a família negra livre ou liberta, fosse constituída por pardos, crioulos ou pretos, ocupava-se geralmente de funções ligadas a algum tipo de ofício, ou serviço, geralmente viviam de seus jornais, comércios, entre outros. O ofício se relacionava ao *status* social, que muitas vezes se desdobrava em uma forma específica de qualificação profissional. No decorrer do século XIX, o aumento do número de negros livres e libertos começou a fazer com que a cor da pele deixasse de ser critério ou condição provável de escravidão. Na medida em que esse grupo tinha maior acesso à mobilidade espacial, se tornava comum presenciá-los se inserindo pouco a pouco nas redes de sociabilidade e nos ofícios da sociedade civil, o que de certa forma estremecia as bases do controle social do mundo escravista. Assim, a cor da pele deixava de representar um critério da escravidão.

É importante ressaltar a questão de como o domínio de um ofício poderia representar um passaporte para uma condição social mais estabelecida, ou *status* social superior. Por exemplo, ao analisar as fontes, constatamos casos em que pardos, quando libertos, geralmente ocupavam-se da roça, enquanto pardos livres geralmente possuíam um ofício que os colocava de certa forma mais estabelecido dentro do universo do *status* social, como, por exemplo, alfaiate ou mesmo mestre de primeiras letras. O livre, ao que tudo indica, possuía quase sempre o domínio de um ofício, ao passo que exercer trabalho braçal, como a roça, era usualmente exercido primeiramente por escravos, em seguida por pardos forros, pretos ou crioulos.

Durante o século XIX, as ocupações profissionais mais substantivas, como jornaleiros, lavradores, alfaiates, mestres de primeiras letras, entre outros, tornaram-se crescentes e cada vez mais ocupadas por negros livres, e até mesmo, em menor escala, por libertos. De acordo

com a análise das fontes, é possível notar que a qualificação socioprofissional dos negros começava pouco a pouco a interferir, ou mesmo designar o *status* social. Podemos sugerir que, diante disso, torna-se socialmente significativo o ofício e a condição de trabalhador, o que possibilitaria certamente maior autonomia social a esse grupo. O fato de possuírem um ofício os possibilitava afirmar, independente da origem étnica, a sua condição de liberdade e sua igualdade civil em relação aos demais.

Apesar de Mariana não assumir o caráter de uma grande cidade durante a primeira metade do século XIX, vale ressaltar que o seu caráter urbano de alguma maneira permitiu aos negros livres e libertos possibilidades semelhantes àquelas que Rebouças teve enquanto um homem pardo que buscava diferenciar-se do universo da escravidão através de sua trajetória e seu ofício. Obviamente que um negro livre ou liberto, ao buscar se estabelecer num centro urbano, pôde encontrar elementos favoráveis a ele naquele lugar, onde se abrigavam indefinições sociais que podiam quase sempre contar a seu favor. Era em um centro urbano que se confundiam escravos, libertos e livres, os quais poderiam encontrar formas de reverter condições sociais, fosse se distanciando do estigma da escravidão e ingressando em um universo de homens livres, ou mesmo buscando uma diferenciação através da educação.

Podemos sugerir que o ponto crucial que unia os negros e suas gerações de descendentes nas Américas era a exclusão social, a qual estiveram subjugados, ainda que em níveis distintos entre si. Entretanto, havia algo que os diferenciava, era, sobretudo, a forma como reagiam ao estigma social da escravidão e, principalmente, a forma como buscavam incorporar-se à sociedade civil.

O caminho para ascensão social e mudança de *status* existia em Mariana, na província de Minas Gerais e no Brasil império, embora não fosse algo simples e fácil de percorrer. Quase nunca esse tipo de transição social era feito sem tensões, resistências ou problemas por parte daqueles que viam tal ascensão como uma ameaça a sua própria posição social. No contexto da virada do século XVIII para o XIX, a situação que se mostrava era certa fluidez de muitas normas sociais. E podemos afirmar que Rebouças apostara na escolarização enquanto estratégia para alcançar estabilidade social, pois assim como seus irmãos, ele foi matriculado na escola primária e, ao terminá-la, deu seguimento à sua formação. Buscou distinguir-se socialmente como cidadão, não politizando a sua cor, mas por meio de seus

méritos e qualificações. Agiu exatamente como muitos de seus pares, buscando escolarizar-se e integrar-se na sociedade civil. Procurou, sobretudo, se distinguir da maioria como forma de alcançar seu espaço e um lugar social de distinção. Em um tempo histórico que não havia definições concretas do que seriam de fato os direitos civis no Brasil, Rebouças buscava legitimar-se em sua condição social, pois no seu entendimento isto lhe poderia garantir pleno gozo dos direitos civis. É importante mencionar que a atuação de muitos negros livres e libertos revolucionou as sociedades, na medida em que exerciam estratégias para serem aceitos como membros legítimos. Tanto no contexto vivido por Rebouças, na Bahia, como também nas Minas Gerais, no Termo de Mariana, podemos dizer que essas estratégias e pressões ganharam formas distintas, assumindo objetivos e significados diversos. É possível sugerir que os negros livres e, especialmente, os libertos, ao atribuírem um significado para a escolarização, buscavam exercer, ainda que indiretamente, certa pressão social para se tornarem membros legítimos e serem aceitos na sociedade civil.

A expectativa de um indivíduo pardo liberto que vivia em Minas Gerais durante o século XIX, que frequentava o espaço escolar e buscava se instruir, e a expectativa de um advogado (rábula) pardo autodidata, que através da instrução construiu na Bahia sua carreira política, poderiam ser similares e, ao mesmo tempo, distintas. Entretanto, havia um elemento comum: a garantia de direitos civis básicos, que os inseria a partir de então, em um universo marcado por um alargamento de possibilidades e expectativas. A instrução, que possibilitava a meninos negros do Termo de Mariana tornarem-se vendedores de livros, incorporarem significados ao seu universo de trabalho, se estabelecerem em seus ofícios ou manterem-se nos estudos até alcançar o ensino secundário, era a mesma que possibilitou a Rebouças a construção de uma carreira política de renome na província da Bahia. A cidadania expressava-se na medida do possível para aquele momento histórico, e as hierarquias sociais representavam ainda um dos alicerces para um Estado que buscava pouco a pouco modernizar-se. Em meados do século XIX, ao mesmo tempo em que um grande número de livres e libertos buscava fazer com que os direitos de cidadania fossem extensivos a eles, a formação da sociedade civil no Brasil se desdobrava numa complexificação das hierarquias sociais.

O fortalecimento dessas hierarquias sociais poderia representar um bom exemplo dos efeitos gradativos que nossa cidadania *sui generis* teria provocado, pois enquanto se buscava a

igualdade de direitos em terras escravocratas era preciso primeiro encarar severamente o peso das hierarquias sociais a entortar as costas do nosso liberalismo.

É possível dizer que a insistência de Rebouças em adotar critérios únicos e fixos para a definição da cidadania no Brasil soava perigoso aos olhos dos demais deputados. E, apesar de inúmeros boatos que ocorriam afirmando que Rebouças era favorável à libertação dos escravos, ele buscou sempre deixar claro em seu discurso que não o era. Afirmava-se em defesa de um projeto social que era escravista e, ao mesmo tempo, profundamente liberal, e que a nação deveria se constituir por cidadãos, sendo igualmente representada pelos diversos setores que a formavam.

Durante a primeira metade do século XIX no Brasil, as condições sociais misturavam-se às matrizes raciais de uma forma bastante peculiar, produzindo uma situação em que as diversas raças nunca se confundiam, ao contrário, cada raça, bem como cada classe social, não deixavam de conhecer o seu lugar (RESENDE, 1944).

Na concepção de Rebouças, era possível que existisse uma sociedade liberal escravista que não fosse racista, sendo assim, ele não admitia distinções sociais que não fossem oriundas de merecimento próprio. De alguma maneira, é possível afirmar que ele se fragilizou politicamente a partir da década de 1840, pois encontrava-se isolado de seus pares. Houve, de fato, grandes críticas ao seu discurso, que buscou sempre demonstrar que a cor não poderia ser usada como critério distintivo, ou mesmo como um argumento para fundamentar a exclusão de libertos da cidadania plena. Entretanto, viam em sua postura uma grande ironia, ao passo que em todas as frentes ele buscou desracializar a forma de estruturação da sociedade, sem negar em momento algum toda a hierarquização social que a permeava.

No entanto, a cidadania que se formulou no Brasil imperial, marcada por inúmeras singularidades e especialmente tendo ocorrido em um sistema escravista, não se constituiu sintonizada com o conceito de cidadania importado do Velho Mundo. Ao contrário, se desdobrou incorporando as particularidades de nosso contexto social, e consolidou-se no fortalecimento das hierarquias sociais, ao passo que a escola era permeável não somente a brancos ou a negros, mas principalmente à miscigenação racial que ocorreu em terras brasileiras. Vale dizer que a escola contribuiu para uma atribuição racial existente entre nós, brasileiros, que está ligada menos à origem racial ou à cor da pele do que as hierarquias sociais. É como se as hierarquizações sociais existentes em nossa sociedade imperial, de tão

sólidas e fortes, atuassem no sentido de sufocar a própria ideia da origem racial dos indivíduos, fazendo prevalecer na maioria das vezes sua posição social.

No que tange a um fortalecimento das hierarquias sociais como princípio da sociedade imperial, podemos retornar ao próprio exemplo de Antonio Pereira de Rebouças enquanto uma manifestação concreta de como a hierarquia e o *status* social naquele tempo sobrepujavam-se à cor da pele. Pois, na medida em que ele buscava solidificar sua distinção em relação aos seus pares e reforçava a importância do ensino que deveria ser dada enquanto uma oportunidade aos demais, reconhecia o inabalável peso da hierarquia em nossa sociedade. E afirmava que nem todos deveriam alcançar as mais almeçadas posições sociais, sob pena de subverter a ordenação ideal da sociedade.

A hierarquia social, em certa medida, sufocou a ideia da raça, e naturalmente o pano de fundo político que possibilitou tal configuração, que é a questão da igualdade civil. A existência da igualdade civil, que surge a partir de 1824 com a Constituição, na medida em que se incorpora em uma sociedade marcada pelo escravismo e por fortes tensões de cunho racial, ao invés de gerar maior igualdade social, acabou se constituindo, de maneira *sui generis*, em fator de contribuição a uma maior complexidade das hierarquias sociais. Estas eram, em grande medida, provenientes de uma necessidade fundamental dos segmentos sociais atingidos pela questão racial, qual seja, a de se afastar do estigma da escravidão, recorrendo a condição de membros da sociedade civil.

Portanto, é relevante pensar que as estratégias, a busca pela identidade e as expectativas sociais criadas pelo negro livre e liberto atuaram como respostas às transformações socioeconômicas e à crescente necessidade de afastar a marca da escravidão de suas trajetórias. É importante ressaltar que, embora os livres e libertos mantivessem relações sociais baseadas em laços horizontais com os escravos, na sociedade da época predominavam as relações verticalizadas, as quais de alguma maneira se sustentavam pela presença de forte hierarquia social.

A noção de cor foi herdada no Brasil desde o período colonial e não designava especialmente matrizes de pigmentação ou simplesmente níveis distintos de mestiçagem; diferente disso, buscava definir lugares sociais. Na medida em que “preto”, “cabra” e “crioulo”, eram geralmente usados para se referir a alguém que estava socialmente próximo

do cativo, o termo “pardo” indicava alguém que mantinha certa distância da condição da escravidão, e na maioria dos casos já se encontrava estabelecido socialmente.

Ao analisarmos o termo de Mariana e as relações do negro com o processo de escolarização enquanto uma das estratégias de superação de sua proximidade com a escravidão, chegamos também a refletir possíveis anseios desse grupo no que tange ao seu processo de inserção social na sociedade civil. Isso nos levou de imediato a compreender a força da hierarquização social naquele tempo, que não mais se baseava somente na bipolaridade senhor *versus* escravo, mas que agora havia se complexificado. Nesse âmbito, o acesso ao direito civil e às conquistas sociais na sociedade imperial por negros contribuíram não somente com a legitimação, mas especialmente com a complexificação das hierarquias sociais na sociedade, sempre buscando se afastar do estigma da escravidão. E isso se desdobrou de uma forma tão específica, que as atribuições de cor já não significavam mais critérios para uma definição de liberdade. Havia pretos livres, pardos livres, pretos forros e pardos cativos, e para cada especificidade um significado social havia. A liberdade era, inicialmente, um atributo somente do homem branco, e isso potencializava sua inserção social e a questão da propriedade. Entretanto, a partir de meados do século XIX, essa representação de liberdade começa a ter suas bases solapadas. O crescimento demográfico de negros livres ou libertos já não representava mais uma exceção na sociedade imperial. E de acordo com Hebe Mattos Castro, “mesmo no interior da experiência do cativo, a possibilidade da família, do pecúlio, das relações comunitárias, da esperança da alforria se fez enquanto aproximação com a liberdade” (CASTRO, 2013, p. 362).

Desse modo, acreditamos que adentrar aspectos importantes do processo de escolarização que se desenvolveu no sudeste brasileiro, em uma sociedade escravista, especialmente no Termo de Mariana, que possuía uma grande representação àquele período, significou buscar compreender um contexto que guarda a gênese das hierarquias sociais e étnicas que se constituíram de maneira amplamente desigual no Brasil. Decerto que desbravar esse contexto nos levou a atingir uma maior compreensão de como se estruturavam as relações de poder, não somente na província de Minas Gerais, mas no Império como um todo.

As relações sociais se constituem de maneiras diferentes e com objetivos às vezes distintos, da mesma forma que em um mesmo domicílio algumas vezes se socializavam escravos, livres e libertos, e isso gerava esferas distintas de socialização, que, porém, se

encontravam integradas por um mesmo código cultural que reforçava na maioria das vezes o lugar social que cada um deles ocupava dentro da hierarquia social. Vale mencionar que os laços de família estabelecidos em todas as relações parentais permitiam a reprodução da experiência de liberdade que se construía em oposição à escravidão. Com relação ao processo de escolarização, isso também não era diferente: ele estava ligado à experiência da liberdade e também se construía em oposição aos sintomas da escravidão.

Na medida em que a liberdade já não era necessariamente atributo das pessoas brancas, as famílias de livres e libertos buscavam desenvolver estratégias que consolidassem sua autonomia e contribuíssem para a construção de sua identidade, como, por exemplo, buscar frequentar as aulas de primeiras letras. Era preciso atribuir significados a essa liberdade.

Cristaliza-se na sociedade imperial durante a primeira metade do século XIX uma experiência concreta, em que a conquista de direitos não necessariamente irá representar mais democracia. No caso de nosso contexto, ao contrário, podemos dizer que o direito civil e os elementos da igualdade, que de algum modo começaram a se consolidar, ainda que timidamente na sociedade imperial, deram respaldo para o fortalecimento e transformação da hierarquia social enquanto processo de formação da sociedade civil. Isso ocorreu devido principalmente à existência sólida da instituição escravista no Brasil, pois na medida em que parte dos negros começava a integrar-se na sociedade civil, crescia para eles a necessidade de afastar-se cada vez mais da instituição escravista. Afastar-se do escravismo era tornar-se mais cidadão, ter acesso a alguns direitos, podia significar, quem sabe, com o passar do tempo, o “embranquecer-se”, era fazer-se mais aceito e estabelecido socialmente, era possuir seus filhos na escola e decidir como deveria ser organizado o seu próprio ofício. No caso dos libertos, o temor deixara de nortear as relações sociais, que anteriormente se baseavam na subordinação. E, após o alcance da liberdade, seus anseios assumiam uma nova roupagem. De alguma maneira, nossa perspectiva se sintoniza nesse momento final com o argumento de Hebe Mattos Castro (2013), quando a autora afirma que a ideologia do branqueamento não se construiu estritamente sobre a experiência subjugada dos negros no cativeiro, mas sim sobre a experiência de luta destes pela sua cidadania, que se desenrolava nos quadros de uma sociedade muito hierarquizada.

As expectativas de negros livres e libertos com relação ao processo de escolarização, apesar de estarem ligadas a uma superação do universo escravista, de algum modo incide nos

códigos culturais da própria instituição escravista. De forma que, ao mesmo tempo em que buscavam afastar-se desse universo, suas expectativas eram construídas ainda sob a vigência dessa instituição e desses códigos sociais. Seus anseios estavam sendo construídos em oposição à experiência histórica da escravidão, norteavam-se no intuito de superá-la, e atribuir significado a sua liberdade e ao seu direito civil, embora essa necessidade ainda estivesse fortemente ancorada na ideia do *status* social que se encontrava muito bem alimentada pela realidade escravista.

O significado da liberdade, de acordo com Hebe Mattos Castro (2013), faz reestruturar as novas relações de poder na medida em que os livres e libertos possuíam uma noção muito clara da liberdade e construíam os significados desta com base nos pilares básicos: mobilidade, família e propriedade. Essa liberdade, que uma parcela da população negra possuía, mesclava-se, durante o período imperial, com a própria noção de cidadania. Entretanto, não a cidadania política a qual era negada à maioria dos homens livres, mas sim uma noção de liberdade possibilitada pelo direito civil que deitava suas raízes na tradição imperial. De forma geral, durante o período imperial, “tendeu-se a preservar o sentido hierárquico das relações pessoais, transformando-as, entretanto, em fiadoras da igualdade formalmente reconhecida pelo Estado imperial” (CASTRO, 2013. p. 289).

Em relação às últimas décadas da escravidão, podemos dizer que para um negro perder o estigma do cativo significava deixar de ser reconhecido como escravo. Entretanto, no que se refere à primeira metade do século XIX, o que notamos foi algo distinto. Afastar-se do universo e da experiência da instituição escravista significava não somente deixar o estigma da servidão, mas principalmente assumir-se em um novo estigma, adentrar uma nova posição dentro da hierarquia vigente, incorporar-se a um novo *status* social que era parte do processo de complexificação pelo qual passaram as hierarquias sociais. Ser um negro livre ou liberto não significava, àquele tempo, possuir a representação de um cidadão, como se queria, ou se pretendia criar, aos moldes do Estado-Nação. Com todos os limites, ser um negro livre ou liberto, de algum modo, significava tornar-se um cidadão na medida do possível, respaldando uma cidadania, em geral que também se consolidava paulatinamente naquele tempo histórico.

Após o momento em que a cor da pele já não era o critério para escravidão, a própria sociedade recriou formas de hierarquizações que já não se baseavam mais em ser livre ou escravo. Na realidade, recriavam-se novas hierarquias que emergiam de dentro da própria



sociedade escravista. As relações de dominação, de alguma maneira, vão deixando de ser norteadas exclusivamente pelo fato de um indivíduo ser escravo ou não, e agora já estavam também relacionadas ao *status* social ao qual ele ocupava em sua rede de sociabilidade.

## FONTES PRIMÁRIAS

*- Listas Nominativas de Habitantes.*

Termo de Mariana 1831, 1832, 1838, 1839, 1840 - Arquivo Público Mineiro: Inventário do Sumário dos Mapas da População- Documentos disponibilizados em planilha do EXCEL.

*-Relatos de viagem e memória.*

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. Minas Recordações. RJ: Livraria José Olympio Editora (coleção documentos brasileiros, volume 45), 1944.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836- 1841. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1975.

*- Leis*

Coleção das Leis Mineiras, 1835- 1890.

Coleção das Leis do Império do Brazil de 1827. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana –1750-1850**. 1994. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A enxada complexa:roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. 1994. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

\_\_\_\_\_. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. **Termo de Mariana: História e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

ANDRADE, Leandro Braga. Dissertando Mariana para entender o Brasil: historiografia regional e História econômica de Minas Gerais após o auge da mineração. **Revista de História Regional**, v. 15, n. 2, p. 211- 234, inverno 2010.

\_\_\_\_\_. **Senhor ou camponês?** Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX –Mariana: 1820-1850. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais , 2007.

ANNINO, Antonio. Ciudadania versus gobernabilidad republicana em México: los orígenes de un dilema. In: SABATO, Hilda (Coord). **Ciudadanía política y formación de las naciones**. Perspectivas históricas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Coord.) **Inventando la Nación Iberoamérica: Siglo XIX**. México: FCE, 2003.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Negrinhos que por ahi andão:a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOTELHO, Tarcisio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social–Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 1, p. 322, 2005.

CARDOSO JUNIOR, Helio Rebello. **A utilização da terra, da mão-de-obra e dos bens de produção da economia colonial brasileira**: a evolução da unidade produtiva em Mariana. Mariana: ICHS/ UFOP, 1986.

CARVALHO, JoséMurilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996

CARVALHO, José Murilo de (Org.).**Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista- 3º ed.rev. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, set./dez. 2013.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. **O aprendizado da liberdade**: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós Graduação em História/Universidade Federal de Bahia, 2007.

CORREA, Silvio M. S. O negro na historiografia brasileira. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n.1, p. 87-106, 2000.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (Org.). In: **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX**. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar)–Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 57- 70, 2009. (Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. **ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 51-60, 1989.

FISCHER, Monica. **Mariana**: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso. 1993. 216 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Urbana)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

FONSECA, Claudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. **Termo de Mariana: História e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, MT, v. 18, n. 36, p. 201-221, 2009.

\_\_\_\_\_. **População negra e educação**: uma análise a partir do perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pretos, pardos crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007. 256 f. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana na primeira metade do século XIX**. 2014. (No prelo).

\_\_\_\_\_. **Não há doce ruim e nem cabra bom**: escravidão e classificação racial em Minas Gerais no século XIX. 2014. (No prelo).

\_\_\_\_\_. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. **Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil(1867-1889)**. 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da

província de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./ jun. 2010.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA, François-Xavier. El soberano y su reino: reflexiones sobre la genesis del ciudadano en America Latina. In: SABATO, Hilda. (Coord.) **Ciudadania política y formacion de las naciones: perspectivas historicas de America Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

\_\_\_\_\_. Introducción. In: ANNINO, Antonio; LEIVA, Luis Castro; GUERRA, François-Xavier (Coord.). **De los impérios a las naciones**. Zaragoza: IberCaja–Forum Internacional des Sciences Humaines, 1994.

\_\_\_\_\_. **Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. 3. ed. México: FCE: MAPFRE, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

INÁCIO, Marcilaine Soares. Intelectuais, Estado e a Educação em Minas Gerais (1831-1840). In: **Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais**. FARIA FILHO, Luciano Mendes; INÁCIO, Marcilaine Soares (Org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci del N. da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 11- 27.

MARSHALL, T. H. **Ciudadania, classe social e “status”**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; DA SILVA, Helenice Carvalho Cruz; NIO DE CASTRO LIMA, Mauricio Antônio de Castro. Branco mais preto igual a pardo ou igual a cinzento? Sexo e cor em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. In: ENCONTRO

NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2004. p. 20- 24. (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/pdf/abep2004\\_88.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/pdf/abep2004_88.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2014.

MOURÃO, João Martins. Os municípios: sua importância política no Brasil-colonial e no Brasil-reino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 307- 312, 1915. (Especial).

MULLER, Maria Lúcia. Professoras negras na Primeira República. In: PROGRAMA de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. **Relações raciais e educação: alguns determinantes**. Niterói, RJ: Intertexto, 1999. (Cadernos PESNEB).

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 228 f. Tese. (Doutorado em História)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; GODOY, Marcelo Magalhães. Acesso digital às listas nominativas: Poplin-Minas-1830, a proposta do Cedeplar para a universalização do acesso aos dados das fontes demográficas de Minas Gerais do século XIX. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2010, Caxambu, MG. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_10/abep2010\\_2512.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2512.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2015.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em História da Educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4, p. 75-102, jul./dez. 2002.

RICUPERO, Bernardo. Recorrendo a T. H. Marshall para dialogar com Hilda Sabato. **Almanack Braziliense** [online], v.9, 9 maio 2009.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SABATO, Hilda (Org). **Ciudadanía política y formación de las naciones**. México: FCE, 1999.

SANTOS, Gláucia Romualdo dos. Mulher negra e magistério primário: a construção da identidade racial pela representação do “outro”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, set. 2000. (Número especial: Educação e relações étnico-raciais).

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Rev. Bras. Hist.** [online]. v. 19, n. 37, p. 59-84, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>>. Acesso em: 26 jan. 2015. ISSN 1806-9347.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Aprender com perfeição e sem coação**: uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Plano, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. Obrigatoriedade escolar em Minas Gerais no século XIX: coerção externa e autocorreção. In: VIDAL, Diana Gonçalves; FIGUEIREDO DE SÁ, Elisabeth; SILVA, Vera lúcia Gaspar da. **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

\_\_\_\_\_. **Alunos pobres no Brasil, século XIX**: uma condição da infância. Belo Horizonte, 2004a. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar: Minas Gerais, século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004b.

VIANA, Fabiana da Silva. **Estado nacional, debate público e instrução primária**: Mariana/ Minas Gerais, 1816-1848. Tese (Doutorado em História da Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VIEIRA, Rosa Maria. **O Juiz de Paz**: do Império a nossos dias. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.





